

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

JOSÉ ROBERTO SILVA GUIMARÃES

**ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO VERBO 'FECHAR' À LUZ DA TEORIA
DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS**

**CÁCERES-MT
2023**

JOSÉ ROBERTO SILVA GUIMARÃES

**ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO VERBO ‘FECHAR’ À LUZ DA TEORIA
DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Dr. Marcos Luiz Cumpri

Linha de Pesquisa: Estudos de Processos de Significação

**CÁCERES-MT
2023**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

GUIMARÃES, José Roberto Silva.

G963e Estudo Semântico-Enunciativo do Verbo 'Fechar' à Luz da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas / José Roberto Silva Guimarães – Cáceres, 2023.

125 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Marcos Luiz Cumpri

1. Fechar. 2. Linguagem. 3. Línguas Naturais. 4. Enunciação. 5. Operações Predicativas e Enunciativas. I. José Roberto Silva Guimarães. II. Estudo Semântico-Enunciativo do Verbo 'Fechar' à Luz da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: .

CDU 821

Ficha catalográfica

**ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO VERBO 'FECHAR' À LUZ DA TEORIA
DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Lígia Egídia Moscardini
Avaliadora Externa - UNESP

Profa. Dra. Lidiany Pereira dos Santos
Avaliadora Externa - UFPI

Prof. Dr. Stefano Grizzo Onofre
Avaliador Externo - IFMT

Prof. Dr. Albano Dalla Pria
Avaliador Interno - PPGL/UNEMAT

APROVADO EM: 31/08/2023

Ao Pai Celestial criador de tudo de todas as coisas, por conceder-me a existência neste mundo e a sabedoria para vivenciá-la.

Aos meus pais, José Antônio e Maria Lúcia, exemplos de vida e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua presença constante em minha vida e por sua infinita graça e misericórdia. Ao longo desta jornada de pesquisa e escrita da tese, reconheço que fui abençoado com força, sabedoria e perseverança que vêm Dele. Expresso minha gratidão a Deus por todos os dons e talentos que Ele me concedeu. Reconheço que todas as habilidades e conquistas são dádivas divinas, guiando-me em cada etapa do processo de pesquisa, desde a concepção até a conclusão desta tese.

Aos meus amigos e familiares pelo constante encorajamento e apoio emocional ao longo desta jornada. Em especial, aos meus pais Maria Lúcia (Dona Maura) e Sr. José Antônio, aos meus irmãos Flávio, João Luiz, Thiago e Ana Paula. Por fim, aos meus filhos João Roberto e Aylla Manoela, e à minha esposa Mirelly. Seu amor e incentivo foram essenciais para me manter motivado e perseverante, mesmo nos momentos mais difíceis e desafiadores.

Ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Cumpri, pela orientação valiosa durante toda a realização deste trabalho. Seu conhecimento especializado, paciência e incentivo foram inestimáveis, e sou grato por ter tido a oportunidade de aprender com você.

Aos membros da banca examinadora, Professora Dra. Lígia Egídia Moscardini, Professora Dra. Lidiany Pereira dos Santos, Professor Dr. Stefano Grizzo Onofre e Professor Dr. Albano Dalla Pria, por dedicarem seu tempo e expertise para avaliar minha tese. Suas sugestões e comentários construtivos foram de grande importância para o aprimoramento deste trabalho.

À coordenação Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT e aos professores por sua dedicação e compromisso com a excelência acadêmica. Seus conhecimentos, orientações e feedbacks foram fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa e para o aprimoramento das minhas habilidades como pesquisador.

Aos funcionários administrativos do programa, que sempre estiveram prontos para ajudar e fornecer suporte em todas as etapas do meu percurso acadêmico. Sua eficiência e presteza contribuíram significativamente para o bom andamento do programa e para o meu sucesso como estudante de pós-graduação.

Aos colegas, com quem compartilhei experiências, ideias e conhecimentos ao longo dessa jornada. As discussões e interações enriqueceram minha visão acadêmica e pessoal, além de criar um ambiente de colaboração e apoio mútuo.

Por fim, agradeço à UNEMAT como mãe formadora, desde a graduação, mestrado e atualmente doutorado.

A persistência é o caminho do êxito.
(Charles Chaplin)

*Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis
a nós mesmos.*

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Este trabalho de doutorado, inscrito na linha de pesquisa *Estudos de Processos de Significação* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), ancorado no quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b, 2018), tem por objeto a descrição de princípios e regras de variação semântica do verbo ‘fechar’ em português brasileiro no amparo de um sistema de representação metalinguística, tal qual elaborado por Antoine Culioli e discípulos. Selecionamos um *corpus* de enunciados extraídos do *site* de pesquisas *Google* e enunciados corriqueiros que contenham articulações como: ‘fechar o tempo’, ‘fechar negócio’, ‘fechar os olhos’. Para tanto, consideramos como metodologia a articulação entre linguagem e línguas naturais, de modo que sejam representadas por sistemas dinâmicos e constitutivamente operatórios, o que lhes confere tanto estabilidade e quanto plasticidade. Isso graças a conceitos como o de reformulação, também denominada de glosagem ou parafrasegem (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). Sustentamos através da nossa hipótese de trabalho, uma variação ampla de ‘fechar’, regulada por princípios que permitem que essa variação fique em torno de um núcleo (senso comum) e transborde a ideia de “encerrar”, “concluir”, “impedir”, “tapar” e “tapar”. A partir desse aforismo, formulamos uma forma esquemática (FE), na qual conflui numa representação metalinguística que diz respeito ao funcionamento enunciativo de uma marca linguística, ao compreender como se apresenta a regulação de seu enunciar-se. Dividimos os enunciados em 4 grupos: o grupo 1 é constituído das bases transitivas: ‘fechar negócio’, ‘fechar os olhos’ e ‘fechar o jornal’. O grupo 2, com a base transitiva de ‘fechar o tempo’. O grupo 3, com a base transitiva de ‘fechar com’. E por fim, o grupo 4 cuja base transitiva se configura em ‘fechar-se’. Com efeito, não há um sentido intrínseco ao verbo, ou mesmo estanque, os sentidos são construídos ao se enunciar. Não se trata, portanto, de impetrar sentidos prévios a construções enunciativas, pois elas evocam o contexto enunciativo como um todo. Somente uma teoria como a TOPE é capaz de colocar o funcionamento da linguagem e o processo de constituição do enunciado como as perspectivas necessárias para se repensar a descrição de fenômenos linguísticos, entre eles a própria transitividade.

Palavras-chave: Fechar. Linguagem. Línguas Naturais. Enunciação. Operações Predicativas e Enunciativas.

ABSTRACT

This doctoral work, enrolled in the research line Studies of Signification Processes of the Graduate Program *Stricto Sensu* in Linguistics of the State University of Mato Grosso (UNEMAT), anchored in the theoretical framework of the Theory of Predicative and Enunciative Operations (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b, 2018), has as object the description of principles and rules of semantic variation of the verb 'close' in Brazilian Portuguese in the support of a metalinguistic representation system, as elaborated by Antoine Culioli and disciples. We selected a corpus of statements extracted from the Google search site and common statements that contain articulations such as: 'close time', 'close deal', 'close eyes'. Therefore, we consider as a methodology the articulation between language and natural languages, so that they are represented by dynamic and constitutively operative systems, which gives them both stability and plasticity. This is thanks to concepts such as reformulation, also called glotting or paraphrasing (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). We support through our working hypothesis, a wide variation of 'close', regulated by principles that allow this variation to be around a core (common sense) and overflows the idea of "close", "complete", "prevent", "cover" and "cover". From this aphorism, we formulate a schematic form (FE), which converges in a metalinguistic representation that concerns the enunciative functioning of a linguistic brand, understanding how the regulation of its enunciation is presented. We divided the statements into 4 groups: group 1 consists of transitive bases: 'close the deal'; 'close the eyes' and 'close the newspaper'. Group 2, with 'close time' transitive base. Group 3, with 'close with' transitive base. And finally, the group 4 whose transitive base is configured in 'close up'. Indeed, there is no sense intrinsic to the verb, or even stagnant. The senses are built by enunciating. It is not, therefore, about impelling previous senses to enunciative constructions, because they evoke the enunciative context as a whole. Only a theory like TOPE is able to put the functioning of language and the process of constitution of the utterance as the necessary perspectives to rethink the description of linguistic phenomena, among them the transitivity itself.

Keywords: Close. Language. Natural Languages. Enunciation. Operations Predicative and Enunciative.

RÉSUMÉ

Ce travail de doctorat, inscrit dans la ligne de recherche Études de processus de signification du programme de troisième cycle *Stricto Sensu* en linguistique de l'Université de l'État du Mato Grosso (UNEMAT), ancré dans le cadre théorique de la théorie des opérations prédictives et énonciatives (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b, 2018), a pour objet la description des principes et des règles de variation sémantique du verbe 'fermer' en portugais brésilien dans le cadre d'un système de représentation métalinguistique, tel qu'élaboré par Antoine Culioli et ses disciples. Nous avons sélectionné un corpus d'énoncés tirés du *site* de recherche *Google* et d'énoncés courants contenant des articulations telles que: 'fermer le temps', 'fermer l'affaire', 'fermer les yeux'. Pour cela, nous considérons comme méthodologie l'articulation entre le langage et les langues naturelles, de sorte qu'elles soient représentées par des systèmes dynamiques et constitutionnellement opératoires, ce qui leur confère à la fois la stabilité et la plasticité. Ceci grâce à des concepts tels que la refonte, également appelée glosagem ou parafrasage (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985). Nous soutenons à travers notre hypothèse de travail, une large variation de 'fermeture', régulée par des principes qui permettent à cette variation de rester autour d'un noyau (bon sens) et l'idée de "fermer", "conclure", "empêcher", "couvrir" et "boucher". Depuis de cet aphorisme, nous formulons une forme schématique (FE), dans laquelle nous confluons une représentation métalinguistique qui concerne le fonctionnement énonciatif d'une marque linguistique, en comprenant comment se présente la régulation de son énonciation. Nous avons divisé les énoncés en 4 groupes : le groupe 1 est constitué des bases transitives : 'fermer l'affaire'; 'fermer les yeux' et 'fermer le journal'. Le groupe 2, avec la base transitive de 'fermer le temps'. Le groupe 3, avec la base transitive de 'fermer avec'. Et enfin, le groupe 4 dont la base transitive est 'fermée'. En effet, il n'y a pas de sens intrinsèque au verbe, voire d'étanchéité, les sens sont construits en s'énonçant. Il ne s'agit donc pas de pousser des sens préalables à des constructions énonciatives, car elles évoquent le contexte énonciatif dans son ensemble. Seule une théorie comme TOPE est capable de placer le fonctionnement du langage et le processus de constitution de l'énoncé comme les perspectives nécessaires pour repenser la description des phénomènes linguistiques, parmi eux la transitivité elle-même.

Mots-clés: Fermer. Langue. Langues naturelles. Énonciation. Opérations prédictives et énonciatives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema RRR – Representação, Referenciação e Regulação	29
Figura 2: <i>Léxis</i> – Esquema abstrato e propriedade transitiva	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classes acionais / propriedades	79
Quadro 2 – Traços / parâmetros de transitividade	83
Quadro 3 – Exemplificação do traço intencionalidade do sujeito	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONCEITOS OPERACIONAIS	20
1.1 Linguagem e Línguas Naturais	21
1.1.1 Linguística culioliana	24
1.1.2 Linguagem como atividade de representação, referenciação e regulação	26
1.2 Por que é um projeto da (res)construção em Linguística?	30
1.2.1 A linguística dinâmica de Culioli	32
1.2.2 O conceito de articulação na TOPE: da articulação língua e linguagem à articulação léxico e gramática	33
1.3 O conceito de valores referenciais em detrimento da referência.	34
1.4 O enunciado	36
1.4.1 Enunciado: processos constitutivos	37
1.5 A enunciação	38
1.6 O porquê de um sistema metalinguístico	39
1.6.1 Operações de estabilização de sentido: parafraseagem, glosagem e desambiguação	40
1.7 O centro da Teoria: noção e organização de domínios nocionais	43
1.7.1 Interior, exterior e fronteira	44
1.7.2 O centro atrator e a ocorrência privilegiada	46
1.7.3 O tipo, o atrator	47
1.7.4 O alto grau	49

1.8 A constituição das operações de determinação	50
1.8.1 A quantificação e a qualificação	50
1.8.1.1 A extração	51
1.8.1.2 A flechagem	51
1.8.1.3 A varredura	52
1.8.2 A modalidade e o aspecto	52
1.8.2.1 A modalidade	52
1.8.2.2 O aspecto	54
O QUE TRAZEM OS DICIONÁRIOS SOBRE O VERBO FECHAR?	56
2.1 A origem do verbo ‘fechar’	57
2.1.1 A variação do verbo fechar nas obras dicionarísticas	59
2.2 Algumas reflexões inconclusas	67
A TRANSITIVIDADE VERBAL REVISITADA PELO COMPORTAMENTO SEMÂNTICO DE “FECHAR”	69
3.1 A transitividade na tradição gramatical: nem toda ocorrência de fechar se enquadra no caso de “O jardineiro fechou a torneira”.	70
3.2 Ser verbo de ação é o que basta para a transitividade?	77
3.3 A transitividade para o funcionalismo	81
3.4 A transitividade para a TOPE	91
3.5 O problema da transitividade diante da extensão de sentido de verbos: o caso de “O tempo fechou”.	94
3.5.1 O problema da intencionalidade: todo agente tem intenção?	95
3.5.2 Há agente quando não há intenção? O caso de “A bola quebrou a vidraça”.	96

O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO VERBO FECHAR	98
4.1 Princípios teórico-metodológicos de análise do verbo ‘fechar’	98
4.2 Análises	101
4.3 Forma esquemática e organização da variação semântica de ‘fechar’	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
Referências	120

INTRODUÇÃO

“[...] A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas – volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu”¹.

(Clarice Lispector, 2009).

Clarice Lispector, por meio desse fragmento, destaca a relação entre a realidade, a linguagem e a busca incessante pelo conhecimento. Segundo a autora, a realidade é a matéria-prima que buscamos compreender e a linguagem é um dos caminhos para tentarmos acessá-la. Entretanto, a linguagem nunca é inteiramente capaz de captar a totalidade da realidade, o que leva à sensação de não se encontrar o que se busca. A partir desse aforismo, a escritora realça que é na tentativa de buscar o que não se conhece que surge o ‘novo’, o ‘desconhecido’, o ‘indizível’. O ‘fracasso’ da linguagem em capturar a totalidade da realidade pode, paradoxalmente, abrir caminho para novas descobertas e experiências.

Em apreço a isso, podemos deduzir que, para Clarice Lispector, a linguagem é um sistema linguístico intrínseco à espécie humana, até certo ponto limitado, mas que não deve ser desprezado, pois é por meio dele que nos aproximamos da realidade. Além disso, o ‘fracasso’ da linguagem em expressar tudo o que queremos pode ser visto como uma oportunidade para descobrir o que ainda não usamos e que só pode ser captado através da experiência direta.

Na contramão a esse pensamento, o linguista francês Antoine Culioli, que dedicou mais de quatro décadas ao estudo da linguagem e das línguas naturais, as afirmações acima podem ser consideradas ‘quimeras’ diante do arcabouço teórico desenvolvido por ele. O escopo da linguística culioliana busca compreender a linguagem como uma atividade simbólica significante de ordem cognitiva e afetiva apreendida por meio das línguas naturais, dos textos e das situações enunciativas. O desafio do linguista enunciativo é refletir sobre a linguagem e a realidade que o cerca, que se subjaz ao que o sujeito faz com a realidade dada, por meio do

¹ Excerto extraído do livro “A paixão segundo G.H.” – (Clarice Lispector, 2009).

enunciado e de seus processos constitutivos, ancorados por um sistema metalinguístico de representação de significação.

Insuflados por esse desafio, temos por objetivo desenvolver um estudo semântico-enunciativo de ‘FECHAR’ à luz da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, doravante TOPE, a partir da descrição de princípios e regras de variação semântica desse verbo em português brasileiro (PB) no amparo de um sistema de representação metalinguística, tal qual elaborado por Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018) e discípulos.

A descrição linguística carece de trabalhos de ordem enunciativa que deem conta de explicar o funcionamento semântico de formas verbais de ‘fechar’. As pesquisas em TOPE não conhecem, até então, um estudo com ‘fechar’ no português brasileiro. O verbo ‘fechar’, conforme apontam articulações como fechar o tempo’, ‘fechar negócio’, ‘fechar os olhos’, tem uma variação considerável de sentidos oriundos de seus usos. Os estudos de transitividade e agentividade verbal carecem de análises que coloquem um verbo da amplitude de ‘fechar’ num domínio metalinguístico que dê conta de redimensionar, pelo enunciado, esses conceitos.

Adotar a TOPE como princípio teórico-metodológico de análise nos permite assimilar o enunciado como um todo estruturado, resultado de um efetivo processo de construção e reconstrução dos sentidos, proporcionados pela presença de rastros (as marcas enunciativas) constitutivos que norteiam os possíveis caminhos trilhados pelo enunciador no momento da enunciação (produção), envolvendo o contexto enunciativo como um todo.

A construção dos sentidos de ‘fechar’ se dá pela instanciação das interações comunicativas constituídas a partir de uma atividade dinâmica que envolve os sujeitos, no tempo e no espaço em que um enunciado foi proferido, operando e gerando sentidos. Uma vez que os sentidos são (re)construídos no âmago dessas interações e não há como distinguir o que existe de invariante, de recorrente, sem levar em consideração sua variação. Essa constituição está imbricada numa atividade de linguagem resultante da consecução das operações de representação, referenciação e regulação.

O *Corpus* dessa pesquisa é constituído de 10 enunciados pinçados do *site* de buscas *Google*, de exemplos instituídos nas obras dicionarísticas e de enunciados corriqueiros que foram surgindo ao longo dos anos de 2021 a 2023.

Devido à diversificação das ocorrências nas quais o verbo ‘fechar’ se constitui, procuramos evidenciar, amparados pela TOPE, a singularidade desse verbo em meio a toda variação possível, ou seja, em que se busca explicar o funcionamento semântico-enunciativo de ‘fechar’ por meio de uma forma esquemática e de uma organização da variação semântica na

qual ele se enuncia. Tal metodologia se dá pela clivagem entre linguagem e línguas naturais, uma vez que as línguas são representadas por sistemas tipicamente operatórios e dinâmicos, conferindo-lhes tanto estabilidade quanto plasticidade. Isso graças a conceitos como o de reformulação, também denominada de glosagem ou parafraseagem (FRANCKEL, 2011; FUCHS, 1985).

Dada a maneira como vamos direcionar esta pesquisa, que dispõe de quatro seções, começemos pela seção 1, intitulada: “A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – conceitos operacionais básicos”, que discorre sobre os conceitos epistemológicos e operatórios que subsidiam procedimentos analíticos desta pesquisa. Este percurso teórico inicia-se pela abordagem da articulação da linguagem e das línguas naturais, passando pelos três níveis constituintes da atividade de linguagem: representação, referenciação e regulação.

Destarte, tomamos a reformulação como “uma atividade metalinguística, específica da linguagem humana, que apreende o sentido apenas quando o faz circular por meio de formas diferentes, na fluidez de ajustes jamais definitivos” (FRANCKEL, 2011, p 103). Este conceito conflui em três processos básicos de operações de estabilização de sentido, concebidos como: a parafraseagem, a glosagem e a desambiguação. Essa metodologia é eficaz e se torna crucial para o engendramento das análises. Em suma, essa seção evidencia a base conceitual que nos dá envergadura ao sustentar os métodos de análises.

Na seção 2, cujo título é “O que trazem os dicionários sobre o verbo fechar?”, apresenta-se brevemente a origem do verbo ‘fechar’ promulgada por três dicionários etimológicos, em que não há consenso sobre a gênese desse verbo. Procuramos desenvolver nessa seção como se configura a variação de ‘fechar’ nas obras dicionarísticas. Para tanto, fizemos um breve percurso analítico sobre a ciência do dicionário, o qual é descrito por Biderman (2001, p. 132) como “um produto cultural destinado ao consumo do grande público”, capaz de “registrar a norma linguística e lexical vigente na sociedade para o qual é elaborado” (Idem), e documentar a prática de uma determinada sociedade. Dessa forma, examinamos sete compêndios lexicográficos a fim de averiguarmos se os valores prototípicos atribuídos a ‘fechar’ são suficientes para explicar toda variação possível.

A seção 3, nomeada: “A transitividade verbal revisitada pelo comportamento semântico de fechar”, aduz a transitividade verbal observada por diversos ângulos teóricos. Estima que o termo ‘transitividade’ tenha originado do latim *transitivus* que significa ir além, que se transmite algo a alguma coisa.

Pelo enlace da Tradição Gramatical (TG), Said Ali (1964) faz mesura à terminologia *transire*, que segundo ele denota “ir além, trespassar”, remetendo-se aos transitivos e não especificamente à transitividade. Nessa subseção, ainda sob a tutela da TG, apresentamos que a transitividade tem sido objeto de estudo entre vários gramáticos, dentre os quais: Said Ali (1964, 1966), Kury (2000) e Bechara (2001, 2009). Os pontos de convergências e divergências entre eles são essenciais e reforçam a teoria de que a ‘transitividade’ ainda é um ‘campo minado’ a ser explorado com muita sagacidade, principalmente quando se trata do funcionamento semântico-enunciativo de um verbo com tamanha envergadura como é a ‘fechar’.

Evidencia-se que a transitividade impingida pelo Funcionalismo de vertente Norte-Americana, postulada por Hopper e Thompson (1980), se dá de forma escalar/gradual pautada em dez traços e/ou parâmetros de transitividade, e desloca-se dos princípios norteados pela TG. Na mesma seção, vê-se que, diferentemente dos estudos tradicionais e da perspectiva funcionalista, a TOPE aproxima a transitividade ao conceito de causalidade (REZENDE, 2000, 2003) e sustenta que há transitividade, mesmo quando parece que não há, que nos permite compreendê-la como “um circuito que perpassa um enunciado conectando as suas partes, dando-lhe unidade e atribuindo-lhe um valor” (REZENDE, 2000, p. 5).

Por fim, na seção 4 “O funcionamento semântico-enunciativo do verbo fechar” propõe-se analisar o funcionamento semântico-enunciativo e a organização da variação de ‘fechar’ ancorados na TOPE, mobilizando os processos de reformulação, a glosagem e a parafraseagem, a fim de se obter uma forma esquemática que explique toda essa operação enunciativa. Uma vez que a variação do verbo ‘fechar’ está associada ao modo como ele age sobre os contextos verbais que ele mesmo convoca ao se enunciar, do mesmo modo que se vê delimitado por esses contextos, o que nos permite examinar o que há de regular e/ou invariante em seu funcionamento enunciativo.

Portanto, o funcionamento semântico-enunciativo de um verbo como ‘fechar’ demonstra que o sentido de unidades linguísticas aquém de uma articulação não passa de uma projeção de estabilização do sentido em si.

As operações de linguagem mostram mais sobre a transitividade do que puderam prever cristalizações gramaticais sobre esse conceito. Ampliando esse leque como demonstraremos ao longo desta tese. A forma esquemática é uma ‘maneira empírica’ que encontramos para explicar as formas invariantes dentro de toda variação possível.

A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONCEITOS OPERACIONAIS

A linguagem é uma atividade que supõe, ela mesma, uma perpétua atividade epilinguística (definida como “atividade metalinguística não consciente”), bem como uma relação entre um modelo (a *competência*, ou seja, a apropriação e o domínio adquiridos de um sistema de regras sobre as unidades) e sua realização (a *performance*), da qual temos o rastro fônico ou gráfico, os textos (Culioli, 1999, p. 19, aspas e grifos do autor).

O excerto acima destoa da definição de linguagem como “a capacidade que possuímos de expressar nossos pensamentos, ideias, opiniões e sentimentos”. (JAKOBSON, 1970, p. 14) e da ideia de que a comunicação é sua principal função: “a linguagem está relacionada a fenômenos comunicativos; onde há comunicação, há linguagem” (Idem).

Na contramão desse posicionamento alinhado aos preceitos da Tradição Gramatical, Travaglia (2009), concebe a linguagem como reflexo do mundo e do pensamento do indivíduo sobre este mundo, o linguista francês Antoine Culioli, que se dedicou por mais de quatro décadas ao estudo da linguagem como uma atividade que está na gênese humana apreensível somente em articulação com as línguas naturais.

Nessa perspectiva, refuta-se a ideia de que a linguagem seja simplesmente definida como um meio de comunicação, pois ela é concebida como uma atividade significativa e uma capacidade reguladora, que permite ao homem uma competência cognitiva de representar, referenciar e regular, para além disso, (re)construir a significação apreendida através das línguas naturais.

Antoine Culioli é o fundador da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, e autor intelectual dos quatro compilados de textos, aulas e artigos que recebem o título de *Pour une linguistique de l'énonciation*. Muitos dos avanços atuais da teoria, bem como reflexões acerca de seu quadro epistemológico, encontram-se nos estudos realizados por pesquisadores que com ele trabalharam, que é o caso de Sarah de Vogué, Jean-Jacques Franckel, Denis Paillard e Letícia Rezende, ou que com ele estabeleceram relações intelectuais profundas, caso de Claudine Normand e de Dominique Ducard.

Dito isso, nesta Seção temos por objetivo apresentar os princípios regentes básicos da TOPE, que deverão embasar o desenvolvimento deste trabalho no que tange aos aspectos teórico-metodológicos e analíticos.

1.1 Linguagem e Línguas Naturais

A linguagem é uma atividade significativa “de representação de significação, só é acessível a partir das sequências texto, isto é, através de arranjos de marcadores que são eles os próprios vestígios de operações subjacentes” (CULILOI, 1990, p. 179, tradução nossa).

Situada no campo da especificidade humana, a linguagem se constitui como uma forma de pensamento. No entanto, ela não é a única, tampouco homogênea. Essa peculiaridade constitui um pôr em prática específico de mecanismos cognitivos, pois trata-se de uma atividade cognitiva entre outras formas de pensamentos que apresenta propriedades relacionadas à sua organização própria. Assim,

a linguagem é o traço de um pensamento organizado de modo específico entre outras formas possíveis de pensamento: todo pensamento não se reduz à linguagem. Podemos evocar imagens (imagens figurativas, imagens mentais), os gestos. (FRANCKEL, PAILLARD, DE VOGUÉ, 2011, p. 42).

Esse traço de um pensamento que se organiza de modo específico (a linguagem), acessível através das línguas naturais, se configura como uma espécie de simbiose, uma instância metalinguística ruminante de um pensamento significativo, que se materializa por meio das línguas na aplicabilidade de seus usos.

A simbiose que se caracteriza como uma espécie de associação íntima de mutualismo entre a linguagem e as línguas naturais, constitui o objeto de estudo da teoria culioliana, ao tomar “por objeto de análise aquilo que é acessível ao linguista e passível de observação, ou seja, os enunciados e seus valores interpretativos” (FRANCKEL, 1998, p. 153). Portanto, a linguagem é uma “atividade significativa de representação, referenciação e regulação, somente acessível através dos textos, isto é, dos arranjos de marcadores” (Idem).

Esse olhar diferente quanto à conceituação, à fundamentação e à aplicabilidade das operações linguísticas possui como uma das propriedades basilares a construção de relações. Logo, a linguagem é entendida como

uma atividade cognitiva de construção e reconhecimento de formas, é responsável pela constituição dos enunciados e pela construção da significação. Por ser cognitiva essa atividade somente pode ser apreendida a partir daquilo que produz, ou seja, dos enunciados, partindo-se deles e a eles retornando (ZAVAGLIA; FLORES, 2009, p.153).

Ademais, observa-se que as marcas de representações cognitivas e a promoção de marcadores constituem a base da elaboração do enunciado. Isso porque a linguagem resulta numa perpétua atividade epilinguística², que se dá como uma relação extenuante entre o modelo³ e sua realização (*performance*), resultante de uma atividade metalinguística não consciente do sujeito que enuncia (CULIOLI, 1999a). Enquanto as línguas são consideradas como “sistemas simbólicos com *status* de representação de significados que apresentam variações no tempo, no espaço, de uma cultura para outra, entre falantes e intra-falantes na aplicabilidade de seus usos”⁴ (CULIOLI, 1990, p. 179, tradução e grifo nossos).

Pode-se dizer, então, que a linguagem no prisma da TOPE “é considerada apenas por meio do que as formas permitem dizer. É a ancoragem nas formas que esclarece o próprio termo de *enunciação* com o qual essa teoria se identifica de bom grado” (FRANCKEL, PAILLARD, DE VOGUÉ, 2011, p. 10 – grifos do original).

Ao delinear os conceitos de linguagem e das línguas naturais sob a ótica de Culioli, poderíamos dizer que as línguas naturais seriam um produto da linguagem? Diante de tal indagação, Rezende (2000) destaca que:

uma língua natural é, ao mesmo tempo, produto e material para o processo novamente de construções de símbolos. A linguagem é um eterno recomeçar que passamos aos nossos descendentes na bagagem genética; uma língua natural é uma conquista contínua que passamos aos nossos descendentes na bagagem cultural. As duas ordens (formal e empírico, linguagem e línguas) estão de tal modo imbricadas, que, privado de uma herança ou de outra, o ser humano não se desenvolve (REZENDE, 2000, p. 91).

Em contraste aos automatismos concretos dos animais⁵, a linguagem, enquanto atividade simbólica, possibilita a abstração, organiza e desenvolve o pensamento. Entretanto,

² A atividade epilinguística está na origem de formulações explicativas muito comuns no discurso cotidiano. Tais formulações têm papel importante no discurso e podem, por exemplo, especificar o sentido de algo que foi dito anteriormente. Assim, no enunciado “Este homem é um imbecil, aliás, aquilo que eu chamo de imbecil”, a expressão “aquilo que eu chamo de” indica uma espécie de remissão à noção em causa. Antoine Culioli, ao dar destaque à atividade epilinguística, dá ênfase às produções linguísticas espontâneas - não-conscientes - de um enunciador que busca explicitar para o coenunciador o sentido de um dito precedente. (CULIOLI, 1999a, p. 111-112).

³ A competência, ou seja, a apropriação e o domínio adquiridos de um sistema de regras sobre as unidades (CULIOLI, 1999a, p. 19).

⁴ No original: “symbolic systems of representation of meanings that present variations in time, in space, from one culture to another, between speakers and intra-speakers” (CULIOLI, 1990, p. 179).

⁵ Corroborando o excerto, “dá-se o nome de “automatismo” aos movimentos que ocorrem num objeto sem o impulso externo aparente e, por conseguinte, aos movimentos que parecem ter origem no próprio interior do objeto considerado. Por extensão, qualificam-se de automáticos os movimentos que se repetem em forma limitada e determinada mesmo quando há um ato de excitação ou impulsão externa. Segundo Descartes, os animais são autômatos, reagem de forma mecânica às excitações externas, ao contrário do homem, que possui alma e vontade (ver alma dos brutos). O automatismo dos atos psicológicos não é idêntico em todos os seus graus; costuma

“são as línguas naturais, enquanto memória coletiva, que guardam o trabalho de abstração e de organização da experiência e que oferecem às gerações seguintes as conquistas da geração atual” (REZENDE, 2000, p. 91).

Mais adiante, a autora salienta que “as línguas naturais são um sistema de representação com características que lhes são próprias” (REZENDE, 2000, p. 92). A linguagem, no entanto, “não é domínio exclusivo do linguista: lógicos, antropólogos, psicólogos, neurologistas, sociólogos têm interesse também na linguagem, enquanto capacidade humana de elaboração de símbolos” (Idem). Dito isto, cabe ao linguista o domínio da linguagem como material simbólico organizado por meio das línguas naturais, ou melhor, o que lhe é de direito.

Vale ressaltar que mesmo com a singularidade das línguas, a reconstrução das categorias invariantes designadas pelos acontecimentos da invariância, que se encontram na essência de uma determinada língua, e nos

fornece meios para repensar aquilo que pode fazer a unidade da linguagem além da diversidade das línguas naturais e para repensar as próprias modalidades da atividade linguagística além da expressão de conteúdos compreendidos e estabilizados (CUMPRI, 2017, p. 180).

Para além disso, o escopo dessa linguística transcende o estudo da invariância entre as línguas ou de uma língua específica, culminando em analisar as invariantes linguagísticas (a atividade de linguagem) no bojo das línguas particulares. Isso nos remete a Culioli (2018), ao dizer que a invariância compreende uma estabilidade deformável, uma instância de sentidos reguladora da criatividade enunciativa. Por entender que essa invariância é fruto de reconstruções das invariantes constituídas dos enunciados que se manifestam através de uma língua natural.

Do ponto de vista da teoria enunciativa, a atividade de linguagem se configura como um objeto complexo, heterogêneo que supõe uma ininterrupta atividade metalinguística não

abandonar seu caráter aparentemente mecânico à medida que vai penetrando na esfera da consciência. A intervenção da vontade pode desviar o automatismo dos atos ou pode ser também uma das causas produtoras de um número determinado de movimentos automáticos” (MORA, J. Ferrater, 2004). Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/automatismo>. Acesso em: 12 jan. 2022. Por essa razão, “o homem inventa e compreende símbolos; o animal, não. Tudo decorre daí. O desconhecimento dessa distinção acarreta toda sorte de confusões ou de falsos problemas. Diz-se com frequência que o animal treinado compreende a palavra humana. Na realidade o animal obedece à palavra porque foi treinado para reconhecê-la como sinal; mas não saberá jamais interpretá-la como símbolo. Pela mesma razão, o animal exprime as suas emoções, mas não pode nomeá-las. Não é possível encontrar nos meios de expressão empregados pelos animais um começo ou uma aproximação da linguagem. Entre a função sensorio-motora e a função representativa, há um limiar que só a humanidade transpôs” (BENVENISTE, 1976, p. 29).

consciente articulada a vários domínios. Ao passo que os fenômenos das línguas se vinculam à problemática: do específico e do generalizável, do contingente e do invariante.

Levando em consideração todos esses conceitos acerca das línguas naturais e da linguagem, somos tomados por um lugar teórico que reverbera a trajetória de uma (re)construção do sentido, que se faz pelo engendramento de uma atividade metalinguística (heterogênea) de representação, referenciação e regulação apreendida por meio da diversidade das línguas naturais.

1.1.1 Linguística culioliana

O legado de Culioli nos permite vislumbrar que a ciência da linguagem⁶ é uma teoria dos observáveis que busca entender a invariância da linguagem pela ancoragem do que varia nas línguas naturais (as famílias parafrásticas, por exemplo). A partir desse aforismo, explora-se a língua em funcionamento (em situação enunciativa), que nos permite acesso à linguagem e ao mapeamento das invariantes no bojo de toda variação possível. Trata-se, portanto, de uma linguística de operações, dinâmica que se configura como uma

ciência cujo objetivo é compreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais. Essa definição é em si um direcionamento teórico e metodológico (um programa de pesquisa), uma vez que aponta para um ponto comum (a linguagem) que se manifesta de formas diversas (as línguas naturais), portanto, influencia a teorização e a metodologia⁷ (CULIOLI, 1990, p. 179, tradução nossa).

Sobretudo, a linguística postulada por Culioli advém da concatenação: de uma teoria da enunciação, a um sistema de orientação e a uma teoria da invariância (e da variação). Nessa medida, o desígnio da linguística consiste na apreensão de processos invariantes, ditos formais, que lhes são subjacentes à diversidade de fenômenos que se pretende estudar. Apesar das línguas naturais resultarem num alto grau de heterogeneidade, cabe ao linguista buscar uma homogeneidade satisfatória, isto é, que lhe seja própria. Essas invariantes estabelecem e regulam a atividade da língua, à medida que se manifestam por meio das configurações de diferentes línguas. Portanto, a linguística só pode ser uma busca do generalizável, no sentido

⁶ Como era/é concebida a linguística. Queremos deixar claro que a linguagem não é um campo exclusivo da linguística, há outras ciências que comungam dessa fonte com outros contornos, como: a psicologia, a antropologia, a sociologia e a neurologia.

⁷ No original: “the science whose goal is to apprehend language through the diversity of natural languages. This definition is in itself a research programme, since it sets a goal and therefore influences theorization and methodology” (CULIOLI, 1990, p. 179).

de que propriedades, categorias, operações podem ser (re)construídas, pelo raciocínio, sempre que necessário. Assim, não há uma linguística sem as “observações profundamente detalhadas; observáveis sem problemáticas; problemáticas que não conduzam a problemas; problemas sem a procura de soluções” (FRANCKEL, PAILLARD, DE VOGUÉ, 2011, p. 9-10). Com efeito, não há um “sistema de representação metalinguística sem operações, em particular, categorização sem transcategorial” (Ibid. p. 9-10).

No bojo de suas percepções, Culioli institui uma problemática vinculada à abordagem da linguagem enquanto atividade simbólica. Neste percurso, convocam-se múltiplas áreas do conhecimento e, através de análises minuciosas sobre as operações que sustentam a produção verbal (a fala, os gestos e a escrita), ele enfatiza que a atividade de linguagem é constituída por procedimentos dinâmicos que se reconfiguram nas diferentes línguas. A atividade simbólica está vinculada à cognição: temos necessariamente na atividade simbólica uma atividade de representação, pois

estamos lidando com a construção de representantes de uma atividade de representação (uma realidade imaginária ou exterior física), e esta atividade de representação é, portanto, regida por restrições que parecem ser restrições formais que se encontram em diversos domínios⁸ (CULIOLI, 1990, p. 85, tradução nossa).

A atividade de linguagem é dotada de uma maleabilidade e ao mesmo tempo guiada por regularidades que constroem a estabilização semântica, permitindo trocas entre os sujeitos enunciadorees por meio dessa estabilidade. Nesse movimento, surgem as operações resultantes da combinação entre os fatores cognitivos, subjetivos, sociais e culturais que são manifestados na aplicabilidade de usos da língua, que regem a variação dos empregos das formas linguísticas e das condutas discursivas na interação entre os interlocutores.

Essa maleabilidade diz respeito à flexibilidade, mas isso não significa que há liberdade total e irrestrita e, sendo assim, impõe limites. Por exemplo, quando a temperatura sobe muito, deve-se ter cuidado para não “tomar sol” em excesso; dificilmente diríamos que é preciso prestar atenção para não “tomar calor” em excesso. E, ainda, com relação a “tomar”, se dizemos que ele chora porque “tomou um baita tapão” ou “um baita tombo”, não dizemos que ele está feliz porque “tomou um baita carinho” (ROMERO, 2010, p. 491).

⁸ No original: “Nous avons donc affaire à des représentants, et cette activité de représentation (c’est-à-dire de construction de représentants d’une réalité, réalité imaginaire ou extérieur physique), cette activité donc est régie par des contraintes qui semblent être des contraintes formelles que l’on retrouve dans divers domaines” (CULIOLI, 1990, p. 85).

A flexibilidade está intrinsecamente relacionada às condições de usos da língua, guiada por regularidades que constroem a estabilização semântica, levando-se em consideração o contexto em que essas operações foram construídas. Nesse caso, a variação do verbo ‘tomar’ não é irrestrita, uma vez que não há liberdade total que nos permitiria construir operações, como: “tomar calor” ou “tomar um baita carinho”.

É importante ressaltar que a atividade significante entre enunciadores não deve ser confundida com qualquer interação, pois ela é significativa na medida em que um enunciador produz formas, funcionalmente sonoras ou gráficas, para que elas sejam reconhecidas por um coenunciador como sendo produzidas para serem reconhecidas como interpretáveis.

As representações são construídas a partir das nossas experiências e, portanto, elas se relacionam com um movimento de construção e reconstrução. Nesta perspectiva, retomamos uma importante colocação de Culioli: “há sempre um sujeito na língua” (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 165), compreendido na interface entre o intersubjetivo e o transindividual. Dessa forma, se os sujeitos associam entidades, é porque preveem as possibilidades de transformá-las, seja no plano físico-cultural ou afetivo, seja ao menos no plano simbólico.

Nesse movimento, a articulação entre língua e linguagem põe em jogo uma metalinguagem⁹ regulada por um sistema teórico-metodológico-analítico capaz de prover/sustentar que a diversidade das línguas naturais seja apreendida à luz de uma teoria da linguagem. Esse mecanismo operacional resulta no ajuste das mais diversas categorias morfossintáticas, válido para todas as línguas.

Na próxima subseção, veremos como se configura a linguagem como atividade de representação, referenciação e regulação.

1.1.2 Linguagem como atividade de representação, referenciação e regulação

Segundo Almeida (2019), a teoria culioliana se constitui num modelo epistemológico alicerçado em três níveis de representação: o nível I (representações mentais ou nocionais) é de ordem cognitiva-afetiva e está associado às representações mentais. O nível II (representações linguísticas) diz respeito a um conjunto de marcadores, que, submetidos à gramática de uma

⁹ Na metodologia de investigação de Culioli, é “um lugar até então radicalmente inédito em linguística (e, até onde se pode perceber, nas ciências humanas), na medida em que integra plenamente ao próprio sistema de representações por ele elaborado” (ZAVAGLIA, 2016, p. 24).

língua, surgem sob a forma de enunciados. O conceito de marcador designa representantes linguísticos, de nível II. Esses representantes são como os mediadores do que está inacessível e

o termo marcador, especifica Culioli, remete à indicação perceptível de operações mentais, que fazem passar do nível I, do qual nós temos apenas o traço, ao nível II que é, precisamente, o local onde se agenciam os traços sob forma de enunciados (DUCARD, 2013, p. 105).

Além disso, duas observações devem ser feitas sobre os marcadores: a primeira refere-se à sua escolha, cujo intuito foi o de evitar toda ambiguidade que se produz com o termo marca (CULIOLI, 1985, p.16), mais precisamente, o de assinalar que não existem “entidades imperceptíveis”; a segunda, a sua “abrangência, visto que ele corresponde não só a unidades ditas lexicais, mas, de modo mais amplo, a uma mudança na prosódia, na entonação, a uma partícula, um morfema qualquer ou um conjunto de morfemas” (ROMERO, 2010, p. 488).

E o nível III (representações metalinguísticas) é o nível de reconstituição, de simulação, da atividade à qual se tem acesso pelos traços deixados nos enunciados. O pesquisador, por meio de uma apreensão analítica sobre os enunciados, nível das representações linguísticas (nível II), estrutura representações metalinguísticas que, por hipótese, são representantes das representações (nível III), e podem simular parcialmente as representações nocionais (nível I).

Contudo, é importante ressaltar que o acesso ao nível I, em si, é sempre de natureza parcial, pois o nível II não permite apreendê-lo em sua completude. O nível I está associado às representações mentais ou nocionais, de ordem cognitiva-afetiva. A cognição aqui é entendida num sentido amplo, dotada de afetividade, sendo esta parte constitutiva da cognição. O grande desafio do linguista culioliano é ter acesso ao nível das representações mentais e/ou nocionais por meio das representações metalinguísticas (nível III).

Nessa direção, a articulação entre a atividade de linguagem e o funcionamento da língua se faz pela intrínseca relação de três processos fundamentais: Representação, Referenciação e Regulação.

A representação, em seu primeiro nível, inclui a inter-relação entre as esferas cognitiva e afetiva. Para Culioli (1990), não há de um lado a cognição, que pertenceria ao domínio de uma racionalidade explícita, e de outro, o afeto, que ocuparia o lugar dos sentimentos e da imaginação, ou seja, o afeto está intrinsecamente ligado ao cognitivo. A representação agrega um conjunto de representações mentais concatenadas com base nas práticas sociais vivenciadas

desde a tenra idade, essa assunção se dá por meio das relações que são constituídas “com o mundo, com os objetos, com o outro, do fato de pertencermos a uma cultura, do interdiscurso no qual nos banhamos”¹⁰ (CULIOLI, 1990, p. 21, tradução nossa).

Neste nível de representação, há cadeias de associações semânticas nas quais se têm arranjos de propriedades estabilizadas pela experiência, acumulada e elaborada sob diversas formas e em conexão, especialmente, com os processos de memorização, imagens e toda atividade simbólica. Essa é uma característica basilar, sobre a qual se fundamentam os movimentos de ajustamentos intersubjetivos que supõem por vez estabilidade e deformabilidade¹¹. “Essa ramificação de propriedades que se organizam umas em relação às outras em função de fatores psíquicos, culturais e antropológicos, estabelece o domínio nocional”¹² (CULIOLI, 1999b, p. 10, tradução nossa).

A referenciação é elucidada nas operações por meio das quais a linguagem permite dizer algo do mundo. Incluem-se os arranjos de formas derivados da materialidade das línguas (os enunciados) constituindo-se em um modo particular de apreender o mundo. É uma construção que inclui todas as maneiras possíveis de expressão: arte, falha, criatividade, reformulação, gaguejos, dentre outros modos. É o nível de complexidade no caminho de apreensão da atividade epilinguística, que se dá por:

[...] um jogo de relações, de algo constituído intrinsecamente de relações sem materialidade que permite construir objetos perceptíveis quando há verbalização. De uma atividade interna, passa-se sempre a uma atividade externa que se torna pública, que vem à tona sem que essa exteriorização corresponda efetivamente à atividade interna que se manifesta (ROMERO, 2011, p. 155).

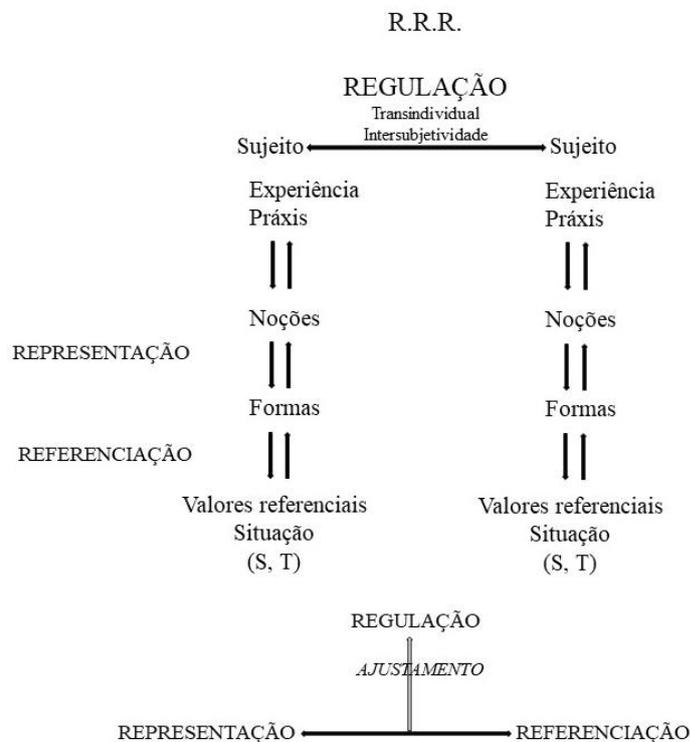
A regulação é caracterizada pelo jogo de relações entre posições enunciativas construídas no enunciado, posições que não se configuram como aquelas oriundas de indivíduos em sua singularidade de sujeitos (independente de um sistema linguístico existente), mas que integram a dinâmica e os arranjos que o sistema linguístico compartilha. A regulação é da ordem do transindividual.

¹⁰ No original: “Au monde, aux objets, à autrui, de notre appartenance à une culture, de l’interdiscours dans lequel nous baignons” (CULIOLI, 1990, p. 21)

¹¹ A deformidade se constitui como as reconfigurações (inerentes ao sentido) permeadas pela atividade de linguagem que incidem sobre o funcionamento da língua.

¹² No original: “Cette ramification de propriétés qui s’organisent les unes par rapport aux autres en fonction de facteurs physiques, culturels, anthropologiques, établit ce que j’appelle un domaine notionnel” (CULIOLI, 1999b, p. 10).

Figura 1: esquema RRR



Fonte: adaptação ao esquema RRR de Ducard (2013)

Este esquema representa que:

O enunciado remete: (1) à construção de representações de ordem nocional, subjetivas e culturais; (2) à construção de um espaço de referência ajustado entre os sujeitos; (3) a uma regulação a partir de objetivos dos quais se tem mais ou menos consciência, que implica necessariamente interações complexas entre categorias heterogêneas. (CULIOLI, 2002, *apud* DUCARD, 2013, p. 54).

Somos abduzidos por esse movimento simbólico da atividade de linguagem. Ao deixar claro como ocorre este mecanismo, Culioli (2005) vale-se do gesto de uma criança para exemplificar o significado da inter-relação entre esses processos (R-R-R). Em suas palavras:

o gesto de uma criança quando pega uma vasilha para colocá-la em sua cabeça como se fosse um chapéu. Neste gesto, observa-se esse movimento em operação, uma maneira de conduzir os pensamentos que busca uma certa coerência que, aqui, se vê manifestada por movimentos corporais. (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 22).

Percebe-se, nesses gestos, uma operação de racionalidade, que Culioli qualifica como “nova” e “silenciosa”, fazendo menção à recuperação de uma racionalidade precedente que

consiste em “uma maneira de conduzir os pensamentos que busca uma certa coerência e não passa pela linguagem” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 22). Ainda que essa racionalidade seja de ordem cognitiva, sutilmente, ela está associada ao corpo e aos gestos, que por sua vez decorre de um raciocínio que, impreterivelmente, não passa pela verbalização. A atividade de linguagem é compreendida sob esse aspecto que é o “de dar conta de uma racionalidade que, embora não passe pelo dizível, é apreendida por meio das línguas, desde que se considerem as reduções que necessariamente ocorrerão” (ROMERO *et al.*, 2019, p. 192).

A atividade epilinguística abrange essa “racionalidade silenciosa” e é apreendida a partir da reconstituição dos movimentos de uma atividade não-consciente através do exercício metalinguístico sobre os enunciados produzidos pelo sujeito em situações de uso da língua. A estabilização do sentido nos enunciados resulta da análise sobre os movimentos de ajustamento intersubjetivo advindos do jogo entre os níveis I (cognitivo) e II (linguístico).

A concepção culioliana admite a importância de um caráter interdisciplinar sustentando que a linguagem não é um objeto de estudo exclusivo da linguística. O conceito de linguagem da TOPE dialoga com outros campos do conhecimento como a psicologia e a psicanálise. Elas se convergem, num determinado momento, pelo exercício de análise sobre os aspectos não conscientes da atividade de linguagem e nas teorizações que buscam resgatar o universo das representações mentais e suas relações com as produções linguísticas.

1.2 Por que é um projeto da (re)construção em Linguística?

As contribuições epistemológicas à ciência da linguagem dadas por Culioli (1990) propõem uma forma diferente de se pensar e aplicar a linguística, considerando princípios operacionais inovadores, rompendo assim, com o predomínio da percepção estruturalista, desenvolvida por Saussure (1916) e seus seguidores, conjecturando o preenchimento de significativas lacunas vigentes até então.

A (re)construção em linguística perpassa pelos processos de descategorização e de emancipação teórica, pois visa à produção linguística em detrimento do produto linguístico.

Culioli (1990) contemplou as especificidades das línguas naturais e se distanciou do processo de generalização no que tange ao estudo e pesquisa linguística por meio da sistemática classificatória, excludente e dividida por nichos etiquetados.

Assim, a TOPE tem como proposta a (re)construção desta modalidade de prática linguística operacionalizada sob os vieses supramencionados e a efetivação de um programa de pesquisa ancorado na articulação entre linguagem e línguas naturais, cujo eixo é o princípio da invariância e indeterminação da linguagem, que é uma atividade inacessível diretamente. Somente as operações com as marcas linguísticas são capazes de lhe dar estatuto.

Conforme Culioli (1999a), a invariância linguística é entendida como uma maneira de se pensar a diversidade das línguas naturais, porém, não se configura como um fenômeno universal, mas como o modo de apreender o que há de mais generalizável na linguagem. Nesse sentido, a invariância relaciona-se do particular ao geral, das línguas à linguagem e corresponde a uma relação primitiva com valor semântico que dá origem as outras relações, a saber: relações linguísticas, predicativas e enunciativas. Assumindo papéis de proliferadoras, essas três relações organizadas pelas relações primitivas possibilitam que as noções linguísticas sejam moduladas, reorientadas construindo outros domínios nocionais para uma determinada noção e introduzindo novos sentidos e valores nocionais para valores linguísticos, que, muitas vezes, são tidos como estabilizados, pois,

o objetivo não é construir uma gramática universal, mas reconstruir, por meio de um processo teórico e formal, as noções primitivas, as operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões (arranjos) específicos a cada língua. Em suma, o objetivo é encontrar as invariantes que respaldam e regulam a atividade de linguagem, em toda sua riqueza e complexidade¹³ (CULIOLI, 1990, p. 179, tradução nossa).

Enquanto atividade, remete ao trabalho dos sujeitos para posicionar (fr. *répérer*) raciocínios subjacentes (invariantes) num espaço referencial através de “formas que *marcam* e constroem sua presença, formas que traçam a atividade dos sujeitos (sob a ótica que essas formas lhes conferem)” (FRANCKEL, PAILLARD e DE VOGÜÉ, 2011, p. 11 – grifos do original).

A sinuosidade do projeto culioliano da (re)construção em linguística ratifica a linguagem como atividade exclusivamente da espécie humana, que busca a invariância (na variação das línguas), a estabilidade deformável¹⁴ tácita a essa atividade, proliferada pelas línguas naturais, independentemente, de quaisquer que sejam.

¹³ No original: “The goal is not to construct a universal grammar, but to re-construct, by a theoretical and formal process, the primitive notions, elementary operations, rules and schemata which generate grammatical categories and patterns specific to each language. In short, the goal is to find the invariants which found and regulate language activity, in all its richness and complexity” (CULIOLI, 1990, p. 179).

¹⁴ Uma estabilidade provisória que a todo momento se reconstrói.

1.2.1 A linguística dinâmica de Culioli

As teorias linguísticas, geralmente, são concebidas de uma metalinguagem, uma espécie de modelo em que se observam fatos empíricos. Pria (2009) evidencia que a pesquisa linguística “fundamenta-se sobre dados metalinguísticos (definidos segundo um raciocínio dedutivo que caminha da linguagem em direção às línguas) ou sobre descobertas empíricas (definidas segundo um raciocínio indutivo que caminha das línguas em direção à linguagem)” (PRIA, 2009, p. 24). O autor enfatiza que há um problema em relação a essas teorias ao indagar qual seria o objeto da linguística: a linguagem ou as línguas?

A dinâmica da linguística culioliana significa dizer que “o objeto de estudo da linguística seja a clivagem dessas instâncias, isto é, a linguagem seja apreendida através da diversidade das línguas naturais e de textos orais e escritos produzidos nessas línguas”¹⁵ (CULIOLI, 1995, p. 13). Apesar dessas línguas disporem “de um alto grau de heterogeneidade, deve-se encontrar uma homogeneidade que lhe seja própria”¹⁶ (Idem, p. 14).

De acordo com Culioli (1995, p. 14), “o único traço universal da linguagem na espécie humana é o fato de todos os grupos étnicos falarem”¹⁷. Ainda que seja intrínseca à espécie humana a capacidade de se produzirem sentenças nunca antes ouvidas faz com que a linguagem humana seja singularizada, especialmente pela competência de produzir paráfrases.

Essa atividade não acontece em um processo mecânico de codificação e decodificação de formas. Os seres humanos “não funcionam como autômatos programados a produzir e reconhecer formas em um universo de valores estabilizados que não requerem modulação ou adaptabilidade” (CULIOLI, 1999a, p. 11). Isso nos levaria a dizer que “os mal-entendidos, as metáforas e tudo o mais que possa ser rotulado como desvio de linguagem são constitutivos das línguas naturais” (CULIOLI, 1967, p. 65).

Em síntese, não se pode sugerir a ausência de qualquer estabilidade, pois essa é dada pelo estado de conhecimento dos sujeitos interlocutores envolvidos em uma situação de enunciação e está sujeita a ajustamentos. Segundo Culioli (1995, p. 15, tradução nossa), o que

¹⁵ No original: “For me it is language apprehended through the diversity of natural languages and registers” (CULIOLI, 1995, p. 13). In Culioli (1987:14), 'registers' is replaced by: “the diversity of texts, oral and written”.

¹⁶ No original: “In fact, we have to find a certain homogeneity in languages displaying a high degree of heterogeneity” (CULIOLI, 1995, p. 14).

¹⁷ No original: “Language is a faculty of the human species: there is no ethnic group that does not speak: it is a universal trait” (CULIOLI, 1995, p. 14).

caracteriza a “atividade de linguagem é o empenho dos sujeitos, que num trabalho incansável, de se fazer entender e de compreender o outro buscam a clareza e a compreensão”¹⁸.

Para a TOPE a instabilidade de sentido está atrelada à variação das línguas naturais e o sentido é momentaneamente determinado e estabilizado no enunciado, em situação enunciativa. É exatamente por isso que a linguística culioliana é dinâmica.

1.2.2 O conceito de articulação na TOPE: da articulação língua e linguagem à articulação léxico e gramática

Antoine Culioli é movido por dois questionamentos filosóficos: qual articulação existe entre linguagem e línguas? Como podemos analisar a relação entre a materialidade da vasta produção verbal e a imaterialidade da atividade significativa dos sujeitos? Guiado por tais questões, o linguista dedicou-se ao estudo da relação entre a atividade de linguagem e as configurações dos enunciados como construtores de significação.

A sua proposta de articulação da linguagem com as línguas naturais tem como objetivo a construção de uma metalíngua, na qual seja possível reconstruir o percurso da linguagem com suas noções primitivas e operações elementares que possibilitam o engendramento dos arranjos de toda língua natural. Sabemos que os sentidos existem, porém, “o nosso posicionamento teórico procura saber como eles chegam a ser o que são” (REZENDE, 2000, p. 17).

Nesta articulação existem cadeias de associações semânticas em que se têm arranjos de propriedades estabilizadas pela experiência acumulada e elaborada sob diversas formas e em conexão com os processos de memorização, imagens e toda atividade simbólica.

Ao propor uma teoria dos observáveis, antes mesmo de uma teorização do que foi observado, Culioli deixa claro o que ao introduzir a heterogeneidade (da linguagem), amplia-se imensamente o campo de estudo da linguística. Isto é, “quanto mais os problemas se apresentem como complexos e heterogêneos, mais necessitamos de uma teorização, caso contrário, não sabemos como articular as heterogeneidades” (REZENDE, 2000, p. 89).

Rezende (2000) salienta sobre o concatenamento entre língua e linguagem, que se dá pela clivagem dessas duas instâncias, ao fazer coincidir o todo e a parte; os processos analíticos e sintéticos. Assim, a linguística

¹⁸ No original: “there would be no problem; however we must strive to achieve clarity, understanding one another, and that is the activity of language” (CULIOLI, 1995, p. 15).

derivada desse conceito de linguagem não estaria procurando o todo, os universais, as invariantes (concepção de ciência no sentido clássico) e não estaria também propondo um estudo do particular, como processos aleatórios e impossíveis de qualquer organização. Propõe clivar essas duas ordens de fato: procurar as invariantes (fazer ciência, talvez não mais em uma concepção clássica de ciência) processuais responsáveis pela variação. (Ibidem, p. 89).

Podemos dizer que Culioli almeja, por meio da enunciação, a forma de uma substância, ou seja, uma substância que se configura como um sistema de referência léxico-gramatical-discursivo resultante da atividade de linguagem realizada por interlocutores. Tal atividade é mediada por aspectos psico-físico-culturais, ao mesmo tempo estáveis e plásticos, constituídos pela materialidade linguística. É a partir desse prisma que Culioli preconiza a articulação entre a linguagem e a língua, transpondo os paradigmas constituídos de um lado pelos objetos e de outro pelos sujeitos. A linguagem é engendrada como uma atividade simbólica de ordem cognitiva e afetiva acessível através das línguas naturais.

1.3 O conceito de valores referenciais em detrimento da referência.

Na proposta da TOPE, os valores referenciais são concebidos linguisticamente. A realidade do enunciado é aquela que se faz no e pelo enunciado, perpassada pela experiência e percepção dos sujeitos enunciadore. De um lado tem-se a realidade subjetiva (mental ou emocional) e, de outro a realidade objetiva (mundo físico-cultural), porém, em situação de interação, essa oposição não se justifica. O extralinguístico e o mundo fenomenológico não atribuem sentidos, eles concedem valores referenciais afins para a determinação do sentido dentro dos contornos materiais de cada enunciado.

Culioli (1995) institui o termo “valores referenciais” ao considerar que o problema da construção da significação é de ordem psicossociológica¹⁹. Essa problemática, ainda que apreendida a partir de uma perspectiva formal, está relacionada ao fato de não sabermos se há correspondência entre os valores de verdade subjetivos e valores de mundo. Uma vez que o autor se descola da referência, por entender que a relação entre o enunciado e evento é sempre mediata, pois, habitualmente, lidamos com acontecimentos construídos e representados.

O valor referencial emerge na articulação do mundo interior e exterior com as expressões linguísticas e os sujeitos enunciadore, haja vista que a linguagem é a atividade

¹⁹ A inserção psicossociológica permite ao falante “perceber sutilezas de significação que comumente são conhecidas por estilo, ênfase, variáveis psicológicas e sociológicas, etc.” (REZENDE, 2000, p. 96).

simbólica tangida pela realidade que se faz justamente pela perspicácia do sujeito que a observa. Isto é, “a realidade subjetiva (mental ou emocional) ou objetiva (mundo físico-cultural) tornam-se sempre subjetivas enquanto realidades percebidas” (REZENDE, 2000, p. 180).

Dessa forma, os valores referenciais em detrimento da referência

são obtidos tomando-se por base uma espessura dialógica construída pela dilatação dos pontos espaço-temporais que, por sua vez, são distribuídos em retrospectão e prospecção pelo próprio movimento real ou imaginário seja do sujeito que enuncia, seja do objeto do discurso. São os movimentos e as trajetórias que se criam entre a origem espaço-temporal do sujeito que enuncia e os outros pontos reais ou imaginários dos eventos linguísticos que oferecem o valor referencial aos enunciados. (REZENDE, 2000, p. 233).

Nessa direção, a semântica enunciativa com a qual trabalhamos não se faz pela lógica ou semântica referencial e/ou parte de uma designação. Ela se configura, concomitantemente, nominalista e realista. “É nominalista em razão das operações da linguagem, em razão da existência de um processo formal de construção de representação” (REZENDE 2000, p. 233). E se faz “realista (de um certo modo), pois é o sujeito, ancorado no centro dessas operações formais, e, interagindo com o meio ambiente (empírico) que dá forma ao conteúdo” (Idem). É importante ressaltar que o objeto ou referente da representação construída pelo sujeito pode ou não existir no mundo.

É por esse motivo que Culioli (1995) desprende-se da referência²⁰, por entender que os valores referenciais se configuram a partir da concatenação de um mundo interior e exterior, com as expressões linguísticas e os sujeitos enunciadore, em que a linguagem é uma atividade simbólica perpassada pela realidade de quem a enuncia. Essa realidade subjetiva de ordem mental ou emocional, se funde à realidade objetiva de ordem físico-cultural, enquanto realidades percebidas pelos sujeitos enunciadore, tornam-se sempre realidades subjetivas.

Segundo Franckel (2011), o uso do termo “operação” se deve exatamente “à hipótese de que o valor referencial do enunciado não é um dado, mas algo construído. Isso significa que o arranjo de formas que o materializa remete, não a valores, mas às operações de constituição do valor referencial” (Idem, p. 43). Nesse contexto, estudar a enunciação é, portanto, estudar as modalidades de constituição deste valor referencial.

²⁰ Em termos de referência, Frege (2009) discute a ideia de que as expressões linguísticas se referem a objetos no mundo. Ele introduz o conceito de “sentido” para explicar a maneira como as expressões têm significado, e a “referência” para explicar como essas expressões estão conectadas ao mundo real. A referência (ou *Bedeutung*) de uma expressão é o objeto específico ao qual ela se refere no mundo real. Frege argumentou que o sentido de uma expressão é sua contribuição para a referência, e duas expressões diferentes podem ter o mesmo referente, mesmo que tenham sentidos diferentes. Diferentemente de Frege (2009), Culioli (1995) salienta que a clivagem do mundo interior e exterior é constitutivo dos valores referenciais e não da referência.

De acordo com Pria (2009), na atividade de linguagem, as unidades nunca aparecem sozinhas, ainda que sejam portadoras de um profundo e abrangente potencial de significação, sempre fazem parte do enunciado. Nessa acepção, os significados da unidade e do enunciado são construídos num processo dinâmico. Isso se dá devido a uma vinculação contextual estabelecida, na produção de linguagem, entre o enunciado e a unidade. Essa ligação limita aspectos do significado das unidades que se ajustam ao significado do enunciado como um todo. O valor referencial será “construído nesse processo de ajustamentos de um potencial de significação em um contexto particular controlado pela própria atividade de linguagem” (ROBERT, 1999, p. 25).

A comunicação linguística se configura num espaço discursivo que é a base referencial comum compartilhada pelos interlocutores. Esse espaço parte de um vazio referencial em direção a um espaço referencial significativamente especificado, na medida em que os interlocutores ajustam/regulam seus quadros de referência em relação a essa situação singular de interlocução.

1.4 O enunciado

A atividade de linguagem manifestada por meio das línguas naturais resulta no objeto de estudo da linguística enunciativa e o enunciado é uma espécie de agenciamento de marcadores de operações e fenômenos prosódicos dessa atividade, pois assume o estatuto de dado mais diretamente observável ao linguista.

Segundo Cumpri (2013), um enunciado só pode ser interpretado sob a ótica enunciativista por meio de um contexto ou situação, que por sua vez, escapa dos contornos dados pelas teorias pragmáticas. Na acepção culioliana, o sentido se determina pela matéria verbal, pois é ela que o constrói e o dá estatuto. Face ao exposto, contexto e situação não são externos ao enunciado, mas concebidos por ele.

A interpretação de um enunciado emerge da estabilização de um contexto possível, gerado pelo encadeamento de uma sequência constituída pela significação e contextualização. Com efeito, de acordo com Cumpri (2013, p. 4), “a plasticidade da linguagem reside justamente nessa trama, pois à medida que um enunciado se torna passível de interpretação, ativa-se um dos contextos potenciais, o que significa que há mais de um contexto que pode ser efetivado”.

O enunciado, então, é definido por Culioli (1999a, p. 11) como “um construto teórico e, ao contrário do que se habituou fazer, não é definido pela TOPE nem em relação à frase/sentença nem em relação à enunciação”.

Por outro lado, a frase é designada como um construto teórico restrito à descrição de relações sintáticas, especificamente combinatórias de classes de palavras (nome, verbo, adjetivo, preposição etc.), aplicáveis a línguas específicas ou generalizáveis a todas as línguas. A respeito dessas combinatórias, há julgamentos descrevendo-as se são de boa formação no que tange ao grau de vinculação entre classes de palavras, tendo como parâmetro a idealização de arranjos léxico-gramaticais ou vinculações mais recorrentes (ou típicas) em uma ou várias línguas. Esses julgamentos se configuram em termos de oposição que resultam em gramaticalidade ou agramaticalidade.

Na medida que as combinatórias vinculadas às classes de palavras se constituem de boa formação e atendem ao parâmetro de avaliação, são classificadas em gramaticais. Em contrapartida, se essas combinatórias não atendem ao critério de avaliação, são consideradas agramaticais.

1.4.1 Enunciado: processos constitutivos

O enunciado é constituído pela articulação do domínio das observações (unidade empírica de observação constituída de materialidade) com o domínio teórico (arranjo de marcadores) que só é possível devido ao engendramento das representações linguísticas (nível 2) com as representações metalinguísticas (nível 3), possibilitando simular, assim, as representações mentais/nocionais (nível 1). Assim, o enunciado se configura como uma entidade observável de arranjo de marcadores de operações enunciativas dotadas de significação, que se ajusta a cenários enunciativos.

Nessa assunção, Culioli (1999a) trabalha com a hipótese da existência de uma gramática de relações primitivas, em um nível intrinsecamente enraizado (pré-lexical), no qual não se faz a distinção entre sintaxe e semântica por se entender que esses estratos serão sempre contemplados num contínuo, pois não se pode relegar a semântica das línguas naturais a uma semântica interpretativa de sistemas de engendramento sintático ou ignorar que toda mudança sintática implica uma mudança semântica. Assim como são contempladas em um contínuo de filtragens na construção do enunciado – regras de inserção lexical, regras sintáticas e semânticas, além de modulações retóricas e estilísticas. Nessa medida, o léxico só pode ser

interpretado quando modulado por um contexto dado por marcas aspecto-modais e por marcas de determinação, em que o seu valor é extraído da sua relação com outros léxicos. Essas marcas remetem a um cenário enunciativo dado por tempo e espaço definidos pelos sujeitos.

Segundo Franckel (1998), o enunciado traz um potencial interpretativo que seleciona seus contextos de ocorrência, entretanto, só será uma sequência interpretável quando da sua ocorrência em seus contextos possíveis. Isso se confirma na medida em que o processo gerador do enunciado produz parâmetros que o situam em relação a um complexo sistema de coordenadas enunciativas. O enunciado traz consigo um potencial interpretativo, mas isso não quer dizer que o significado de um enunciado é definido *a priori*, exteriormente à sua localização em relação a uma situação particular. Seu significado será concebido não como um dado, mas como um construto.

1.5 A enunciação

Para Culioli (1990), a enunciação não é concebida como a maneira pela qual um sujeito se enuncia, mas como a maneira pela qual um enunciado se constitui. Na enunciação, há uma contradição fundamental: de um lado, todo enunciado faz parte de uma família de transformações parafrásticas geradas por um esquema de léxis (um enunciado é um dentre outros); de outro, a cada um desses enunciados podem ser associadas várias interpretações (cada um dos enunciados da família é modulado). Se, na relação predicativa, o processo de construção e reconhecimento dos enunciados pauta-se em regras de derivação que são as mesmas de um enunciador a outro, na relação enunciativa as regras de modulação não serão necessariamente as mesmas. Para Culioli (1990, p. 103), “a enunciação é o modo de constituição dos enunciados pelo qual se dá a construção de sentido”.

O desafio da teoria culioliana é analisar as marcas enunciativas nos enunciados, pois essas marcas são rastros da relação entre a atividade de linguagem e as línguas e cujos mecanismos podem ser generalizados e devem ser distinguidos das condições efetivas que regem a produção de um enunciado no aqui agora de uma enunciação singular.

Com efeito, há dois modos de “conceber a enunciação: de um lado, tematiza-se a forma pela qual um sujeito se enuncia, de outro, a forma pela qual um enunciado se enuncia (pela qual ele tem a forma que tem)²¹” (FRANCKEL, PAILLARD, DE VOGUÉ, 2011, p. 59).

Nesse entendimento, ratificamos o que havíamos defendido logo acima: a TOPE admite a segunda interpretação do termo “enunciação”, concebendo esse domínio não como um acontecimento singular real em que um enunciado é articulado em uma situação de interlocução, mas como um procedimento que aciona um conjunto de parâmetros abstratos internos à atividade de linguagem.

1.6 O porquê de um sistema metalinguístico

O projeto de Culioli provém de uma teoria da linguagem que se articula a uma teoria da análise das línguas. Ou seja, é um sistema metalinguístico de representação que permite a apreensão da linguagem através da diversidade das línguas naturais. Posto isto, o trabalho do linguista deve ir além de estabelecer classificações tipológicas cujas propriedades são meramente classificatórias e de rotulação, fundamentadas em categorias metalinguísticas e/ou cognitivas pré-estabelecidas. Cabe ao linguista, então, desenvolver suas pesquisas

a partir da intuição para a construção de um sistema metalinguístico de representação, [...] construindo uma teoria dos observáveis, [...] formulando problemas e construindo procedimentos racionais baseados em classes de fenômenos (em particular construindo famílias parafrásticas relacionadas de enunciados) [...] definir esse objetivo significa não traçar, em princípio, limites entre prosódia, sintaxe, semântica e pragmática. A delimitação que deve ser delineada fica entre o que é regular e representável e o que é heterogêneo em termos de regras metalinguísticas que alguém tenha instituído²² (CULIOLI, 1990, p. 72-73).

Considerando essas afirmações, um sistema metalinguístico de representação se justifica porque nos permite compreender a enunciação como uma atividade de produção e de

²¹ Segundo De Vogüé (2011, p. 82), essa ambiguidade conceitual é possível porque o próprio termo enunciação, enquanto deverbal, é ambíguo, conforme a nominalização seja construída a partir do sujeito ou a partir do objeto (trata-se, portanto, de uma ambiguidade linguística). A situação não é muito diferente daquela do termo constituição: em “constituição do governo”, remetemos quer à ação realizada (por exemplo, pelo primeiro ministro), essa ação sendo então concebida em seu desenvolvimento (X está em via de constituir o governo), quer à forma como o governo é constituído (quem faz parte dele, como é composto?). Nesse segundo caso, não interessa absolutamente quem o constituiu.

²² No original: “from intuition to the construction of a metalinguistic system of representation, [...] building a theory of the observables, [...] formulating problems and constructing rational procedures based on classes of phenomena (in particular building related paraphrastic families of utterances) [...] defining this goal means not drawing, in principle, boundaries between prosody, syntax, semantics, and pragmatics. The delimitation that must be delineated is between what is regular and representable and what is heterogeneous in terms of metalinguistic rules that someone has instituted” (CULIOLI, 1990, p. 72-73).

reconhecimento interpretativo, constituído de formas abstratas. É a partir desse engendramento que se objetiva desvelar conceitos (categorias, operações) generalizáveis que possibilitam verificar configurações que são notadamente específicas, assim como as propriedades universais. Entretanto, esse sistema não se configura como um jogo de etiquetas que possibilitaria a classificação dos fenômenos, pois não se refere a uma gramática universal.

Em tese, não se busca traçar limites entre prosódia, sintaxe, semântica e pragmática, *a priori*. A delimitação é instituída entre o que é regular e representável e o que é heterogêneo conforme as regras metalinguísticas que alguém tenha estabelecido.

Culioli (1990) destaca que o papel do linguista é o de estabelecer relações entre o Nível II (os arranjos de marcadores) e o Nível III (operações metalinguísticas), que permite fazer observações precisas e projetar um sistema consistente de representação metalinguística. O linguista salienta que

O *Nível I* nos escapa, mas é razoável concluir que uma ligação bem sucedida entre os traços do *Nível II* e as meta-operações do *Nível III* podem ser úteis para elucidar a relação entre os processos do *Nível I* e os marcadores do *Nível II*. É por isso que eu insisto no uso do termo *marcadores*, que é uma abreviação de *marcadores de operações*. Segue que não podemos nos contentar em trabalhar sobre relações que já estão constituídas e organizadas, mas que devemos representar cada estágio da constituição dessas relações e das categorias gramaticais através de operações concatenadas²³ (CULIOLI, 1990, p. 179, grifos do autor).

A partir dessa constituição, acreditamos que esse sistema metalinguístico seja capaz de sustentar as atividades simbólicas produzidas pelo homem, atividades essas, mediadas pelas sequências providas de sentido, tais como arranjos e textos. O que Culioli propõe, então, é a concatenação entre a linguagem e as línguas naturais, que se faz por uma relação dialética²⁴, de um modo que a linguagem seja uma atividade de representação, indeterminada e abstrata; e as línguas naturais variáveis, configurando-se como fruto dessa atividade.

1.6.1 Operações de estabilização de sentido: parafraseagem, glosagem e desambiguação

²³ No original: “*Level I* will still escape us, but it is reasonable to surmise that a successful link between the *Level II* traces and the *Level III* meta-operations may provide useful clues about the link between *Level I* processes and *Level II* markers. This is why I insist on using the term *markers*, which is short for *markers of operations*. It follows that we cannot be content with working on relationships which are already constituted and organized, but that we must represent the stages of the very constitution of these relationships and grammatical categories by means of concatenated operations” (CULIOLI, 1990, p. 179).

²⁴ Uma relação de certo modo de equilíbrio, ou melhor dizendo, de ajustamento entre a linguagem e as línguas naturais.

Estudar a língua em articulação com a linguagem nos conduz a um trabalho interno de montagem e desmontagem de valores e significados que nos faz entender que a expressão linguística é constantemente submetida à ação da reformulação, que advém do ato de “esfregar, em um diálogo incessante, as palavras umas contra as outras como panos entrelaçados, até desgastá-las, até ver surgir a sua trama, de confrontar as intuições até uma transparência quase imaterial” (FRANCKEL, 2011, p. 106-107).

Segundo Franckel (2011, p. 103), a reformulação se configura como “uma atividade metalinguística, específica da linguagem humana, que apreende o sentido apenas quando o faz circular por meio de formas diferentes, na fluidez de ajustes jamais definitivos”. Tal definição está imbricada em três mecanismos básicos de operações de estabilização de sentido, teorizados sobre a linguagem: a parafrase, a glosagem e a desambiguação.

Diante do exposto, as glosagens se constituem como “textos que um sujeito produz quando, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, ele comenta um texto precedente” (CULIOLI, 1999a, p. 74). Esse procedimento está intimamente ligado à atividade epilinguística e desempenha papel fulcral na vida humana, ao sustentar o discurso cotidiano e possibilitar a apreensão do sentido de um enunciado ou da sua desambiguação. Conforme Franckel (2011), as glosagens resultam numa tentativa consciente de representação metalinguística de um saber inconsciente do sujeito, isto é, por compreender a atividade significativa do sujeito não como algo totalmente controlável e, por isso, desencadeia o modo como a atividade de linguagem funciona, tornando visível o jogo entre o deformável e o invariável.

Entender que a paráfrase é como falar ou escrever a mesma coisa de maneiras distintas faz jus ao pensamento clássico. Entretanto, sob a ótica culioliana o conceito de paráfrase é o de que

[...] um dado imediato da consciência linguística dos locutores (saber uma língua é poder produzir e identificar frases como 'tendo o mesmo sentido'), mas é também o produto das construções teóricas dos linguistas (o número e a natureza das paráfrases descritas é função direta do modelo de referência); – uma atividade linguística dos sujeitos (um trabalho de interpretação e de reformulação), mas é também o objeto resultante desta atividade (o enunciado ou o texto que reformula o outro); – uma relação entre um enunciado ou texto fonte e sua(s) reformulação(ões) efetiva(s) numa situação dada (dimensão 'sintagmática' da cadeia do discurso), mas é também uma relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes na língua ('dimensão paradigmática' do sistema da língua) (FUCHS, 1985, p. 129).

Dada a importância de seu estudo, a autora faz referência às seguintes abordagens teóricas da paráfrase: 1) a lógica (equivalência formal); 2) a gramatical (sinonímia) e 3) a retórica (reformulação). Do ponto de vista da lógica, duas proposições são equivalentes somente se tiverem o mesmo valor de verdade. Fuchs (1985) destaca que a noção de valor de verdade aplicada aos enunciados linguísticos não é tão simples como parece porque foge aos estritos limites da lógica formal. Na abordagem gramatical, a correspondência de sentido se dá por meio das relações de palavras (relação sinonímica) e entre tipos frasais, como por exemplo: frases ativas *versus* frases passivas. Em última instância, a retórica argumenta que a paráfrase se configura no plano do discurso, “como uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto fonte sob a forma de um texto segundo” (FUCHS, 1985 p. 130).

Sob esse aspecto, cabe ao linguista o papel de sujeito-observador-enunciador que ajusta este procedimento de paráfrase passível de regulação, com regras próprias. A paráfrase é indispensável para garantir o estabelecimento do significado e embora seja a base conceitual comum, permitindo a elaboração mental intersubjetiva, vinculada a situações concretas, negociadas de modo colaborativo ou conflitivo, em cada situação interativa específica, esse significado não se apresenta fixo tão pouco estático. A reformulação parafrástica só ocorre quando “uma interpretação prévia do texto-fonte, de maneira que se restaure o texto de modo diferente” (FUCHS, 1985, p. 130).

Em vista disso, a paráfrase emerge da capacidade que o linguista tem de simular as glosas produzidas pelos sujeitos enunciadorees num esforço incessante de constatar as distinções tênues e, ao mesmo tempo, as maiores intercorrências que permeiam nos contornos dos enunciados. Ao se fazer sujeito enunciador, o linguista (re)constrói famílias parafrásticas, uma “classe de enunciados, que se pode definir como uma classe de ocorrências moduladas”²⁵ (CULIOLI, 1990, p. 137), tendo em vista que depreendemos que o mesmo enunciado é passível de uma profusão de interpretações.

Os argumentos suscitados acima a respeito dos procedimentos de reformulação da linguagem ratificam a tese de que não nos referimos a um “sujeito psicossociológico acoplado a um núcleo neutro e invariável, mas as variações experiencial e linguística são colocadas de modo radical: só há variação” (REZENDE, 2010, p. 22).

²⁵ No original: “classe d’énocés, que l’on peut définir comme une classe d’ocurrences modulées” (CULIOLI, 1990, p. 137).

Esse modo de engendrar o processo enunciativo reconfigura as noções acerca da significação linguística e o fenômeno da ambiguidade passa a ser visto como parte da natureza da linguagem. A linguagem é por princípio indeterminada e ambígua e, tem como função a desambiguação. Esse processo é contínuo e pode se desencadear pelas possíveis regulações que uma dada referenciação linguística pode despertar. Portanto, a ambiguidade e a desambiguação estão potencialmente instaladas no sistema de referenciação linguística, por meio das várias possibilidades de organização desse sistema. Essas possíveis formas de referenciação correspondem às glosas ou relações parafrásticas a que os sujeitos enunciadores recorrem para a enunciação.

1.7 O centro da Teoria: noção e organização de domínios nocionais

Conforme Culioli (1999a, p. 177), a noção se configura como a “forma virtual de representação não-linguística da atividade simbólica, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de quaisquer experiências”. Assim, a noção é uma primeira etapa da representação linguística e se situa na articulação do linguístico com o extralinguístico, em um nível híbrido de representação. Há, nesse nível, cadeias semânticas de associação, em que se têm ramificações de propriedades estabelecidas pela experiência, estocadas e elaboradas sob diversas formas (em ligação notadamente com processos de memorização: imagem, atividade onírica ou emblemática etc.). Essas ramificações de propriedades, que se organizam umas em relação às outras de acordo com fatores físicos, culturais e antropológicos, estabelecem um domínio nocional.

Para o autor, a noção é uma representação cuja materialidade é inacessível ao linguista, logo, a noção é virtual e não está disponível em todas suas acepções, não correspondendo, diretamente, a um item lexical. Ela é um gerador de unidades lexicais. Falar de noção é falar de um conjunto que se pode expressar, por exemplo, por “ler; leitura; livro; leitor; biblioteca etc.” (VIGNAUX, 1995). Entendida, portanto, como um feixe de propriedades físico-culturais, sem estatuto linguístico propriamente dito, apresenta-se como uma entidade híbrida entre o mundo e as representações físico-culturais, por um lado, e a língua, por outro. A noção é em si mesma indivisível e pode ser apreendida somente através das ocorrências, que são suas realizações particulares.

A noção emerge num contexto previamente composto por representações onde as propriedades nocionais simplesmente determinam quais operações podem ser diretamente realizadas, logo:

Uma noção não tem quantidade nem qualidade, não é positiva nem negativa (para limitar nossa descrição de quantificação e modalidade), mas é compatível com todos os valores que as operações de determinação enunciativas e predicativas acarretam (CULIOLI, 1995, p. 33).

Nas palavras de Culioli (1990, p. 88), o domínio nocional é a “classe de ocorrências estruturada a partir do centro organizador de uma noção”. Nesse sentido, um domínio nocional tem, entre outras, as seguintes propriedades:

1) de um ponto de vista quantitativo, ser munido de uma classe de ocorrências; 2) de um ponto de vista qualitativo, todo domínio se compõe de um interior, com um centro organizador, de uma fronteira e de um exterior. O interior fornece ocorrências ao mesmo tempo individuais e identificáveis umas com as outras, porque todas possuem uma mesma propriedade. O centro organizador aparece, por exemplo, em operações de autoidentificação ou a tipificação: Exemplo: a) “um gato é um gato”; b) “um gato é sempre um gato”; c) “um verdadeiro livro” (não uma brochura); d) “um livro livro” (isto é, um livro que é, verdadeiramente, um livro). O exterior fornece, conforme o caso, o vazio, a ausência, o impossível, a alteridade inata: Exemplo: estruturas como: é “totalmente” diferente; isso não é um livro “mesmo”; isso não tem “nada” a ver. A fronteira compreende valores que não pertencem nem ao interior, nem ao exterior, mas, conforme a ação dos enunciadores no decorrer de uma conversa, de uma discussão, de uma argumentação, a fronteira poderá ser religada seja ao interior, seja ao exterior. Logo, o domínio nocional é um conjunto de virtualidades (Idem, p. 88).

Construímos um domínio nocional, no sentido em que podemos, num dado momento, associar uma noção a uma palavra. Temos interiorizado todo um conjunto de propriedades que ocorrem sempre próximas. Podemos dizer, por exemplo, que um “cavalo branco” é um cavalo porque corresponde às propriedades mais comuns de um cavalo. Mas, por outro lado, nem todos os cavalos são brancos. Então, o “cavalo branco” continua sendo um cavalo? E se, por uma manipulação genética, criassem um cavalo de uma cor inexistente, continuaria ainda sendo um cavalo? Portanto, não há estabilidade que dê conta dessas questões, pois temos objetos mais ou menos típicos (ver “tipo” na subseção 1.7.3).

1.7.1 Interior, exterior e fronteira

Conforme Culioli (1990, p. 70), “o interior do domínio é um espaço aberto. Esse espaço é orientado por um processo de identificação (um Xi é identificado com um Xj) de

maneira que não há um ponto inicial ou final que o delimite”. De acordo com Pria (2009), o interior do domínio compõe-se de um centro organizador (protótipo) que funciona como um centro atrator que também pode conter um gradiente (do centro em direção ao exterior). Os valores para o interior podem ser informalmente glosados como ‘verdadeiramente p ’, ‘verdadeiramente representativo de p ’. O exterior do domínio deriva de um processo de diferenciação que subentende um reconhecimento precedente. Os valores exteriores ao domínio podem ser descritos como ‘verdadeiramente $não-p$ ’, ‘totalmente diferente de p ’, ‘não tendo nenhuma propriedade em comum, nem a mais tênue, com p ’.

A fim de distinguir ocorrências não unívocas, tais como X_m e X_n , de uma noção p , que aduzem estados qualitativamente modificados da propriedade p , recorre-se a uma área de fronteira. Nessa medida, segundo Pria (2009, p. 58)

Fechando-se o interior do domínio, organizam-se ocorrências em contínuo sobre $não-p$, mas ainda pertencentes à área- p . Os valores para esse fechamento do interior podem ser glosados como ‘ p até certa extensão, qualquer que seja, uma vez que se mantém sobre o lado de p ’ ou ‘ $não$ verdadeiramente p ’. Fechando-se o exterior, os valores para esse fechamento podem ser glosados como ‘ $não-p$ até certa extensão, qualquer que seja, uma vez que se mantém sobre o lado de $não-p$ ’ ou ‘ $não$ verdadeiramente $não-p$ ’. Há, portanto, uma complementaridade entre o interior (I) e o exterior (E) do domínio na definição de valores das ocorrências da noção.

A fronteira é a zona híbrida do domínio nocional constituída de valores que não pertencem nem ao interior, nem ao exterior do domínio nocional, mas compatível com ambos. A fronteira de um domínio nocional tem a propriedade “ p ” e ao mesmo tempo a propriedade alterada que faz com que ela nem seja totalmente “ p ”, nem seja totalmente exterior a “ p ”.

É em relação ao atrator (‘o verdadeiramente p ’) que se organiza a noção na área de fronteira, como um limiar ou uma zona de alteração, de transformação de p . Nessa área, constrói-se aquilo que tem, ao mesmo tempo, a propriedade p e uma alteração da propriedade p . Não se pode afirmar que algo é totalmente p , mas também não se pode afirmar que algo é totalmente $não-p$ (‘o verdadeiramente $não-p$ ’).

Vejamos um caso fornecido por Culioli (1990, p. 88-90), em caráter de ilustração. Considere-se dia (alvorada) e seu complementar noite (aurora), ou seja, considere-se que, no interior do domínio, constrói-se um valor por excelência dia-dia (“tudo aquilo que é estritamente dia”) e, no exterior do domínio, constrói-se seu complementar noite-noite (“tudo aquilo que não é estritamente dia”). Na área de fronteira, constrói-se o dia-noite, a “alvorada”, o “ocaso”, por exemplo, isto é, um valor intermediário entre o dia-dia e a noite-noite (“ $não$ exatamente dia”; “ $não$ exatamente noite”).

A noção de fronteira procura dar conta de fatos de difícil administração segundo os referenciais da lógica clássica, ainda que se recorra a uma lógica difusa (CULIOLI, 1990). Para a lógica, um exemplo como o mencionado acima se resumiria a uma relação de antonímia, isto é, de oposição de significado entre os termos “dia” e “noite”, e não haveria espaço para valores intermediários. Segundo Culioli (1990, p. 84), “a ideia de antonímia entre termos configura uma ilusão tal como é teorizada pela linguística segundo pressupostos da lógica, tendo em vista que se define sobre a negação absoluta da propriedade p”. Daí é possível, para a lógica, trabalhar em universos restritos de valores e opor, por exemplo, “bom/mal”, “grande/pequeno” e “branco/preto” (CULIOLI, 1990, p. 84).

A área de fronteira teoriza uma negação mais fraca (“é diferente, mas não totalmente diferente”) da propriedade p e possibilita a visualização de pares de oposição entre termos tais como “dia” e “alvorada” quando a diferença está em questão, mas, ao mesmo tempo, se abstraídas as diferenças, esses mesmos termos seriam sinônimos.

1.7.2 O centro atrator e a ocorrência privilegiada

Ao nos referirmos ao domínio, não podemos esquecer que este, impreterivelmente, deva ser centrado, sobretudo, por entender que ele constituído de uma ocorrência com um *status* privilegiado que exerce como seu centro atrator (organizador).

Nas palavras de Cumpri (2010, p. 9), “um centro atrator (doravante, CA) refere-se a algo que provém de ocorrências fenomenológicas e que são comparadas a um tipo que é o predicado por excelência e quase sempre representa um arquétipo platônico”. Isto posto, “quando usamos um termo para designar algo, nós certamente o centramos ao relacioná-lo a um valor considerado prototípico e tipificado” (Idem, p. 9).

Parafraseando Cumpri (2010), o CA diz respeito à atividade mental que recorremos, sempre que preciso for, para fazer constantes comparações a um centro (tipo). Consoante a isso, no que tange ao domínio nocional, todas as ocorrências são associadas a um CA de modo que podemos intitulá-las de intercambiáveis, qualitativamente indistinguíveis ou qualitativamente diferentes ou comparáveis.

Uma ocorrência não tem relação estabilizada com a noção da qual ela constitui uma realização particular. Sua determinação passa por um centro organizador ou centro atrator. Culioli (1999b, p. 11) ressalta que “não existe representação, de qualquer ordem que seja, sem

que ela se coloque relativamente a um polo de referência. [...] Esse polo de referência é a própria condição da regulação intersubjetiva”.

Para dizer que objetos têm uma propriedade em comum, necessitamos submetê-los à comparação; as diferenças não são descartadas, mas resultam em abstrações. Segundo Culioli (1999b), tomando a abertura do domínio, não introduzimos uma ruptura que faria com que tivéssemos uma zona em que diríamos: “isso tem tal propriedade” e de outro lado “isso não tem tal propriedade”. Temos o caso de um aberto centrado, de um centro organizador que possibilitaria dizer: “sim, isso pertence ainda ao domínio dos objetos que têm essa propriedade”.

O linguista estabelece para esse polo de referência – o centro organizador – dois modos de organização: o tipo e o atrator.

1.7.3 O tipo, o atrator

O tipo abre a possibilidade para identificar uma ocorrência como um exemplar da noção. Nesse sentido, Culioli destaca que:

A construção de uma classe de ocorrências implica que se possa dizer se estas últimas são ou não ocorrências da mesma propriedade. Ela repousa, portanto, sobre uma dupla operação de identificação/diferenciação. Essa operação é estabelecida em relação a um termo que serve de delimitador e que eu chamo de tipo²⁶ (CULIOLI, 1999b, p. 11-12).

Assim, o tipo viabiliza a fragmentação da noção, construindo uma ocorrência distinta privilegiada, denominada por Culioli de “ocorrência representativa”. Essa ocorrência dispõe de duas propriedades: a primeira é definível (podemos referenciá-la deiticamente²⁷); a segunda está em consonância com uma representação: *P* remete a *ser P*, ou seja, ao QLT²⁸; através do conhecimento apreendido pela experiência de mundo isolam-se essas propriedades que são reformuladas, findando num representante profícuo. Dito isso, Culioli (1999b, p. 12) depreende que “a operação de identificação é primeira na construção das representações: verbaliza-se em relação ao que é, antes de verbalizar-se em relação ao que não é”. Vejamos no exemplo: “Tenho

²⁶ No original: La construction d’une classe d’occurrences implique que l’on puisse dire si ces dernières sont ou non occurrences de la même propriété. Elle repose donc sur une double opération d’identification/différenciation. Cette opération s’établit par rapport à un terme qui sert de repère et que j’appelle le type (CULIOLI, 1999b, p. 11-12).

²⁷ Trata-se de um elemento linguístico que não tem sentido por si só, pelo que a sua função é fazer referência, num enunciado, à situação, ao momento de enunciação ou aos interlocutores

²⁸ A Qualificação é uma operação de identificação/diferenciação sobre alguma coisa (CULIOLI, 1999b, p. 89).

um bom livro”, “livro” advém de uma operação de ajustamento entre o que é “ser livro” e “ser não livro”. Com efeito, o tipo reverbera a condição enunciativa de ajustamento e de regulação.

Conforme Culioli (1999b), o atrator se dá como uma construção de origem que não tem outra referência senão o predicado em si. Ele se configura totalmente diferente do tipo, pois não se trata de um valor relativo. Nesse sentido, o atrator “permite determinar em que e qual medida uma ocorrência tem a ver com a noção” (CULIOLI, 1999b, p. 12-13). Exemplificando, a ocorrência,

somente herda da noção certas considerações, o que funde sua singularidade. Ela é localizada em relação a ela mesma. Ao constituir seu próprio termo de referência, ela constitui este como origem absoluta e caracteriza-se pela impossibilidade de constituir um valor último. [...] “Tenho um bom livro”. Temos aqui um modo “bom” entre os vários modos de “ser livro”, do “mais” ao “menos livro”; além da operação que ajusta entre o “ser livro” e “ser não livro”, temos uma outra que regula a partir de um grau máximo de abstração (AGUILAR, 2007, p. 64-65).

Culioli (1999b) realça que o atrator não se constitui num valor máximo, por entender que ele não é um último valor (ponto), uma vez que, “[...] há sempre um ponto além dele que se constrói. É um valor definido em relação ao próprio predicado. É um ponto de fuga, não é reversível em relação a uma outra ocorrência, sendo constitutivo de seu próprio fundamento”²⁹ (Idem, p. 13).

Para Culioli (1999b) o caso das exclamativas, cujo funcionamento se refere a esse problema. Vejamos o exemplo de *quel* do francês, que corresponde ao “qual” em português, este termo ao percorrer todos os graus possíveis, seja associando um valor ao coenunciador, seja colocando em xeque a própria existência, seja direcionando a um grau máximo, que determina que a existência da exclamativa dependerá sempre da existência do predicado e a possibilidade de graduar.

Ratificando tudo isso, há uma diferença basilar entre o tipo e o atrator. O primeiro corresponde a uma ocorrência representativa e o segundo remete a uma representação abstrata e absoluta. Porém, é possível que haja reversões exequíveis de um a outro. Nas palavras de Culioli (1999b), isso é perceptível, uma vez que o atrator ao estabilizar um valor absoluto, constitui-se numa singularidade indubitavelmente capaz de provir que nenhuma alteridade

²⁹ No original: “Il y toujours un point au-delà de celui que l’on construit. C’est une valeur définie par rapport au prédicat lui-même. C’est un point de fuite, il n’est pas inversible par rapport à une autre occurrence, il est constitué de son propre fondement (CULIOLI, 1999b, p.13).

possa mais se definir. O linguista traz à tona o exemplo dos termos como “puro” e “verdadeiro”, ao deixar evidente que

[...] um potencial que pode desencadear, seja sobre o mais elevado (*uma pura obra-prima*), seja sobre um mínimo (o qualquer, o simples): *um simples mal-entendido/um puro e simples mal-entendido*. Em outras palavras, a permanência qualitativa de uma propriedade pode se fundar seja sobre a estabilização à qual corresponde ao alcance de seu mais alto ponto, seja sobre o fato de que ela se reduza ao que é minimamente constitutivo (elimina-se tudo o constituiria variantes singularizantes, é a propriedade em “tudo o que ela tem de mais simples”)³⁰ (CULIOLI, 1999b, p. 13, grifos do autor).

Nesse engendramento, o atrator é concebível como uma ocorrência de aspectualidade singular que corresponde a uma consideração particular de uma noção que, simultaneamente, é uma realização conforme. Em síntese, o atrator é o ponto de estabilidade de valores agregados, ordenados que se findam de acordo com graus diferenciados.

1.7.4 O alto grau

O alto grau reverbera a condição ‘suprema’ de um centro organizador, que nos permite, possivelmente, (re)construir um valor por excelência. Nas palavras de Culioli (1990) “é verdadeiramente tal coisa”. Nessa medida, como observa Rezende (2000, p. 104), os processos operatórios “fronteira, interior e exterior de um domínio. Tudo isso é focalizado em direção a um ponto de vista cognitivo, em direção a uma espécie de centro do domínio, que será o **alto grau da noção**” (grifos nossos).

Tais definições nos direcionam a sustentar que o alto grau consiste numa epifania³¹ de um valor absoluto, sobretudo, refinado e puro, por remeter “verdadeiramente tal coisa”. Então,

³⁰ No original: [...] un potentiel, qui peut déboucher soit sur le plus élevé (un pur chef-d’œuvre), soit sur le minimum (le quelconque, le simple): un simple malentendu/un pur et simple malentendu. Autrement dit, la permanence qualitative d’une propriété peut se fonder soit sur la stabilisation à laquelle correspond l’atteinte de son plus haut point, soit sur le fait qu’elle se réduit à ce qui en est minimalement constitutif (on élimine tout ce qui en constituerait des variantes singularisantes, c’est la propriété dans “tout ce qu’elle a de plus ordinaire”) (CULIOLI, 1999b, p. 13).

³¹ Do ponto de vista filosófico, a **epifania** significa uma sensação profunda de realização, no sentido de compreender a essência das coisas. Na literatura, **epifania** é uma forma de mostrar um conceito. Para o autor é produzir um texto que transmita um entendimento completo das suas ideias para o leitor. Em suma, consiste em tornar legível para outras pessoas aquilo que só o escritor compreende. Disponível em <https://www.significados.com.br/epifania/>. Acesso em 20 de set. 2021.

É neste sentido que ousamos dizer, pelo viés da teoria culioliana, ao desvelar um conceito acerca da condição suprema do **alto grau**. (grifos nossos).

pode-se dizer que o alto grau possui todas as propriedades para ser “tal coisa” e, não outra coisa.

1.8 A constituição das operações de determinação

Culioli (1999b) entende a determinação sob a perspectiva de um conjunto de operações elementares, em que as marcas que se realizam na superficialidade das línguas naturais podem não estar visíveis, pois o objetivo da teoria culioliana é produzir uma representação metalinguística explícita. No bojo dessas operações elementares, traremos sucintamente as operações de quantificação e de qualificação.

1.8.1 A quantificação e a qualificação

Ao falar em Quantificação e Qualificação, ou de Qnt e Qlt, Culioli (1999b) afirma que seu interesse teórico nessas operações “deve-se ao seu estatuto no esquema de individuação” (Idem, p. 88). O autor se refere à Quantificação não como uma “quantificação lógica, mas, sim, à operação pela qual construímos a representação de alguma coisa que se pode identificar/distinguir e situar/localizar em um espaço de referência” (CULIOLI, 1999b, p. 81). A Qualificação é para Culioli (1999b), uma “operação de identificação/diferenciação sobre alguma coisa” (Idem, p. 84).

Segundo Zavaglia (2016), os operadores **QNT** e **QLT** entram em cena quando uma noção (Nível I) é materializada por uma palavra (Nível II), a noção que se encontrava num âmbito pré-assertivo é quantificada e localizada numa situação de enunciação espaço-temporalmente definida. A partir daí,

Qnt determina uma quantificação da noção e ao mesmo tempo Qlt uma qualificação da unidade linguística. Toda passagem do Nível I ao Nível II é quantificada e qualificada em alguma medida. Se essa passagem é preponderantemente quantitativa, então temos uma operação de quantificação e um funcionamento nocional **discreto**; se, ao contrário, essa passagem é preponderantemente qualitativa, então temos uma operação de qualificação e um funcionamento nocional **compacto**; se, nessa passagem, não houver preponderância nem de Qlt e nem de Qnt, então temos uma operação tanto de quantificação quanto de qualificação e um funcionamento nocional **denso**. (ZAVAGLIA, 2016, p. 111, grifos nossos).

A concatenação (qualificação + quantificação) resulta na quantifiabilização de uma noção, que se configura em três operações sucessivas e ordenadas de quantificação. A saber, Culioli (1990, p. 182) as denomina: a extração, a flechagem e a varredura.

1.8.1.1 A extração

Segundo Culioli (1990), a extração consiste na individualização de uma ocorrência, isto é, em seu isolamento e localização em relação a um sistema situacional. Destarte, isso corresponde a delegar uma categoria existencial, real ou imaginária a uma ocorrência situada de uma noção. Trocando em miúdos, a extração “traz à existência discursiva uma ocorrência individuada que não tem nenhum traço distintivo além de ter sido singularizada” (CULIOLI, 1990, p. 182). Para além disso, ela “ênfatiza **QNT** uma vez que não ênfatiza outra coisa senão aquilo que era apenas uma ocorrência qualquer de uma classe abstrata e que se torna uma ocorrência separada com propriedades situacionais”³² (Idem, p. 182, grifos do autor).

Vejamos no exemplo a seguir como se configura essa operação:

“Uma abelha pousou na flor”

Nesse enunciado, temos o artigo indefinido “uma” como marca de que p_i foi extraída do domínio $p_i, p_j \dots p_n = P$ da noção /abelha/. Ao passo que P , representa o papel de tipo e p_i é uma ocorrência de P , reconfigurada espaço-temporalmente no Nível II.

1.8.1.2 A flechagem

A flechagem “marca estabilidade existencial, enquanto indica explicitamente que a segunda ocorrência tem a propriedade de ser idêntica com a ocorrência extraída”³³ (CULIOLI, 1990, p. 182). Dito de outra maneira, ela se configura como uma ocorrência extraída de P , a qual postulamos outra ocorrência de P . Há duas possibilidades: uma extraída e outra reidentificada, ou seja, dada ocorrência de P , só haverá flechagem se uma segunda ocorrência de P for idêntica à ocorrência anterior.

³² No original: “Extraction brings into discursive existence an individuated that it has been singled out. [...] emphasizes QNT, since it highlights the fact that what was just any occurrence of an abstract class becomes a separate occurrence with situational properties” (CULIOLI, 1990, p. 182).

³³ No original: “Pinpointing marks existential stability, while it explicitly indicates that the second occurrence has the property of being identical with the extracted occurrence” (CULIOLI, 1990, p. 182).

Observe no exemplo:

“A abelha pousou na flor”

Nesse caso, temos o artigo definido “a” marca que p_j , do domínio nocional $p_1, p_2 \dots p_n = P$ da noção /abelha/, apresenta-se como a ocorrência p_i , antes extraída. Não se trata mais de uma ocorrência qualquer de /abelha/, mas sim, de uma extração seguida de uma identificação $p_i = p_j$, o que se constitui numa flechagem.

1.8.1.3 A varredura

Ao contrário das duas primeiras operações anteriores, a varredura consiste em percorrer todos valores observáveis de classe de ocorrências abstratas no interior de um domínio, mas que não se atem a um valor exclusivo em relação a uma situação particular. Ao examinar a totalidade abstrata dos sentidos possíveis, essa operação não concebe a possibilidade de uma estabilização de sentido.

Na sequência “A abelha é um inseto voador”, em que o artigo definido “a” não marca uma flechagem, mas um vestígio de toda e qualquer ocorrência de /abelha/. Nessa ocorrência, o domínio nocional de P é varrido, sem que haja em qualquer p que seja.

1.8.2 A modalidade e o aspecto

A modalidade e o aspecto estão no rol das categorias gramaticais da linguagem que auxiliam na construção de valores referenciais dos enunciados. A primeira se dá pela relação predicativa; a segunda se constitui a partir de um percurso enunciativo, que parte de um momento de origem até um momento visado, esperado ou a ser atingido.

1.8.2.1 A modalidade

A modalidade é essencialmente uma categoria gramatical que incide sobre a relação predicativa na construção do enunciado. Segundo Culioli (1985), há quatro tipos de modalidade. Embora numa operação de modalização possa comungar mais de um tipo de modalidade concomitantemente. Basicamente:

A modalidade 1 (asserção) elucida a validação do conteúdo da relação predicativa, afirmando ou negando; com a interrogação – o enunciador não assume a posição entre o afirmativo e o negativo e propõe ao coenunciador a decisão sobre a validação; com a injunção – termo que recobre a súplica, o pedido e a sugestão, isto é, algo que pode vir a ser verdadeiro ou falso; com o hipotético – ou o enunciador coloca a hipótese de maneira absoluta, considerando como sabida a existência da relação predicativa ou ele emite uma hipótese positiva, de preferência com relação a uma hipótese negativa colocada anteriormente.

Conforme Zavaglia (2016, p. 97), nessa modalidade “toda a organização dos enunciados, sua articulação e centralização, é a ele conduzida”. Assim, temos:

(a) da asserção: isso é P ou isso é P’,

você me disse isso ontem ou você não me disse isso ontem;

(b) da interrogação (com o recurso a outrem e a um preconstruído assertivo): isso é P, P’ ou nem P nem P’?

você me disse isso ontem? (preconstruído assertivo: você não me disse isso ontem);

(c) da injunção (que é o inverso da asserção):

talvez você tenha dito isso... ou talvez você não tenha dito isso...

(Idem)

A modalidade 2 (epistêmica) exprime uma ausência de certeza por parte do enunciador quanto à validação da relação predicativa; nesse caso, não se trata de falso ou verdadeiro, como ocorre na asserção, mas de uma avaliação essencialmente quantitativa, oscilando entre o provável, o improvável, o possível, o incerto, etc.

Nesse caso, temos os seguintes exemplos:

a) a probabilidade: provavelmente ele disse isso;

b) a possibilidade: ele pode ter dito isso;

c) a eventualidade: é possível que ele tenha dito isso.
(ZAVAGLIA, 2016, p. 98).

A modalidade 3 (apreciativa) não visa à assunção da relação predicativa, mas à sua quantificação; trata-se de fazer uma apreciação sobre o caráter bom, ruim, feliz, infeliz, etc., do conteúdo da relação predicativa e, também, fazer apreciações que incidem sobre partes dessa relação; a modalidade apreciativa se compõe com a asserção para qualificar o validado, ou com o não-certo para qualificar o valor distinto ou previsto.

Vejamos como essa modalidade se constitui nos exemplos de Zavaglia (2016, p. 98):

Seria bom você dizer isso,
É natural que ele diga isso,
Estranho ele ter dito isso.

A modalidade 4 (intersubjetiva) refere-se às relações entre sujeitos, sujeito enunciador e sujeito do enunciado e sujeito enunciador e coenunciador. Encontram-se aqui os valores deônticos como ordem, permissão, desejo, sugestão, vontade, causação, possibilidade e capacidade. Observe como isso se evidencia nos exemplos:

- a) a ordem: Diga!
 - b) a solicitação: Espero que você me diga isso,
 - c) a sugestão: Você poderia dizer isso,
 - d) o pedido: Eu vou achar bom você dizer isso, então espero que você diga isso,
 - e) o desejo: Espero que você isso (nesse caso, o interlocutor poderá ser você, uma entidade divina, o próprio enunciador, entre outros).
- (ZAVAGLIA, 2016, p. 99).

1.8.2.2 O aspecto

Ao construirmos e reconstruirmos os domínios de referência, imbricados na interação verbal, necessitamos articulá-los no tempo e no espaço. Essa articulação é executada pelas operações aspectuais. Nesse contexto,

[...] o jogo dos valores aspectuais vai, de um lado, se situar no plano do que é construído, quer dizer, daquilo que é predicado no enunciado, marcando assim fronteiras, e, por outro lado, essas operações projetam esse espaço sobre um eixo, localizando-o no tempo (tempo da enunciação, lugar do sujeito em relação ao que ele enuncia, coordenadas que fixam os instantes e a amplitude do processo). Essa localização do espaço no tempo fixa o tipo de representação visada (CULIOLI, 1978, apud VIGNAUX, 1995, p. 581).

Assim, segundo Rezende (2000, p. 106), o aspecto é “o espaço construído por uma trajetória que parte de um momento origem até um momento tencionado (esperado ou atingido)”. Os jogos de temporalidades alocados na aspectualidade do processo permitirão articular desde a certeza até o possível, até mesmo o hipotético e o improvável.

Todo processo enunciativo evidencia o empreendimento de um sujeito, atuando sobre estados de pensamento. Consoante ao que diz Rezende (2000), é preciso colocar um estado de pensamento em relação predicativa inicial, mas isso tão-somente para ter a oportunidade de

afirmar, em seguida, por meio de um jogo de pistas referenciais estratégicas, a singularidade de sua própria posição quanto a esse estado de pensamento, colocado em estado inicial.

O QUE TRAZEM OS DICIONÁRIOS SOBRE O VERBO FECHAR?

Quero poder fechar meus olhos e imaginar alguém... e poder ter a certeza absoluta de que esse alguém também pensa em mim quando fecha os olhos, e que faço falta quando não estou por perto.

(Mário Quintana)

O fragmento acima extraído da terceira estrofe do poema “Certezas”, de Mário Quintana, nos transmite a ideia de uma pessoa que busca um sentimento de reciprocidade e conexão emocional com alguém que ela imagina em seus pensamentos. Em síntese, o poema retrata a busca do eu lírico por um amor correspondido e a importância de ser valorizado por quem se é, sem precisar mudar para ser aceito, pregando uma mensagem sobre o poder do amor e a capacidade de superar conflitos. Apesar da sutileza e da plasticidade da linguagem literária, o valor atribuído ao verbo ‘fechar’ não transcende o sentido trivial ‘estabilizado’ que se apresenta na superfície da língua portuguesa. Ao passo que, no enunciado recortado “fechar meus olhos”, a depender do contexto, suscita construções que podem emergir outros sentidos, como por exemplo: <fechar meus olhos para sempre> morrer (eufemismo); <fechar meus olhos para alguém> agir com indiferença; ser cúmplice de um ato, ativa ou passivamente.

Embora esses valores prototípicos (a variação do verbo fechar), que acabamos de apresentar, não sejam tão comuns de se encontrarem nos dicionários, temos por objetivo, nessa Seção, evidenciar a variação do verbo ‘fechar’ nas obras dicionarísticas do português brasileiro, doravante PB. Para tanto, examinamos sete dicionários, a saber: Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Cândido de Figueiredo (1913), ebook, 2010; Dicionário de Usos do Português do Brasil – Francisco S. Borba, editora: Ática, 2002; Dicionário Eletrônico Houaiss 3.0 – Instituto Antônio Houaiss, editora: Objetiva, 2009; Dicio: dicionário on-line de Português; Dicionário Etimológico Resumido – Antenor Nascentes, Instituto Nacional do Livro, 1966; Dicionário da Língua portuguesa – Evanildo Bechara, editora: Nova Fronteira, 2011 e o Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa – Caldas Aulete, editora: Lexikon, 2011.

Essas obras não foram escolhidas aleatoriamente. A triagem se sucedeu pelo critério da diversificação com o objetivo de averiguarmos a variação dos sentidos registrados para o verbo ‘fechar’.

No próximo item, iniciamos esse percurso ao abordar, etimologicamente, a origem do verbo ‘fechar’ e suas derivações.

2.1 A origem do verbo ‘fechar’

Ao estudarmos a etimologia de uma palavra, adentramos um mundo submerso de conhecimentos de muitas línguas e etapas de línguas, que nos permite entender o contexto histórico e cultural no qual as palavras surgiram e como elas foram utilizadas ao longo dos séculos. Para além disso, a etimologia ajuda a explicar a relação entre diferentes idiomas, já que há palavras de diferentes línguas que têm origem em comum. Castilho (1998), salienta que o português brasileiro, por exemplo, originou-se do latim vulgar, que era falado pelos romanos durante a sua dominação da Península Ibérica. Com a queda do Império Romano, o latim vulgar evoluiu para diferentes línguas românicas, entre as quais o português. No entanto, o português falado no Brasil foi fortemente influenciado pelas línguas indígenas faladas pelos povos nativos que habitavam a região. Essas línguas forneceram muitas palavras para o português brasileiro, especialmente nomes de plantas, animais e lugares.

A língua portuguesa do Brasil também foi influenciada pelo contato com outras línguas europeias, como o francês e o inglês, que foram trazidas ao Brasil durante a colonização e o comércio com outros países. Ao longo dos séculos, o idioma brasileiro evoluiu e se diversificou, dando origem a diferentes variantes regionais e sociais. Atualmente, é uma língua rica e vibrante, que continua a evoluir e a se adaptar às mudanças sociais e culturais.

Vale destacar que o português medieval não é o mesmo que o do Renascimento ou do Romantismo, pois eles representam duas épocas distintas na evolução da língua portuguesa. O português medieval refere-se ao período entre os séculos IX e XIV, em que a língua portuguesa estava em processo de formação e ainda não era amplamente utilizada como língua literária. No decorrer desse período, o latim ainda era a língua franca na Europa e a língua oficial da Igreja Católica. O português medieval era uma língua com uma gramática e vocabulário mais limitados do que os do português moderno.

Já o português do Renascimento, período entre os séculos XV e XVI, passou por uma grande expansão e amadurecimento literário. Nessa época, Portugal estava explorando novas terras e estabelecendo contatos com diferentes culturas, o que influenciou o desenvolvimento da língua. Ademais, houve um grande movimento de renovação literária, que valorizava a língua vernácula e buscava criar uma literatura em português que fosse comparável às grandes obras da antiguidade clássica. Ele é marcado por uma gramática mais complexa e uma variedade maior de palavras e expressões.

Por meio de um estudo diacrônico, é possível entender as razões pelas quais uma língua sofreu mudanças e como essas mudanças ocorreram, a fim de identificar as influências de outras línguas na evolução de uma língua em particular, bem como as diferenças entre diferentes dialetos e variedades da mesma língua. Esse estudo³⁴ busca entender melhor a história das línguas e as relações entre elas, pois fornece informações valiosas a respeito de como as línguas evoluíram ao longo do tempo, como se relacionam entre si e como influenciaram outras línguas, permitindo compreender textos antigos e interpretar obras literárias que foram escritas em uma época em que a língua era diferente da que usamos atualmente.

Dito isso, nesta subseção, nos dedicamos em apresentar a origem do verbo ‘fechar’ sob a ótica dos dicionários etimológicos de Antenor Nascentes (1966) e Antônio Houaiss (versão eletrônica, 2009). O primeiro traz a seguinte redação:

fechar. Do lat. *fistulare*. Cf. *astula, astla, ascla, acha*. (NASCENTES, 1966, p. 321)

O segundo traz à baila definições, conceitos, sentidos e derivações sobre o verbo ‘fechar’:

fechar (*fecho + ar*), de proveniente formação vernacular, já documento na língua no século XIII, no sentido de 'cerrar, tapar etc.'; o étimo é buscado no substantivo *fecho*, de que se teria formado o verbo fechar; para fecho busca-se o latim *pestùlu-* (por *pessùlu-*) 'fecho, ferrolho', ou um latim *fistùla-* 'fechadura' (donde um v. *fistuláre* > fechar) ou o próprio espanhol fechar 'datar' (já que a fecha < *facta* 'feita' se punha no fim das cartas medievais, 'datando-as' e também 'fechando-as', embora semanticamente difícil); a cognação portuguesa inclui: *desfechado, desfechamento, desfechante, desfechar, desfechável, desfecho; entrefechado, entrefechar; fecha, fecha-bodegas, fechação, fecha-corpo, fechada, fechado, fechadora, fechadura, fecha-fecha, fechal, fechamento, fechar, fecharia, fechas-fradinho, fecho*. (HOUAISS, 2009, Dicionário Eletrônico).

Partindo de uma análise diacrônica³⁵, numa primeira instância, observamos nessas obras que a etimologia do verbo ‘fechar’ se constituiu a partir do substantivo ‘fecho’ (que significa ferrolho, oriundo do latim *pestùlu*). No entanto, além dessa, há outras hipóteses de que o verbo ‘fechar’ teria sido originado do substantivo ‘fechadura’ (do latim *fistùla*). Ou então, que o verbo “fechar” teve sua origem no latim *claudere*, que significa “fechar, trancar, bloquear”. Esse verbo foi utilizado na língua latina clássica e se manteve presente nas línguas

³⁴ Este estudo baseia-se no método pancrônico que consiste basicamente no estudo de dois ou mais sistemas de uma mesma língua, correspondentes a etapas sincrônicas que se sucedem no eixo do tempo.

³⁵ Ler Saussure (2012, p. 122-135).

românicas, como o francês (*fermer*) e o espanhol (*cerrar*). Ao longo do tempo, o verbo *claudere* evoluiu para *claudicare* em algumas línguas, como o italiano (*chiudere*), mas manteve-se como *claudere* em outras, como o português. A partir da forma latina *claudere*, a palavra “fechar” foi formada em português, com o sentido de “fechar algo com uma porta, tampa ou outro objeto que bloqueie a entrada ou saída”. Essa última hipótese está alicerçada em pesquisas mais recentes de *sites*³⁶ especializados em etimologia.

Como se observa, não há consenso entre as fontes pesquisadas sobre a origem do verbo fechar. Com efeito, dependendo do contexto verbal, ‘fecho’ e ‘fechadura’, em PB, podem ser palavras que tenham sentidos similares. Por esse ângulo, comungamos com Romero e Trauzzola (2014) acerca do contexto verbal ao dizer que

os elementos linguísticos que contribuem para que a unidade linguística se constitua em enunciado. Aprender a unidade linguística por meio de um ‘núcleo significativo fundamental’ tende a reduzir o contexto, igualmente constituído por unidades linguísticas, ao elemento responsável ora por expandir um núcleo significativo demasiadamente restrito, ora por restringir um núcleo significativo demasiadamente abrangente. (ROMERO; TRAUZZOLA, 2014, p. 240).

As autoras ressaltam que cabe ao contexto verbal o papel de filtro lexical, como uma entidade incompatível com o fato de ser contexto, que se configura igualmente instável conforme sua natureza linguística. Dada sua envergadura, a variação do verbo fechar dependerá do contexto em que o enunciado foi proferido, fazendo com que seu núcleo significativo se expanda ou se restrinja. Essa variação está intimamente ligada às produções de uso da língua, ou seja, às imbricações que envolvem o contexto verbal.

À luz dessa concepção que nos permite trilhar caminhos para construção de sentidos, procuramos explorar nos compêndios lexicográficos, como são constituídas as designações, definições e variações de sentidos associadas ao verbo fechar.

2.1.1 A variação do verbo fechar nas obras dicionarísticas

O léxico de uma língua natural simboliza a memória coletiva de uma sociedade, pois é capaz de registrar o conhecimento da humanidade tecido de palavras. A riqueza vocabular de um idioma constitui um conjunto de dimensões indeterminadas. Para Biderman (1984, p. 17), o léxico “constitui um conjunto aberto em qualquer sistema linguístico e, por conseguinte, não

³⁶ Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=fechar>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

apenas vastíssimo quando comparado com outros setores e níveis da língua (fonológico, morfológico, sintático)”. Por ser um conjunto aberto, o léxico permite que novas palavras sejam constantemente construídas pelos usuários. Assim, para além de uma lista de significados de palavras ordenadas alfabeticamente, o dicionário se configura

[...] como obra e como fenômeno verbal complexo, como depósito da memória social do léxico; como instrumento de informação para as diversas sociedades que o utilizam, no espaço e no tempo; como instrumento de tradução e entendimento entre os falantes de duas ou mais línguas [...]; como horizonte normativo dos falantes de uma língua e de seus diferentes dialetos; como discurso culto, referido ao estado em que se encontra uma comunidade linguística particular, e situado em seu caráter político e cultural. O dicionário como fenômeno tanto verbal como simbólico (LARA, 2004, p. 143-144).

O que queremos enfatizar é que o dicionário sumariza, no tempo e no espaço, informações para as mais diversas camadas da sociedade, normatizando as línguas naturais e seus múltiplos dialetos ao se vislumbrar como fenômeno simbólico e verbal.

De acordo com Biderman (2001), o dicionário se configura como

um produto cultural destinado ao consumo do grande público. Assim sendo, é também um produto comercial, o que o faz diferente de outras obras culturais. É preciso considerar igualmente que o dicionário deve registrar a norma linguística e lexical vigente na sociedade para o qual é elaborado, documentando a práxis linguística dessa sociedade (BIDERMAN, 2001, p. 132).

Essa peculiaridade comercial dos dicionários mencionada pela autora, o faz diferente de outras obras culturais. Ao passo que o dicionário congrega funções de registrar a norma linguística e lexical em vigor numa determinada sociedade.

Biderman (2003), assevera que

o dicionário descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua - a língua culta e escrita. Só circunstancialmente registra os padrões subcultos, ou desviantes da norma padrão, tais como os usos dialetais³⁷, populares, gíriáticos³⁸. Dessa forma o dicionário convalida e promove a linguagem aceita e valorizada em sua comunidade (BIDERMAN, 2003, p. 54).

Em consonância, Rey (1994, p. 17) ressalta que o dicionário “constitui o acervo e o registro das significações que nossa memória não é capaz de memorizar”. Com efeito, o

³⁷ "Usos dialetais" foi empregado para referir palavras e acepções de uso regional, circunscritos a algumas regiões (BIDERMAN, 2003, p. 54).

³⁸ Expressões que se referem a gírias.

dicionário é um produto linguístico que resulta “de uma infinidade de atos verbais que, na experiência social, desligaram-se de seus atores” (LARA, 1992, p. 20).

A partir dessa acepção, Biderman (2003) ressalta que na ciência dicionarística contemporânea, considera-se que uma ‘palavra’ faz parte do patrimônio léxico de uma língua natural

se ela tiver sido usada num determinado número de vezes por diferentes falantes e tiver ocorrido em mais de um tipo de gênero. De fato, o dicionário deve recolher e registrar o vocabulário em circulação na comunidade dos falantes (em geral os mais educados, mas não apenas) documentando essa *norma linguística* de significados e usos, que não são necessariamente literários, podendo ser, por exemplo, textos jornalísticos (BIRDEMAN, 2003, p. 61 – grifos da autora).

Apesar disso, a autora pondera que a palavra é um “problema complexo em Linguística, não sendo possível definir a palavra de modo universal” (BIDERMAN, 1999, p. 81), ainda mais quando se trata da definição da palavra oral, pois isso implica vários aspectos inerentes “aos fenômenos de elisão, ligação ou do tipo de constituição das sílabas, a segmentação da cadeia sonora nunca é simples e nem sempre corresponde à separação em palavras gráficas” (GALISSION & COSTE, 1976, p. 359). Destarte, o “termo *palavra* é operacional apenas como elemento da linguagem comum. Num uso não específico, é a designação pertinente, já que qualquer falante do idioma identifica o seu *designatum*³⁹ sem problemas” (BIDERMAN, 1999, p. 89 – grifos da autora). Para Borba (2003, p. 19), “o termo palavra se refere ao sistema, à língua em si como entidade abstrata e supra-individual, opondo-se, assim, a vocábulo, que se aplica à fala, ao discurso”.

Após trazer à baila uma discussão a respeito da constituição do dicionário e suas complexidades, analisaremos primeiramente o Novo Dicionário de Língua Portuguesa de Figueiredo (1913), que descreve sucintamente as definições de ‘fechar’:

fechar v. t. Apertar ou ajustar (um objecto a outro). Cerrar. Tornar fixo por meio de chave, aldrava, tranca, etc. (uma porta, uma gaveta, etc.). Unir os lábios ou bordas de: *fechar uma ferida*. Tapar, cercar, encerrar: *fechar o gado*. Concluir: *fechar um capítulo*. Limitar. V.i. Unir-se. Tapar-se. Cicatrizar. Findar, concluir-se. V. p. (A mesma significação) *Fechar-se em copas*, amuar; acautelarse. (Do gall. *pechar*) (FIGUEIREDO, 1913, p. 864, grifos do autor).

³⁹ Algo a que se refere uma palavra, signo ou expressão linguística, quer exista ou não. Do Latim: neutro de *designatus*, particípio passado de *designare* designar, literalmente, marcar. Disponível em: Dicionário Merriam-Webster.com, Merriam-Webster, <https://www.merriam-webster.com/dictionary/designatum>. Acessado em 11 de agosto de 2022.

As definições concisas da obra de Figueiredo (1913), que estampam os enunciados acima, apresentam valores triviais ao verbo fechar. Exceto em dois enunciados: “fechar uma ferida”; “fechar-se em copas”. Desse modo, o primeiro enunciado denota “cicatrizar” e, o segundo significa amuar, no sentido de acautelar-se, contrair-se, retrain-se, isto é, fechar a cara ou semblante (emburrar-se), por fim, manter-se isolado dos demais. Verifica-se que nessas designações, a ausência de explanação dos sentidos desse verbo que dê conta de explicar a amplitude de sua variação e o contexto verbal nele imbricados. Uma vez que os valores atribuídos ao verbo fechar nesse excerto apresentam definições e exemplificações limitadas, que não permitem acessar o comportamento semântico de ‘fechar’ a partir de toda variação possível.

Vejamos o que elucida o dicionário eletrônico Houaiss (2009) a respeito do verbo ‘fechar’:

Transitivo direto – 1 tapar a abertura de. Ex.: *f. as torneiras*. **Transitivo direto e bitransitivo – 2** impedir a comunicação entre o interior e o exterior feita por. Ex.: *f. a fronteira (para os refugiados)*. **Transitivo direto e bitransitivo – 3** impedir o acesso a (alguma via) ou interromper o fluxo de; bloquear. Exs.: *f. um túnel / f. a rua para os caminhões*. **Transitivo indireto e intransitivo – 4** Derivação: por metonímia. na sinalização de trânsito, passar de verde a vermelha a cor do semáforo, impedindo o avanço dos veículos. Ex.: *o sinal fechou (para os automóveis)*. **Transitivo direto – 5** Derivação: por extensão de sentido. cortar a frente de (veículo, pessoa etc.). Exs.: *o caminhão fechou a motocicleta / durante a corrida, o campeão fechou todos os adversários*. **Transitivo direto, bitransitivo e pronominal – 6** Derivação: sentido figurado. tornar(-se) surdo, frio; insensibilizar(-se). Exs.: *f. o coração (ao sofrimento alheio) / f.-se aos argumentos dos opositores*. **Transitivo direto e pronominal – 7** cerrar(-se), unir(-se) ou juntar(-se) [o que está separado, aberto, cortado]; unir os bordos ou os lábios de. Exs.: *f. as cortinas / o grampo era perfeito para f. cortes cirúrgicos / sua boca fechou-se rapidamente*. **Intransitivo e pronominal – 7.1** cicatrizar. Ex.: *a ferida fechou(-se) inteiramente*. **Transitivo direto e pronominal – 8** Derivação: por extensão de sentido. pôr(-se) em recinto fechado; encerrar(-se). Exs.: *f. valores dentro de um cofre / f.-se dentro de casa*. **Pronominal – 9** Derivação: sentido figurado. encerrar-se em si mesmo; ensimesmar-se, retrain-se. Ex.: *fechava-se diante de estranhos*. **Transitivo direto – 10** pôr limites em volta de; cercar, encerrar. Ex.: *viçosa vegetação fechava a casa*. **Transitivo direto – 11** fazer cerco a; cercar, assediar. Ex.: *o exército legalista fechou os sediciosos no vale*. **Transitivo direto – 12** reunir (gado) na malhada ou em outro ponto qualquer. **Transitivo direto, transitivo indireto e pronominal – 13** pôr termo a ou ter fim; concluir em ou com. Exs.: *f.(-se) um ciclo as súplicas fechavam em protestos / o drama fecha com a morte do herói*. **Transitivo direto – 14** fazer a adição final de; obter o total de. Ex.: *f. a conta, o balanço*. **Transitivo direto e intransitivo – 15** encerrar ou cessar, provisoriamente ou em definitivo (atividade, estabelecimento etc.). Exs.: *o diretor fechou o expediente mais cedo / a polícia fechou o jornal / a agência de classificados fecha às 18h*. **Transitivo direto – 16** ajustar, realizar definitivamente; ultimar. Ex.: *f. a compra de uma casa*. **Intransitivo e pronominal – 17** tornar-se escuro ou denso. Exs.: *a tarde vai fechando / fechou-se o horizonte, acumulando nuvens negras*. **Transitivo direto – 18** Rubrica: futebol. tomar a dianteira de (adversário), impedindo a passagem (HOUAISS, 2009 – Dicionário eletrônico, grifos do autor).

Observa-se que no trecho acima há dezoito definições de ‘fechar’ ancoradas não só pela transitividade verbal, como também por um contexto verbal encapsulado de significação oriunda de enunciados corriqueiros. Entretanto, cabe ressaltar que para ‘decifrar’ os códigos e/ou as abreviações que englobam esse contexto, é preciso fazer uma leitura minuciosa a fim de compreender o conjunto dos usos sociais da língua em questão. Nota-se que os sentidos deflagados a partir das operações predicativas/enunciativas de ‘fechar’ estão no rol de asserções ditas ‘estabilizadas’, semanticamente. Nesse contexto, além das designações ressaltadas no trecho anterior, como ‘cicatrizar’, ‘retrair-se’, há variação do verbo ‘fechar’ com sentido de ‘tornar-se escuro ou denso’ – “a tarde vai fechando / fechou-se o horizonte, acumulando nuvens negras”. Isso se configura que os valores prototípicos do verbo nesse excerto, apesar de estarem provisoriamente ‘estabilizados’ no contexto que foram inseridos, ainda carecem de um estudo que dê conta de explicar sua variação em situações de usos.

No Dicionário da Língua Portuguesa de Bechara (2011), temos os seguintes significados de ‘fechar’:

fechar (fe.char) v. **td. 1** Tapar a abertura de, ou trancar. *fechar* o carro. **td. int. 2** Unir(-se) as partes de (algo), deixando de haver abertura. *fechar os olhos, o guarda-chuva. td. int. 3* Obstruir o acesso a, ou ficar interdito. *A ponte Rio-Niterói fechou. int. tda. 4* Conservar(-se), manter(-se), encerrar(-se) em algum lugar. *Fecharam-se no quarto. td. int. 5* Fazer encerrar ou encerrar o expediente ou funcionamento de (negócio, serviço, trabalho). *A livraria fecha às 18h. int. 6* Sarrar, cicatrizar. *O corte fechou. td. 7 Inf.* Retirar algo da área de trabalho. *fechar o dicionário eletrônico. td. 8* Pôr fim a; concluir. *fechar um negócio, uma novela. int. 9* Ficar tímido, retraído, sério. *Em festas ele sempre se fecha. int. 10* Tornar-se escuro, nublado (referindo-se ao tempo). *O céu fechou. [Conjug. 1 fechar] [De fecho (ê) + -ar.] (BECHARA, 2011, p. 634, grifos do autor).*

Nesse fragmento, Bechara (2011) traz sucintamente a variação semântica do verbo ‘fechar’ nos enunciados sem se aprofundar. Têm-se, de um lado, enunciados claros e objetivos à luz da lexicografia. E de outro, construções que poderiam ser melhor exploradas como o enunciado “fechar os olhos”, limitando-se apenas em dizer: ‘unir as partes de algo, deixando de haver abertura’. Ou seja, os valores atribuídos ao verbo fechar, nessa ocorrência, poderiam ser expandidos na medida que os elementos linguísticos que contribuem para que a unidade linguística se constitua em enunciado, fazendo com que essa unidade apreendida a partir de um núcleo significativo, resulte no contexto verbal de ‘fechar’. Assim, poderíamos atribuir outros possíveis sentidos a este verbo. Como, por exemplo: “Pedro fechou os olhos eternamente” (morrer); “O presidente fechou os olhos para os problemas sociais” (irresponsabilidade; indiferença; falta de governabilidade). Essas e outras variações possíveis dependem de vários

aspectos de construção e reconstrução de sentidos na aplicabilidade de usos da língua, envolvendo todo o aparato contextual em que o verbo se insere.

Na próxima obra dicionarística, intitulada Aulete (2011), encontramos dezessete definições para ‘fechar’:

fechar (fe.char) v. **1** Tapar, vedar a abertura de ou em. [*td.*: *Fechar um quarto, uma caixa, etc.*; *Fechou o buraco com uma pedra.*] **2** Unir as partes (que estavam abertas, separadas) de [*td.*: *fechar um guarda-chuva; fechar um leque.*] **3** Fazer girar ou deslizar uma peça, para vedar o acesso, abertura, etc. [*td.*: *fechar uma porta, uma janela, uma gaveta, etc.*] **4** Cicatrizar [*int.*: *A ferida custou a fechar*] **5** Impedir a passagem ou acesso por; OBSTRUIR [*td.*: *Fecharam o viaduto.*] [*tdr.* + a, para: *Fecharam este túnel para caminhões.*] **6** Manter(-se) dentro de; TRANCAFIAR(-SE) [*tdr.* + em: *À noite, fecharam o gato na saleta; Fechou-se no quarto para descansar.*] **7** Finalizar, concluir [*td.*: *Fechar um acordo, uma conta.*] **8** Encerrar ou interromper o expediente ou funcionamento (de) [*td.*: *Eles fecharam a loja às 20h; Cheios de dívidas, resolveram fechar o negócio.*] **9** Inf. Remover da tela por meio de comando [*td.*: *fechar um programa / um arquivo.*] **10** Fig. Tornar-se retraído, circunspecto, insensível; RETRAIR-SE [*int.*: *Ela se fecha diante de estranhos.*] [*tdi.* + a: *Fechou o coração aos problemas dos amigos.*] **11** Tornar-se escuro e/ou chuvoso (o tempo) [*int.*: *O tempo fechou de repente.*] **12** Colocar limites em [*td.*: *Um longo muro fechava a casa.*] **13** Fazer a conta final de [*td.*: *Fechou o balanço do semestre.*] **14** Passar na frente de (pessoa, veículo, etc.), prejudicando seu avanço [*td.*: *O ônibus acelerou e fechou o táxi.*] **15** Colocar (algo) em lugar ou recinto fechado [*td.*: *Fechou as joias a sete chaves.*] [*td.*: *Por prevenção, fechou o cão feroz na despensa.*] **16** Cercar, assediar [*toda.*: *As tropas fecharam os guerrilheiros na planície.*] **17** Ser o último evento de (uma série); ENCERRAR [*td.*: *Este concerto fechou a temporada; É um clássico ideal para fechar o campeonato.*] [►1 fechar] [F.: *fecho* + ar². Hom./Par.: *fecha* (fl.), *fechas* (fl.), *fecha* (sm. [pl.]); *fechais* (fl.) *fechais* (sm. [pl.]); *fecharia* (fl.) *fecharias* (fl.), *fecharia* (sf. [pl.]); *fecho* (fl.), *fecho* (sm. fl.), *feches* (fl.), *feixe* (sm. [pl.]).] (AULETE, 2011, p. 647, grifos do autor).

Constata-se por meio dos exemplos acima que ‘fechar’ varia semanticamente de acordo com deslocamento da sua transitividade. Embora haja construções interessantes, assim como nas obras analisadas até aqui, esse dicionário apresenta valores (sentidos) conferidos ao verbo fechar, relegando o contexto no qual ele está inserido. É interessante destacar que o enunciado “O tempo fechou de repente” com valores de sentido: tornar-se escuro e/ou chuvoso (o tempo). No entanto, poderíamos atribuir outros valores a este enunciado, como, por exemplo: “O tempo fechou em casa”. Nesse caso, abriria margem para duas hipóteses. A primeira seria a mais comum, que naquele local está prestes a chover e, a segunda, que houve briga, confusão. Isso só é possível porque os elementos linguísticos que contribuem para que a unidade linguística resulte em enunciado, constituído a partir de um núcleo significativo. Esses elementos que compõem o enunciado são como pistas significativas de uma atividade de linguagem desempenhada pelos falantes de uma língua natural. Essa atividade nos permite dizer que um elemento de esquerda, o sujeito “O tempo” (-animado, -humano, -intencional, -volitivo), produz sentidos dúbios em relação aos valores

atribuídos ao comportamento do verbo ‘fechar’, gerando toda essa variação possível, em que o contexto é parte fundamental dessa construção de sentidos.

Já o Dicionário de Usos do Português do Brasil (2002), doravante DUP, é uma obra organizada pelo professor Francisco da Silva Borba e baseada numa teoria gramatical específica, denominada, a gramática de valências (BORBA, 1996). Essa teoria discute as relações de dependência entre o verbo e as palavras que se colocam ao seu redor. Com efeito, o verbo é tomado como eixo organizacional da sentença, tanto no âmbito sintático quanto no semântico, delimitando “um conjunto de frases-modelo ou frases nucleares da língua” (BORBA, 1996, p. 24). Em dicionários como esse é relevante saber como as palavras se combinam, tendo em vista que os exemplos possuem um peso informativo significativo para o potencial de orientação da obra. Nessa acepção, se “o verbo constitui o núcleo oracional e se ele mantém com os actantes uma determinada escala de dependência, então é esse esquema abstrato que fornecerá os modelos oracionais da língua” (BORBA, 1996, p. 19).

Em decorrência desse esquema abstrato que fornece os modelos oracionais da língua, no qual se mantém uma determinada escala de dependência com aquele que participa numa ação ou num processo, se configura como uma entidade que realiza a ação indicada pelo predicado verbal ativo ou passivo. Esses elementos são partes constitutivas que englobam designações, definições e enunciados corriqueiros. Isso fica mais evidente no trecho logo abaixo (BORBA, 2002), que apresenta valores atribuídos ao verbo fechar de uma maneira bem peculiar.

V. [Ação-processo] [Compl: nome] **1** cerrar: *Padre Mateus fechou a porta* (DM); *O vento fecha as janelas* (ML) **2** aproximar; unir: *Fechei as pálpebras* (L); *ensaiava abrir e fechar os dedos* (TS) **3** obstruir: *socalcos de pedra fechavam a rua* (TS) **4** desligar: *fechei o rádio* (BP); *Tibúrcio fecha a luz* (SE) **5** impedir ou suspender o funcionamento: *O comando da Polícia Militar resolveu fechar o posto policial* (CB); *O Conselho Estadual de Educação fechou a Escola Normal de Encruzilhada do Sul* (CP) **6** tornar imune: *Vosmecê quer fechar o corpo?* (R) **7** comprimir; apertar: *Sem se despedir de Carolino e Nenezinho, fechou o burro nas esporas e saiu em disparada* (ALE) **8** estreitar, apertar: *E já com os outros negros do quilombo fechando o cerco em redor dos desconhecidos* (TS) **9** impedir: *O responsável pela sinalização informou que a estação não lhe comunicara a passagem do trem, deixando por isso de fechar o trânsito para os veículos* (EM) **10** concluir; encerrar; arrematar: *Neste sentido, o AI-5 fecha uma página da vida cultural brasileira* (VEJ); *Pascoalina fechou logo o negócio, nem piscou* (ALF) **11** carregar (aproximando as sobranceiras): *Logo, porém, tornou a fechar o semblante* (A) [±Compl: nome concreto. ±Compl: de lugar] **12** prender, encerrar: *Pensou em Lígia e, fechando-a dentro de seu coração, desceu tranquilamente para o cruzeiro* (S). [Ação. Pronominal] **13** retrair-se: *O mestre se fechou, sem uma palavra* (CA) [±Compl de lugar] **14** trancar-se: *Fechei-me em meu quarto* (TE); *Levanta e se fecha no banheiro* (CH) **15** (Coloq) calar-se: — *O que Freud diria tu não ia entender mesmo. Ou tu sabe alemão?/ — Não./ — Então te fecha. E olha os pés no meu pelego* (ANB) [±Compl: com + nome humano] **16** pôr-se a favor ou em acordo com: *“Ainda não fechei com ninguém”, afirma e repete Loducca* (FSP) [Processo] **17** cerrar-se: *A porta se fechou macia* (DM) **18** unir-se; juntar-se: *A mão*

enorme, ossuda, que só se fecha fácil até o ponto de abarcar cabo de enxada (R) **19** encerrar atividades: *Se fechar a universidade é uma vergonha para o país* (AP); *filme descoberto nos porões de um cinema que fechou por falta de público* (AF) **20** encerrar-se; trancar-se: *Religião que se fecha dentro das quatro paredes de seus templos é religião alienada* (LE-O) **21** estreitar-se; comprimir-se: *A estrada fechava-se, invadida pelo mato* (ED) **22** extinguir-se; acabar: *Descia o silêncio. A penumbra fechava-se novamente* (JT) **23** cicatrizar: *Eu vi Vossas mãos sobre os leprosos e as chagas se fechando* (VB) **24** adensar-se: *Matagal rasteiro fechava-se em torno da casa* (PV) [*Compl: em + nome abstrato*] **25** encerrar-se; concluir-se: *o mercado de ações fechou em baixa ontem* (FSP) ► **fechar a boca** fazer calar ou calar-se: *O pior foi quando cheguei perto pra te fechar a boca* (NC) **fechar a cara** amuar: *Mas gostava de fechar a cara e roncar voz, todo enfarruscado* (SA) **fechar-se em copas** meter-se consigo mesmo; não opinar: *Todos querendo saber quem é quem no governo de Gueiros, o prefeito eleito que se fechou em copas* (AP) **fechar os olhos a/para** fingir não ver: *Que ninguém pretenda fechar os olhos à realidade* (JK-O) **fechar o paletó** morrer: *Vou juntar 20 milhões e quando eu fechar o paletó vou meter um caixão de ouro* (BO) **fechar as portas a/para** deixar de atender; abrir mão: *Temos que ser cautelosos neste relacionamento triangular, para não fecharmos as portas às nossas opções* (VEJ) **fechar questão** tornar-se intransigente numa discussão: *O MDB decidiu fechar questão em torno da votação da emenda do senador Montoro* (FSP) **fechar o tempo** haver briga: *Pronto. Fechou-se o tempo! Murros, tabefes e tapas recíprocos* (AM); *De repente, gritos, correria, balbúrdia, e o tempo fechou na maior pancadaria* (CAP) **de fechar o comércio** extraordinário: *quando estava um pouco tocado, então, não tinha igual, era uma coisa louca! Ainda haveria de trazê-lo ali para ouvirem — era de fechar o comércio* (MRF); *Enterro de fechar o comércio* (CL) (BORBA, 2002, p. 698, grifos do autor).

O DUP (2002) foge ao escopo dos demais dicionários que analisamos nessa Seção, a começar pela sua estrutura organizacional, em que não há resquícios ou menções acerca do modelo classificatório baseado na transitividade. Em dicionários como o ‘dicionário de usos do português do Brasil’, como explica Borba (2002), levam-se em consideração cinco níveis de informação: a taxionomia (indica a classe e a subclasse de entrada), a variação (indica textos bem localizados regionalmente, bem como o tom do discurso), a sintaxe (apresenta a estrutura dos complementos de nominais), a semântica/pragmática (constitui o conjunto das acepções enumeradas quando o verbete tem mais de uma definição) e a contextualização (mostra como cada item se coloca num contexto restrito e é representada pelo conjunto de abonações retiradas do *corpus*, de revistas e jornais da época).

Ao todo são trinta e três designações e significados diluídos em contextualizações diversas, rompendo o tradicionalismo das demais obras. Apesar disso, os valores atribuídos ao comportamento do verbo ‘fechar’ poderiam ser melhor explorados e/ou esmiuçados, permitindo novas interpretações de sentidos potencialmente instáveis.

Começemos pelo exemplo de – **fechar os olhos a/para** fingir não ver: “Que ninguém pretenda fechar os olhos à realidade”. A produção de sentidos deste contexto, nos leva na direção de que <alguém não pretender fechar os olhos>, porém, as marcas assertivas do

enunciado nos dão pistas de que “alguém pretendia fechar os olhos à realidade”, portanto, ignorar o que estava acontecendo diante de seus olhos.

Mais adiante, outra designação – **fechar o paletó** (morrer): “Vou juntar 20 milhões e quando eu fechar o paletó vou meter um caixão de ouro”. O que nos leva a crer, nesse caso, que “fechar o paletó” estaria associado a morrer? São as marcas, as pistas, os elementos linguísticos significativos que compõem todo o enunciado envolvido pelo contexto no qual se insere. Essa variação só foi possível pela existência das marcas assertivas (caixão de ouro). Ou então, “fechar o paletó de madeira” – nessa ocorrência, já teríamos elementos linguísticos significativos para compreendê-la como “morrer”.

Na construção – **fechar questão** (tornar-se intransigente numa discussão): “O MDB decidiu fechar questão em torno da votação da emenda do senador Montoro”. Nesse enunciado não está claro o suficiente para dizer que “fechar questão” designa tornar-se intransigente numa discussão. A partir da reformulação do enunciado poderíamos alcançar a variação desejada, como, por exemplo: “O MDB decidiu fechar questão contrária criando fissuras em torno da votação da emenda do senador Montoro”.

O emprego do verbo fechar no enunciado “Enterro de fechar o comércio” está associado a algo ou feito extraordinário, atribuindo valor **de fechar o comércio**. Deduzimos pelo contexto não explícito que o “enterro”, além de provocar o poder executivo em decretar luto oficial nos órgãos públicos, fora organizado com todas as homenagens, honraria de uma cerimônia fúnebre, causando o ‘fechamento do comércio’.

Mesmo rompendo o tradicionalismo de outrora, o DUP (2002) que se fundamenta num modelo teórico de gramática de valências, não cumpre os desafios de explicar os fenômenos linguísticos (a construção dos sentidos) materializados nos enunciados corriqueiros que são inerentes aos sentidos do verbo ‘fechar’.

2.2 Algumas reflexões inconclusas

Em linhas gerais, os sete dicionários analisados apresentam definições que se sustentam pela aproximação semântica com outros verbos pela ‘exemplificação’. Essa metodologia é um primeiro passo para que se pense um enunciado como “João fechou o negócio”. Porém, essa mesma escolha metodológica não favorece que se pensem as acepções de ‘fechar’ pelo viés da situação enunciativa (contextual) de modo que “João fechou o negócio”

esteja próximo de “João lavrou o contrato de compra do imóvel” ou de “João levou a loja à falência”. É evidente que esses deslocamentos de sentidos só foram possíveis pelo engendramento contextual, o que nos permite dizer que tais exemplos fogem ao escopo de atuação do dicionário. Talvez seja por não prever o nível em que se articulem léxico e gramática em situação enunciativa e suas imbricações em situações de uso da língua, que o dicionário seja um arcabouço limitado.

Nesse viés, não caberia afirmar que a ausência da interface semântica-pragmática⁴⁰ seria um fator preponderante de limitação da obra lexicográfica, até porque a essência do dicionário está no domínio dos saberes elocucional e idiomático, dos significados etiquetados concebidos coletivamente sobre as línguas naturais, perpassados ao longo do tempo por uma técnica historicamente determinada. Embora o dicionário assuma o papel de dar conta da designação e do significado, não pertence ao bojo de sua constituição explicar toda variação possível de um léxico (no caso o verbo).

Ao examinarmos esses compêndios lexicográficos, a partir do estudo de ‘fechar’, observamos que há muito a ser explorado, principalmente no que diz respeito aos valores que lhe são atribuídos. Por entendermos que não há sentido preexistente de uma dada unidade lexical quando se trata de estudá-la pelo enfoque de uma linguística enunciativa, examinaremos ‘fechar’ a partir de sua articulação com os outros termos do enunciado, o que nos dará acesso ao único sentido que acreditamos ser possível, num cenário enunciativo, no tempo e no espaço determinados pelo sujeito enunciador.

Em vista da nossa concepção de sentido, os valores (preconcebidos, estanques) atribuídos ao verbo ‘fechar’ nos dicionários aqui arrolados são insuficientes para explicar os sentidos constituídos nos/pelos enunciados numa situação enunciativa envolvida pelo contexto, por entender que os enunciados são organizados, concebidos como um todo em si.

⁴⁰ Dois componentes teóricos que se mostram interligados ao oferecerem mecanismos de interpretação de enunciados no contexto conversacional.

A TRANSITIVIDADE VERBAL REVISITADA PELO COMPORTAMENTO SEMÂNTICO DE “FECHAR”

Ao longo da história da humanidade, o estudo das línguas naturais sempre instigou grandes pesquisadores⁴¹ a desvelarem os mistérios que cingem a linguagem e sua heterogeneidade. Estudar a linguagem humana tem sido um fascínio das diversas áreas que englobam Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise e Linguística.

É bem verdade que cada uma dessas teorias, dependendo do amparo teórico, podem ter resquícios de uma para outra. A Linguística Enunciativa da qual nos ocupamos, por exemplo, tem costuras teóricas interessantes com a Psicologia e a Psicanálise, principalmente, quando se busca analisar os aspectos não consciente da atividade de linguagem e as teorizações que envolvem o universo das representações mentais associadas às produções linguísticas.

Essas questões sobre a linguagem e as línguas naturais nos instigaram a refletir a transitividade verbal revisitada pelo comportamento semântico de ‘fechar’, no âmbito das teorias: Gramática Tradicional (GT); Semântica Lexical; Funcionalismo e Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (TOPE).

O ponto de partida é saber qual é a origem termo transitividade. Essa alcunha advém

do latim *transitivus* (que vai além, que se transmite), refere-se no âmbito dos estudos gramaticais, ao grau de completude sintático-semântica de itens lexicais empregados na codificação linguística de eventos, de acordo com diversas possibilidades de transferência de uma atividade de um agente para um paciente (CUNHA e SOUZA, 2011, p. 09).

Em uma breve análise ao excerto estampado acima, o que se busca compreender por esse enfoque é que a transitividade estaria associada ao nível de completude sintático-semântica dos elementos lexicais na aplicabilidade de usos da língua, levando em consideração as mais variadas possibilidades de transferência de uma atividade de um agente para um paciente. Ao longo dessa Seção, veremos se de fato isso se estabelece pelos ângulos teóricos que mencionamos.

Iniciamos esse percurso explanando como se constitui a transitividade verbal pela perspectiva da tradição gramatical.

⁴¹ Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Noam Chomsky, Antoine Culioli, entre outros.

3.1 A transitividade na tradição gramatical: nem toda ocorrência de fechar se enquadra no caso de “O jardineiro fechou a torneira”.

Para nos situarmos historicamente, recorremos ao linguista histórico Manuel Said Ali, que foi um dos precursores dos estudos da Tradição Gramatical (TG) no Brasil, deixando um legado riquíssimo de várias obras, como: *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908); *Lexeologia do Português Histórico* (1921), *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico* (1923); *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1923); *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1927); *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1930); *Gramática Histórica* (1931); *Versificação Portuguesa* (1948), entre outras. Trata-se de um polímata que transitou em várias áreas importantes para os cursos de Letras: Gramática, Linguística, Estilística e Filologia. Dentre suas obras, destacamos duas para esse estudo: “*Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1964)”, na qual o autor faz uma menção ao termo ‘transitivos’ e não especificamente ao termo ‘transitividade’, que segundo ele é oriundo de um “vocábulo derivado do latim *transire*” (SAID ALI, 1964, p. 95).

Conforme a definição do Dicionário Etimológico Resumido, de Antenor Nascentes (1966, p. 743), *transire* quer dizer “ir além; trespassar”, ou seja, passar de um lugar ao outro. Essa expressão utilizada por Said Ali (1964) remete aos verbos que exprimem uma ação realizada por um agente e sofrida por um paciente. É importante ressaltar que o gramático faz ressalvas ao dizer que esse processo não é aplicável a todos verbos “classificados” como transitivos. Isso se evidencia no exemplo citado pelo autor quando enunciamos ‘ouvimos um ruído’, ao passo que o objeto direto ‘ruído’ não se caracteriza um paciente que recebe a ação praticada, obrigatoriamente.

Said Ali (1964) refere-se à designação/significação dos verbos, diferenciando-os em dois grupos: relacionais e nocionais. O primeiro grupo é constituído de aspectos verbais que se apresentam no predicado de maneira combinada ou com adjetivos, permitindo ainda que se configurem como forma infinitiva de verbo nocional, ou então, por serem considerados auxiliares quando se estabelecem combinações com as formas nominais: gerúndio, infinitivo ou participípio. A respeito dos verbos relacionais, Said Ali (1964) menciona, entre outros, os exemplos:

“As flores *são* cheirosas.

A criança *está* chorando.

Vou abrir esta gaveta.

Tenho de sair daqui a pouco” (SAID ALI 1964, p. 93, grifos do autor).

Observa-se, nesses exemplos, que o verbo relacional nos enunciados “As flores são cheirosas” e “A criança está chorando” vem acompanhado por outro termo ao qual transfere, ou com o qual divide o papel de predicado da oração.

O segundo grupo, o dos nocionais, representa todos os verbos empregados com a função predicativa. Said Ali (1964) subdivide os verbos nocionais em: verbos transitivos e intransitivos. De acordo com o escritor, caracteriza-se como transitivo “o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS” (SAID ALI, 1964, p. 94). É importante destacar que essa configuração recai apenas em construções com verbos transitivos empregados na ‘voz ativa’, como exemplo temos: “Pedro fechou a porta”. Em contrapartida, na sequência “A porta foi fechada por Pedro”, voz passiva, configura-se como verbo transitivo (locução verbal: foi fechada) preposicionado (por).

Já os intransitivos são aqueles que não exigem um objeto direto para completar seu significado. Em outras palavras, eles não precisam de um objeto para transmitir a ação do verbo. Para Said Ali (1964), os verbos intransitivos são

[...] os verbos que não necessitam de outro termo, como viver, morrer, andar, e bem assim aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição. Se este substantivo tiver a partícula a, usar-se-ão em seu lugar as formas pronominais lhe, lhes” (SAID ALI, 1964, p. 94).

Observe como esses verbos podem ser seguidos por complementos, como advérbios ou preposições, mas não exigem um objeto direto. Por exemplo: “Eu andei rápido”, “Ele correu até a linha de chegada”, “Ela riu muito da piada”.

Embora Said Ali (1964) tenha considerado a emancipação do verbo ao sustentar o sentido do predicado, percebe-se, em alguns contextos⁴², que o complemento verbal desempenha uma função ímpar, contribuindo para a ressignificação do verbo. Isso é ratificado por suas próprias palavras:

de um modo geral chamaremos verbos de função nocional ou, simplesmente, verbos nocionais àqueles que não sofrem a influência do anexo predicativo, e vêm usados com o mesmo sentido e o mesmo ofício de predicado como se tal anexo não existisse. Verbos de função relacional, ou verbos relacionais são, pelo contrário, aqueles cuja acepção própria se apaga ou modifica por virem combinados com outro termo,

⁴² Trazemos para essa discussão o problema “de morrer” em construções como “morrer de amores”, “morrer com 20 reais”, “morrer por um doce”.

originariamente anexo, ao qual transferem, ou com o qual dividem, o ofício de predicado da oração. (SAID ALI, 1964, p. 158)

É possível afirmar sob a perspectiva de Said Ali (1964), que a ‘transitividade verbal’ se opõe entre transitivos e intransitivos, partindo-se do pressuposto de que há verbos incompletos (os transitivos). Para o gramático, o conceito de verbo transitivo indireto é inexistente, entretanto, pode-se dizer, semanticamente, que ele é apreendido como verbo intransitivo. E aquele que necessita de complemento (o objeto direto, que também pode ser substituído pelos oblíquos – o, a, os, as), denomina-se verbo transitivo.

Kury (2000) não considera que os verbos transitivos indiretos se caracterizam dessa maneira, para o autor os

transitivos indiretos são verbos que têm seu sentido integralizado por um **objeto indireto**, isto é, um complemento que, quando substantivo, ou pronome substantivo, vem obrigatoriamente regido de preposição sem valor circunstancial (KURY, 2000, p. 30, grifos nossos).

Repare nos exemplos a seguir, como os transitivos indiretos resultam dos mais variados verbos, não só os que estejam regendo a preposição ‘a’ ou ‘para’, conforme apresenta nos enunciados: “Escrevi **a** meus pais”, “Discordava **de** tudo” e “Pensei **em** ti” (KURY, 2000, p. 31).

Percebe-se, em primeira instância, que há deslocamentos entre a abordagem de Kury (2000) e a de Said Ali (1964). Para Kury (2000), a existência de verbos intransitivos com sentido incompleto é praticamente nula. O autor afirma que

Um verbo intransitivo pode ter anexado a si um nome predicativo que exprime o estado ou a condição do sujeito ao dar-se o fato mencionado:
 “Vai REDONDA e ALTA a lua” (F. Pessoa, OP, 46); “Olhou CONFRANGIDO” (An. Machado, HR, 63); “Entrei APRESSADO” (M. de Assis, BC, 124). Pode dizer que, em casos destes, o verbo intransitivo faz simultaneamente as vezes de verbo de ligação, sem, contudo, perder seu valor nocional. (KURY, 2000, p. 29)

Em segunda instância, diferentemente de Said Ali (1964), que classifica/rotula os verbos em relacionais, Kury (2000) os designa como ‘verbos de ligação’, guardadas as devidas proporções, pois eles estão no rol de verbos denominados relacionais.

Em terceira e última instância, o autor admite, em determinados contextos, a possibilidade de se empregar como transitivo direto um verbo que habitualmente é intransitivo. É o que podemos observar no exemplo “Deus choverá BÊNÇÃOS sobre este casal” (KURY, 2000, p. 29) em que o verbo “chover” não designa fenômeno da natureza. Entende-se então,

que esse verbo que ‘habitualmente’ é classificado como intransitivo passa a ser transitivo direto, tendo como objeto direto “BÊNÇÃOS”. Diante desse posicionamento, abre-se um precedente de que alguns verbos que seriam usualmente intransitivos poderiam desempenhar outra função diferente da original, a depender de um critério predominantemente semântico-enunciativo.

Vale destacar que, Said Ali (1966) sustenta que o verbo transitivo pode exigir, em alguns casos, além do objeto direto, “um termo secundário denotador do indivíduo a quem a ação se destina, ou a quem ela aproveita e desaproveita” (SAID ALI, 1966, p. 94). Esse termo secundário, que se manifesta “por um nome precedido de **a** ou, para evitar repetição, pelo pronome **lhe, lhes**” (Idem, p. 94-95, grifos nossos), designando-se o objeto indireto ou complemento terminativo. No entanto, o autor orienta que, por extensão, “o nome de objeto indireto aplica-se [...] também às expressões preposicionadas que completam o sentido de verbos intransitivos” (Idem, p. 95). Os verbos intransitivos são os “que não necessitam de outro termo, como viver, morrer, andar, e bem assim aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição” (Idem, p. 94).

Entretanto, essa proposta de Said Ali (1966) não é acolhida por completo. Ao contrário do que ele afirma, a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB (1958) - admite a existência de verbos transitivos indiretos, refutando em partes sua visão teórica. É importante ressaltar que, segundo Said Ali (1966), a predicação completa não é necessariamente exclusividade de ‘todos’ os verbos intransitivos. Esse procedimento só é possível desde que o seu único complemento obrigatório seja iniciado por uma preposição. Por esse viés, a distinção entre os verbos transitivos e os intransitivos que exigem complemento deve se basear no tipo de sintagma que os completa.

Nessa assunção, constamos o quão complexa é a transitividade verbal vista por ângulos diferentes. Nota-se que há muito a ser explorado nesses processos de ordem transitiva ou intransitiva envolvendo o contexto verbal⁴³.

Essa contextualização nos remete a seguinte problemática: podemos afirmar que nem toda ocorrência de ‘fechar’ se enquadra no caso de “O jardineiro fechou a torneira”. No referido enunciado, o verbo fechar é genuinamente transitivo direto e, “a torneira”, objeto direto. Diferentemente dessa ocorrência, em “Maria fechou-se em copas”, é um caso de verbo pronominal, pois temos “Maria fechou Maria”. Há uma flexibilidade imposta pelo “se”. “Em copas” seria um adjunto adnominal apenas, um modo de fechar. Ao passo que “fechar-se em copas” significa “amuar-se”, “retrair-se”, “emburrar-se”. Observe que em “Maria fechou a

⁴³ Assim como elencamos na subseção 2.1 dessa tese

cara”, apesar de manter sentido similar ao da ocorrência anterior, o verbo se apresenta como transitivo direto, pois “a cara” classifica-se como objeto direto.

Com efeito, os princípios sintático-semânticos que norteiam a transitividade verbal, mesmo na tradição gramatical, não asseguram que todas as ocorrências do verbo ‘fechar’ se enquadrem no mesmo caso de “O jardineiro fechou a torneira”. Vejam-se:

- 1) (a) O tempo **fechou na** casa de Pedro (houve briga);
- (b) O supermercado **fechou às** 21:00h;
- (c) Paulo **fechou com** Patrícia (está do lado dela ou combinaram de almoçar).

Repare-se que nesses enunciados a variação do verbo fechar é influenciada substancialmente pelo o contexto verbal no qual estão inseridos, fazendo com que a categorização de transitividade oscile. Nas ocorrências ‘a’ e ‘b’, o verbo fechar não exige um complemento verbal, o que o configuraria como verbo intransitivo tanto em (1a) como em (1b), respectivamente. Uma vez que o complemento verbal de (1a) “na casa de Pedro” consiste num adjunto adverbial de lugar; em (1b) “às 21h” se caracteriza como adjunto adverbial de tempo. Por fim, em (1c) o complemento do verbo fechar, “com Patrícia”, se classifica como um adjunto adnominal ou como complemento nominal, a depender do contexto de direita.

Em consonância ao que dissemos, Bechara (2009) afirma que

há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chamam *argumentos* ou *complementos verbais* (BECHARA, 2009, p. 414-415, grifos do autor).

Mais adiante, o autor afirma que os verbos transitivos são os que necessitam dessa delimitação semântica. Vejamos os exemplos indicados pelo escritor:

O porteiro *viu o automóvel*.

Eles *precisam de socorro*. (BECHARA, 2009, p. 415, grifos do autor)

Nota-se nesse par de enunciados delineados pelo escritor, que há uma ocorrência com um verbo transitivo direto e outra com um verbo transitivo indireto. Bechara (2009) ao citar “Eles precisam de socorro”, entende que o verbo ‘precisar’, por extensão, carece dessa delimitação semântica, ou seja, de um complemento preposicionado – “quem precisa, precisa ‘de’ alguma coisa”. Mas, isso não seria possível na primeira ocorrência “O porteiro viu o

automóvel” – o verbo ‘ver’ nesse caso não necessitaria de um complemento preposicionado e, sim, de um objeto direto (o automóvel). Essa seria uma reflexão encapsulada, voltada a um direcionamento da Gramática Tradicional. Ampliando um pouco mais esse leque, trouxe outros exemplos constituídos pelos verbos “viu” e “precisam”:

“A mulher se viu no espelho”

“As pessoas não se precisam, elas se completam... não por serem metades, mas por serem inteiras, dispostas a dividir objetivos comuns, alegrias e vida” (Mário Quintana).

No primeiro enunciado “A mulher se viu no espelho”, estamos diante de um verbo transitivo antecedido por um pronome proclítico reflexivo, reverberando uma dimensão de <mulher ver mulher> ou <mulher ver a si mesma>, em que há uma flexibilidade, pois o sujeito “a mulher” realiza a ação e também a recebe, representado pelo pronome reflexivo “se”. Posposto ao verbo, o complemento “no espelho”, não se caracteriza como objeto direto, mas como adjunto adverbial de lugar. No segundo excerto extraído do poema de Mário Quintana, recortamos apenas o primeiro período composto por coordenação adversativa para fazer o esboço de análise, no qual há os verbos: “precisam” e “completam”. O verbo “precisam” é constituído da mesma flexibilidade como no enunciado anterior, porém, anteposto de uma negação, que se contrasta com a afirmação “elas se completam”, também de ordem reflexiva. Esse contraste é um efeito de sentido causado pela estilística do autor ao fazer uso da elipse. Dessa forma, o período poderia ser reconstruído assim: “As pessoas não se precisam, **mas**, elas se completam...”. Todo esse movimento para explicar que nem sempre o verbo “precisar” vem acompanhado de um termo preposicionado. No caso específico, não há complementação do verbo, mas um segundo enunciado se opondo à ideia do primeiro, emergida da contextualização do poema.

Do ponto de vista de Bechara (2009), os verbos intransitivos são os “que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas” e, portanto, “não necessitam de outros signos léxicos” (BECHARA, 2009, p. 415). Como podemos observar nos exemplos:

Ela não *trabalha*.

José *acordou cedo*.

As crianças *cresceram* rapidamente. (Ibid.)

Em contrapartida, ao reformularmos esses enunciados desmistificamos a crença de que eles só poderiam ser rotulados em verbos intransitivos. Isso se evidencia nos exemplos a seguir:

Ela não trabalha a massa (trabalhar enquanto manipular)

José acordou o pão cedo (pão velho, murcho)

As crianças cresceram rapidamente os olhos para cima do bolo (com vontade de saciar um desejo de comer o bolo)

Fica evidente que o enrijecimento dos sentidos produzidos pelo tradicionalismo gramatical, como se observa nos enunciados isolados elucidados por Bechara (2009), poderiam apenas resultar em verbos “intransitivos”. Na contramão do que prega a Tradição Gramatical, nesses enunciados reformulados, apresentamos outras possíveis construções de sentidos, que vão além da etiquetagem das palavras, produzindo sentidos estanques na superfície da língua, rompendo “os muros” do tradicionalismo gramatical.

Em outra passagem, Bechara (2009) admite a possibilidade de um mesmo verbo ser usado transitiva ou intransitivamente, especificamente quando há uma aplicação muito vaga no processo verbal. Vejamos:

Eles *comeram* maçãs (transitivo)

Eles não *comeram* (intransitivo). (Ibid.)

Segundo Bechara (2009), essa peculiaridade só é possível desde que sua extensão significativa aponte para um termo geral “que englobe a natureza de todos os signos léxicos que naturalmente apareceriam à direita do verbo” (Idem, p. 415). Além disso, o gramático salienta que o emprego intransitivo de certos verbos normalmente transitivos pode adquirir um matiz semanticamente novo e especial. É o que podemos verificar nos exemplos a seguir:

Ele não *vê* / ‘não enxerga’, ‘é cego’

Já não *bebe* / ‘abandonou o alcoolismo’

Ainda não *lê* / ‘é analfabeto’ (Ibid.)

Diferentemente dos outros gramáticos consultados, Bechara (2009) esclarece que “a oposição entre transitivos e intransitivos não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática” (Idem, p. 415). Em partes, concordamos com essa afirmação, mas pensamos que é preciso expandir os sentidos construídos a partir desses enunciados, por entendermos que eles só podem ser interpretados à luz de um contexto ou situação, que por sua vez, escapam dos contornos dados pelas teorias calcadas na visão tradicional. Contexto e situação não são externos aos enunciados, mas concebidos por eles. Desse modo, podemos reformular os enunciados, reconstruindo novos sentidos:

Ele não vê um palmo diante de si, coitado está apaixonado! (está iludido)

Já não bebe, mas é tonto por natureza. (não sabe discernir o que bom ou ruim)

Ainda não lê as mentes das pessoas, só está faltando isso. (modelo de linguagem da inteligência artificial, chatGPT)

Feito esse percurso, nessa subseção, evidenciamos historicamente pela TG que os aspectos constituintes da transitividade verbal no português brasileiro não podem ser analisados somente na superficialidade da língua, ou seja, a partir do léxico (verbo), mesmo porque, há traços semântico-enunciativos (contextuais e cotextuais), que não foram considerados pelos estudos da tradição gramatical. Esses traços corroboram a construção e reconstrução dos sentidos e são imprescindíveis para interpretação dos enunciados na aplicabilidade de seus usos. O que nos interessa aqui, é que a transitividade tal qual idealizamos se configura no domínio enunciativo, envolvendo o enunciado como um todo e, não apenas, fixada no verbo ou dependente dele.

3.2 Ser verbo de ação é o que basta para a transitividade?

Depois de explicar os conceitos de transitividade verbal do ponto de vista da Gramática Tradicional, lançamos nossos olhares para o próximo item, que visa discutir a acionalidade e telicidade do verbo pela tipologia verbal desenvolvida por Vendler (1967) e seus seguidores.

A tipologia verbal quadripartida postulada por Vendler (1967) dispõe de quatro classes aspectuais que visam estabelecer de que maneira o predicado verbal se estrutura através da noção do tempo, por compreender que o aspecto lexical de um verbo está associado aos domínios semânticos do predicado.

Esse modelo teórico-metodológico de análise, de certo modo, se distancia dos preceitos tradicionais os quais elencamos na subseção anterior. Por este viés, os verbos não são etiquetados em categorias de transitividade ou intransividade. Vendler (1967) classifica os

verbos em classes de acionalidade⁴⁴ e em níveis de telicidade⁴⁵. O autor afirma que o aspecto lexical corresponde às propriedades semânticas do predicado e diz respeito à classificação dos eventos, expressos por predicados verbais, de acordo com suas propriedades temporais intrínsecas.

Vendler (1967) entende que a acionalidade está relacionada “ao modo como um predicado verbal esquematiza a noção do tempo e, a partir disso, o autor distribui as predicções verbais em quatro classes acionais⁴⁶ (ou aspectuais), a saber, estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*” (VENDLER 1967 *apud* RESENDE, 2018, p. 187, grifos do autor).

Desse modo, a acionalidade pode ser compreendida como “as características que compõem, definem e diferenciam os eventos” (BASSO, 2004, p. 57). Mais adiante, Basso (2007b, p. 18), afirma que “a acionalidade refere-se à natureza do evento, se ele é ou não durativo, estativo ou possui [...] (telicidade)”, e “suas propriedades estão ancoradas no léxico” (Idem, p. 26). Bertinetto (2001, p. 177) assevera que a acionalidade “tem a ver com a natureza do tipo de evento associado a um predicado verbal”.

Segundo Vendler (1967, p. 97, tradução nossa), “o uso de um verbo pode também sugerir uma forma particular de como tal verbo pressupõe e envolve a noção de tempo”⁴⁷. Considerando a ideia de que cada verbo envolve uma noção singular de tempo que pressupõe um esquema temporal também peculiar, Vendler (1967) organizou as ações determinadas pelos verbos em:

- a. Estado: ‘João amou Maria de t_1^{48} até t_2 ’ (significa que em algum instante entre t_1 e t_2 ‘João amou Maria’).
- b. Atividade: ‘Ana estava correndo em t ’ (significa que t está num intervalo em que ‘Ana estava correndo’).
- c. *Accomplishment*: ‘Beth estava desenhando um círculo em t ’ (significa que t está no intervalo em que ‘Beth desenhou aquele círculo’).

⁴⁴ Empregada como tradução para o termo alemão *Aktionsart* e também como sinônimo de “aspecto lexical” (RESENDE, 2016, p. 195). Quando mencionamos “aspecto”, nos referimos “à representação do evento feita pelo falante, como conclusivo ou inconclusivo; e a acionalidade refere-se à natureza do evento, se ele é ou não durativo, estativo ou possui um ponto final previsível (telicidade)” (PIRES; BASSO, 2006, p. 13).

⁴⁵ Com relação à telicidade, sabe-se que essa propriedade está intimamente ligada à noção de acionalidade.

⁴⁶ Rememora a uma classificação aristotélica, isto é, “uma primeira reformulação dessa grade aparece em Ryle (1949); depois, ela foi retomada por Kenny (1963), que apontou precedentes em Aristóteles (daí o adjetivo aristotélica) [...]” (CHIERCHIA, 2003, p. 492).

⁴⁷ No original: “[...] the use of a verb may also suggest the particular way in which that verb presupposes and involves the notion of time” (VENDLER, 1967, p. 97).

⁴⁸ O “ t ” representa o “tempo”, ou seja, está condicionado ao tempo.

d. *Achievement*: ‘Pedro ganhou a corrida entre t_1 e t_2 ’ (significa que o instante em que ‘Pedro ganhou a corrida’ está entre t_1 e t_2).

Ao fazer a distinção dessas quatro classes aspectuais verbais e o modo como elas configuram o tempo, o linguista pondera ao dizer que as diferenças entre as classes não podem ser examinadas apenas condicionadas ao tempo, devendo considerar também outros aspectos, “como a presença ou ausência de um objeto, condições, estados desejados das coisas [...]”⁴⁹ (VENDLER, 1967, p. 97, tradução nossa).

A preocupação de Vendler (1967), ao desenvolver esse esquema, era demonstrar como os verbos podiam ser enquadrados numa dessas quatro classes acionais por constituírem qualidades semânticas das expressões verbais que interagem com os objetos e modificadores verbais. Portanto, além de se embasar nos valores acionais (aspectuais) intrínsecos aos predicados verbais, o autor também leva em consideração a função dos modificadores, que se distinguem em propriedades [\pm ESTÁGIOS] e [\pm TÉLICO], dispostas no Quadro 1:

Quadro 1: Classes Acionais / Propriedades

Classe acional	Estágios	Telicidade
Estados	[-ESTÁGIOS]	[-TÉLICO]
Atividades	[+ESTÁGIOS]	[-TÉLICO]
<i>Accomplishments</i>	[+ESTÁGIOS]	[+TÉLICO]
<i>Achievements</i>	[-ESTÁGIOS]	[+TÉLICO]

Fonte: Adaptação ao esquema das classes acionais de Vendler (1967).

Com base no Quadro 1, que retrata as propriedades intrínsecas às classes acionais, apresentamos em (2) enunciados que exemplificam esses procedimentos:

- (2) (a) João gosta de bonés.
 (b) O padre dialogou com a assembleia.
 (c) O chefe de cozinha fechou a panela de pressão.
 (d) O carteiro entregou a encomenda ao vizinho.

Levando em consideração as predicções de estado como em (2a), que se fazem pelas propriedades de [-ESTÁGIOS], de referência homogênea, isto é, não há alteração em qualquer parte de gostar de bonés. Predicados estativos não apresentam um fim específico, um “telos”

⁴⁹ No original: like the presence or absence of an object, conditions, intended states of affairs [...] (VENDLER, 1967, p. 97)

(fim), [-TÉLICO], pressupondo que não há nada inerente em “gostar de bonés” que lhe garanta um fim, ou um ponto de culminação.

Verifica-se em (2b) um predicado de atividade, presumindo que há estágios – [+ESTÁGIOS]. Nesse caso, “dialogar com” se realiza com pelo menos duas pessoas, considerando que a fala de uma pessoa se constitui num estágio da predicação verbal, e a fala da outra pessoa, um estágio diferente. No que tange ao “telos” (fim), refere-se a uma predicação [-TÉLICO], pois ainda não há nada de intrínseco a dialogar que consista em atribuir um fim, ou seja, não há nada exclusivamente linguístico no predicado “dialogar com a assembleia” que garanta uma culminação para essa atividade.

(2c) caracteriza-se como um predicado incremental de *accomplishment* que pressupõe estágios [+ESTÁGIOS] e para o qual se prevê um ponto de culminação [+TÉLICO], ou seja, fechar a panela implica um “telos” de concluir a vedação e/ou tampar a panela. Um predicado incremental tem um objetivo, um fim intrínseco e se configura em diferentes estágios.

(2d), último enunciado, apresenta uma predicação de *achievement* em que não há estágios [-ESTÁGIOS], e compreende um evento instantâneo, que se dá em um momento único, pontual. Por outro lado, é um evento [+TÉLICO], pressupondo um fim, que consiste na entrega da encomenda. Esse tipo de predicação abrange o início e o término do evento e se faz pela mesma instância temporal.

Constata-se nas exemplificações das classes aspectuais e dos níveis de classificação que o modelo ‘epistemológico’ de Vendler (1967) ainda se concentra no léxico (verbo). Embora o autor não faça a categorização das propriedades verbais em transitivos ou intransitivos, ele acaba limitando as possibilidades de definição aspectual de um enunciado, em decorrência da diversidade de elementos linguísticos que o envolve, fazendo jus a um protótipo de etiquetas. O que se pode inferir até aqui, tanto a teoria desenvolvida por Vendler (1967) quanto a tradição gramatical, guardadas devidas proporções, não levam em consideração o enunciado como um todo, relegando, portanto, o contexto e a situação, constituídos por ele (o enunciado).

Tomemos como exemplo o enunciado “Fechei o negócio nessa manhã. Só faltava a assinatura”. Observa-se que nesse caso, apesar do verbo “fechar” constituir-se em um verbo de ‘ação’, isso não o garante uma predicação [+ESTÁGIOS] e [+TÉLICO]. Esse é um caso típico de predicado de atividade, pressupõe estágios – [+ESTÁGIOS], considerando que para fechar negócio há pelo menos duas pessoas, ao mediar essa transação a fala de uma pessoa consiste em um estágio de predicação verbal, e a fala da outra pessoa, um estágio distinto. Além disso, por mais que “fechar o negócio nessa manhã” caminha na direção de um “telos” (fim), o

contexto demonstra que não, pois a culminação de “negócio fechado”, “concluído”, está condicionada a uma “assinatura”, configurando-se como um evento [-TÉLICO].

Esse exemplo nos evidencia que apesar de ser um verbo de ‘ação’ a transitividade não lhe é garantida. Se pautarmos em teorias que se restringem ao léxico e suas imbricações, teremos exemplos como esse, “mal resolvidos”. A transitividade deve ser vista como uma entidade enunciativa na qual congregam todos os elementos de um enunciado, ancorado por um sistema de representação metalinguístico.

3.3 A transitividade para o funcionalismo

O Funcionalismo é uma corrente Linguística iniciada na Europa, mais precisamente no Círculo Linguístico de Praga, com intuito de esmiuçar a relação entre a estrutura das línguas e os diferentes contextos comunicativos. Os linguistas Jakobson e Trubetzkoy dedicaram-se às singularidades que envolveram a fonologia. Em seguida, na Inglaterra com Halliday, na França com Martinet e, na Alemanha com Dik, deu-se amplitude a essa acepção, considerando-se a perspectiva da sentença no contexto comunicativo, isto é, emergiram os níveis de função na estrutura da sentença, constituindo a sintática, a semântica e a pragmática.

Nos Estados Unidos, o Funcionalismo surgiu com Sankoff e Brown, mas foi com base na tríade de Hopper, Thompson e Givón, que a Linguística Funcional Norte-Americana ganhou os holofotes, se firmando como uma vertente do Funcionalismo que “[...] defende uma investigação baseada no uso, observando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. A ideia central é a de que língua é usada, sobretudo, para satisfazer necessidades comunicativas” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 21).

No bojo dessas necessidades, para o Funcionalismo, a estrutura gramatical se realiza sob influência das funções externas, consolidadas no decorrer das situações comunicativas. Essas múltiplas situações auxiliam nos processos dinâmicos da língua e suas adequações constituídas pelos sujeitos. Conforme Castilho (2016), essa dinamicidade linguística provoca mudanças imprescindíveis, de modo que a língua deve se adaptar às novas situações históricas e sociais, pautadas na sistematicidade e regularidade, permitindo, assim, a intercompreensão satisfatória. Castilho (2016) salienta que o Funcionalismo

[...] considera a língua como um fenômeno heterogêneo, como uma atividade social, por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua é um somatório de usos concretos,

historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado (CASTILHO, 2016, p. 66).

Nesse amparo teórico, a linguagem é concebida como “um sistema complexo, processual por natureza, dinâmico e até certo ponto, imprevisível” para interação social que se realiza por meio dos propósitos e das intenções do ato de comunicar (CASTILHO, 2010, p. 28). Por essa ótica, assim como a escolha linguística, o fenômeno da transitividade é delineado a partir da relação entre a estrutura gramatical das línguas e dos diferentes contextos comunicativos. Para Martelotta e Kenedy (2015), a língua é cingida como um instrumento de comunicação que, ao ser examinada, deve ser apreendida como uma estrutura maleável, sujeita às pressões das mais diversas situações comunicativas, as quais ajudam a determinar a estrutura gramatical.

Por esse viés, o estudo da transitividade verbal concentra-se na relação entre forma e função, na medida em que a gramática se realiza no discurso, através das motivações semânticas e pragmáticas, estabelecidas nos contextos linguísticos e extralinguísticos, ela abrange toda a extensão do enunciado. Sua compreensão rompe a barreira dos diferentes elementos da oração e sentido, numa interação real e dinâmica, resultante das múltiplas condições de comunicação às quais os falantes estão expostos e nas quais o sentido global não é subjacente à forma. Em contrapartida, ela não pode ter apenas como parâmetro principal a organização e a estrutura da oração, pois, não cabe ao verbo a competência final de se autodenominar.

Face ao exposto, transitividade verbal está intimamente ligada às escolhas linguísticas motivadas pela situação de transferência entre um agente e um paciente, ou então, como afirmam Abraçado e Kenedy (2014, p. 40), “sendo a transitividade a transferência de ação de um agente para um paciente ou recipiente, é natural a conclusão de que tal transferência não ocorrerá efetivamente, a menos que haja, no mínimo, dois participantes envolvidos”. Com efeito, nesse lugar teórico, a língua é suscetível às mudanças e às adaptações que dependem das situações de uso e das necessidades construídas pelo ato de comunicar, baseando-se nas condições discursivas que possibilitam a compreensão entre os interlocutores.

A noção de transitividade estampada pelo Funcionalismo difere da Tradição Gramatical, pois está condicionada, em especial, por concebê-la escalar e não limitada ao verbo. Ao descrevê-la, a vertente funcionalista nem sempre é a mesma. A saber, Halliday, por exemplo, apresenta a transitividade baseada na experiência simbolizada em processos, participantes e circunstâncias, como um dos subsistemas da léxico-gramática. Paul Hopper e Sandra Thompson, na obra intitulada – *Transitivity in Grammar and Discourse* (1980),

propõem 10 parâmetros os quais medem o grau de transitividade de uma oração. Inclusive, essa abordagem tem sido propagada no Brasil pelos funcionalistas Abraçado e Kenedy, na obra “Transitividade traço a traço (2014)”. Por fim, Talmy Givón considera que a transitividade como um fenômeno de múltiplas faces que abrangem a: sintática (existência de sujeito e objeto); semântica (agente e paciente) e pragmática (topicalidade). Essa vertente, de certo modo, é simplificada da concepção de Hopper e Thompson (1980).

Sob essa perspectiva, a transitividade verbal é compreendida “[...] como uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) complemento(s), a gramática da oração” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 37). Assim, a proposta de Hopper e Thompson (1980) deriva da relação paradigmático-discursiva (sintático-semântico), em que a linguagem dispõe de um caráter essencialmente polissêmico, de aspecto criativo, mediado pelas relações discursivo-comunicativas. Nessa abordagem, a transitividade é concebida por meio de parâmetros que avaliam a dinâmica verbal em diferentes contextos, como uma noção contínua, gradual, escalar. Ou seja, não obedece à tradicional oposição transitivo/intransitivo, pois cede lugar ao *continuum*, uma espécie de gradiência diferenciada que mede o grau de transitividade nas possíveis realizações da estrutura oracional. Nesse sentido, Hopper e Thompson (1980) apresentam os dez parâmetros sintático-semânticos, que determinam a transitividade. Quanto mais traços forem aplicados à sentença, maior será a sua transitividade, organizados no Quadro 02:

Quadro 02: Traços/Parâmetros de Transitividade.

PARÂMETROS	TRANSITIVIDADE ALTA	TRANSITIVIDADE BAIXA
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não-ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não-perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não-pontual
5. Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não-intencional
6. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não-agentivo
7. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
8. Modalidade da oração	Modo <i>realis</i>	Modo <i>irrealis</i>
9. Afetamento do objeto	Afetado	Não-afetado

10. Individuação do objeto	Individuado	Não-individuado
----------------------------	-------------	-----------------

Fonte: Adaptação de Hopper e Thompson (1980, p. 21).

Observa-se que diferentemente da TG (que analisa a transitividade basicamente pela relação verbo-objeto), os funcionalistas propõem “(...) isolar as partes do componente da noção de transitividade e estudar os modos nos quais eles são (...) codificados pelas línguas” (AMORIM; ROCHA, 2008, p. 82), isso permite que todas as propriedades relacionadas na sentença sejam esmiuçadas e reconhecidas como fatores influenciáveis pela definição do nível de transitividade. Os parâmetros de transitividade constituídos pela proposta de Hopper e Thompson (1980) serão apresentados traço a traço:

1. O traço participante versa sobre os argumentos externos (sujeito) – que se configuram como “agente” e internos (objeto) – que fazem alusão a “paciente”, exigidos pelo verbo podem ocorrer concomitantemente ou não. Os autores consideram que as cláusulas prototípicas de transitividade alta são aquelas que codificam sujeito-agente e objeto-paciente afetados pela ação verbal. Essa transferência de ação está condicionada à presença de dois ou mais participantes na sentença. Passemos aos exemplos:

- (3) (a) O jardineiro **fechou** a torneira.
 (b) A loja **fechou**. (faliu)

Verifica-se em (3a) uma ocorrência mais transitiva porque há dois participantes, um sujeito (agente) “O jardineiro” e um objeto (paciente) “a torneira”, sendo este último completamente afetado pelo sujeito. Já (3b) apresenta uma ocorrência com um sujeito “A loja” (-humano, -animado, -agentivo, -volitivo), e não há a presença explícita do objeto, até porque não carece de complemento, configurando-se como um verbo intransitivo. Entretanto, no enunciado “A loja fechou”, dá-se a entender que “faliu” tem uma força enunciativa que sustenta sua agentividade, mesmo quando parece que não tem. O sujeito “A loja” é um estabelecimento representado por “pessoas” (+animadas). Isso pode gerar um valor preponderante para haver agentividade.

2. O traço cinese caracteriza-se pela ação e não ação da alta e baixa transitividade, respectivamente. Esse traço, além de indicar o movimento das ações, incide sobre as possibilidades de transferência de ações de um participante para outro, de maneira que possa impactá-lo. Exemplos:

- (4) (a) Paulo **fechou** os olhos para os problemas da vida. (fingir não sofrer)

- (b) Paulo **saiu** de casa desolado.
 (c) Paulo **continuou** ativo.

A ocorrência (4a) dispõe de alta cinesa, pois há verbo ação-processo, sujeito (agente), objeto (paciente) e mudança de situação. A ocorrência (4b) consiste numa cinesa média que possui um sujeito (agente), porém, o complemento não é afetado. Em seguida, a terceira ocorrência (4c) se constitui por uma cinesa quase nula com um verbo de estado que impede a transferência de ação do sujeito para o paciente.

3. O traço aspecto do verbo está relacionado à conclusão ou não de um evento, que pode se classificar em perfectivo (concluso) ou imperfectivo (inconcluso). Nesse traço, há uma relação de proximidade entre aspecto e temporalidade da ação. Hopper e Thompson (1980) mencionam que nas sentenças reconhecidas com aspectualidade perfectiva, habitualmente, o objeto costuma ser integralmente afetado. Nas identificadas como imperfectivas, só é possível afirmar através do contexto o quanto o objeto foi afetado, pois há um início de ação e uma quebra de expectativa relacionada ao final do evento. De modo que a transferência total manifestada no modo indicativo, no tempo pretérito e no aspecto perfectivo, ocorre naquelas sentenças mais transitivas. Observem-se os exemplos:

- (5) (a) Maria **fechou** o restaurante às 20h.
 (b) Maria **fechava** a cara enquanto ouvia as reclamações do seu marido.

Em (5a) há transitividade mais alta resultante da transferência de ação entre sujeito (agente) e objeto (paciente), mediada por um verbo de ação-processo, télico/perfectivo. Em (5b), o verbo designa mudança de estado, e se configura como atélico/imperfectivo por não demonstrar claramente o término da ação.

4. O traço pontualidade do verbo “(...) refere-se à forma súbita de uma ação ou à ausência de uma fase de transição clara entre o início e a conclusão” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 286, tradução nossa)⁵⁰, por entender que ela é organizada de acordo com a sua durabilidade no tempo. Nesse contexto, alta e baixa transitividade estão imbricadas à ação não durativa/acabada (pontual), e a ação durativa/não acabada (não pontual), nessa mesma ordem.

⁵⁰ No original: “(...) refers to the suddenness of an action, or the absence of a clear transitional phase between onset and completion” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 286).

Isso só é possível aos verbos que são mais transitivos, pontuais, pois eles apresentam uma temporalidade instantânea e telicidade⁵¹ alta.

5. O traço intencionalidade do sujeito está condicionado à vontade/intenção do sujeito em realizar/praticar uma ação. Ou seja, “o efeito sobre o paciente é tipicamente mais aparente quando o A [sujeito-agente] é apresentado agindo propositadamente” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 252, tradução nossa)⁵². Para evidenciar melhor a compreensão desse traço, apresentamos no Quadro 3 um compilado de critérios utilizados pelos estudiosos e aqui os adaptamos a duas ocorrências envolvendo o verbo fechar:

Quadro 3: Exemplificação do traço intencionalidade do sujeito.

Crítérios de análise	Eu fechei a porta	O tempo fechou
Agentividade do sujeito	+	-
Consciência da ação – Cunha (1996)	+	-
Controle – Cançado (2005)	+	-
Intencionalidade do sujeito – Hopper e Thompson (1980)	+	-
Transferência entre participantes	+	-
Legenda: Em consonância com a primeira linha do quadro, o símbolo (+) indica presença de; o símbolo (-) indica ausência de.		

Fonte: Adaptação de Carreio e Sousa (2020, p. 726)

Depreende-se desse quadro que o grau de transitividade se eleva (é maior) na ocorrência “Eu fechei a porta”, pois há vontade/intenção e agentividade do sujeito. Observa-se que na ocorrência “O tempo fechou”, a intencionalidade e/ou agentividade do sujeito é praticamente nula, isto é, o sujeito “O tempo”, nesse caso, se caracteriza esvaziado de agentividade por se tratar de um sujeito (-animado, -humano) – com valor ‘detrimental’ em relação à vontade/intenção e, o verbo “fechou” se caracteriza como intransitivo, nessa ocorrência⁵³.

6. O sexto traço, agentividade do sujeito, corrobora exatamente o que acabamos de discutir no traço anterior. Para Hopper e Thompson (1980), esse traço está associado à ação dos

⁵¹ Já mencionamos esse termo na Subseção 3.2, mas aqui, a telicidade está associada ao traço aspectual de uma situação que possui um ponto final inerente e definido.

⁵² No original: “The effect on the patient is typically more apparent when the A is presented as acting purposefully” (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 252).

⁵³ Explanaremos melhor esse assunto na Subseção 3.5.1.

participantes, sobretudo, quando se trata do sujeito agente. Com efeito, exemplos de alta transitividade são as ocorrências que envolvem um argumento externo agente, um argumento interno afetado e os traços do sujeito (+animado, +humano, +volitivo). Isso se configura, de certo modo, às ocorrências que englobam um argumento externo causativo, um argumento interno efetuado e os traços do sujeito (-animado, -humano, -volitivo). Entretanto, as ocorrências que se organizam com um argumento externo afetado ou experimentador (verbos de processo) ou que não apresentam esse argumento (estado) dispõem de propriedades baixíssimas de transitividade. Nesse sentido, voltemos ao caso de “O tempo fechou”, em que as propriedades do sujeito “O tempo” se organizam como (-animado, -humano, -intencional) e o verbo “fechou” dispõe de ausência transitividade, configurando-se como um verbo intransitivo, ao se constituir como fenômeno da natureza. Por outro lado, se considerarmos a ocorrência “O tempo fechou” designando “briga, confusão”, teríamos os traços do sujeito “O tempo” (+animado, +humano, +intencional), por entender que a “briga” é provocada por seres humanos.

7. O traço polaridade da oração se faz pela “oposição”, ou melhor, pela dicotomia afirmativa *versus* negativa. Os funcionalistas Hopper e Thompson (1980) afirmam que a transitividade alta está concatenada à ocorrência positiva, mas caso seja considerada negativa, ela será baixa. Essa última concepção é discutida a partir de vários aspectos distintos (sintático, semântico, pragmático-discursivo), como por exemplo, no Português Brasileiro (PB), a negação é obtida por meio de múltiplas estratégias que vão desde entender a sutileza da língua até sua criatividade em construções marcadas ou não. Nesse caso, para se verificar a polaridade, a ocorrência deve ser analisada além dos elementos linguísticos visivelmente expressos. Exemplo:

(6) Devido à greve dos motoristas de ônibus, a estudante **deixou de** ir à Universidade.

Na ocorrência (6), embora não haja explicitamente o elemento de negação “não”, trata-se um valor negativo porque o sujeito (agente) não realiza a ação, configurando baixa transitividade. Por outro lado, se a ocorrência fosse “Mesmo com greve dos motoristas de ônibus, a estudante ‘não deixou de ir’ à Universidade”, a ocorrência possuiria valor positivo, pois o sujeito (agente) realizaria a ação. É essencial levar em consideração todos os aspectos da língua em situações de uso.

8. O traço modalidade da oração está dividido em: “realis” e “irrealis”. A modalidade “realis” intrínseca ao modo indicativo compreende as formas reais, assertivas. Em compensação, a “irrealis” corresponde às características do modo subjuntivo, por serem hipotéticas, menos possíveis de se realizar, condicionadas ou opinativas. Esse traço, de certa maneira, se associa ao traço aspecto do verbo que resulta na oposição de “realis” e “perfectivos” *versus* “irrealis” e “imperfectivos”, reverberando a noção de tempo e de realização dos eventos, de modo que as ocorrências que obtiverem maior transferência de ação entre os participantes são aquelas apresentadas no modo indicativo, tempos presente, pretérito e/ou nas formas do particípio, que contêm o aspecto perfectivo.

9. O traço afetamento do objeto é classificado por Hopper e Thompson (1980) como “afetado” e “não afetado”. O objetivo desse traço é averiguar se o objeto (paciente) foi ou não afetado pela ação do sujeito (agente). Nessa medida, a transitividade está condicionada a dois fatores: o primeiro julga quanto mais alto for o afetamento, maior será o grau de transitividade; e o segundo está relacionado ao tempo verbal, entendendo que ele contribui consideravelmente para atestar se a ação está conclusa, está em processo ou está em via de acontecer. Vejamos como isso se dá nos exemplos:

- (7) (a) Pedro **fechou** a porta
- (b) Pedro **vai fechar** a porta
- (c) Pedro **está fechando** a porta

Em (7a), o objeto “a porta” é afetado (+alto) por um verbo perfectivo no pretérito perfeito do indicativo, considerando que a ação foi concluída. Nas demais ocorrências, em (7b) e (7c), respectivamente, o objeto é afetado por verbos imperfectivos expressando que a ação ainda vai acontecer e/ou está em processo.

10. O traço individuação do objeto é constituído por seis pares de subtraços divididos em: a) individuados e mais transitivos (próprio, humano/animado, concreto, singular, contável e referencial/definido); b) Não individuados e menos transitivos: comum, inanimado, abstrato, plural, não contável, não definido. Isso se concretiza nos exemplos abaixo:

- (8) (a) Pedro fechou **o último negócio** da família. (- próprio, -animado, +concreto, +singular, +contável, +definido)
- (b) Pedro **quase** fechou **um negócio**. (- próprio, -animado, -concreto, -singular, -contável, -definido)

Podemos depreender dessas ocorrências que há quatro dos seis subtraços caracterizadores da individuação do objeto em (8a). Já na segunda ocorrência (8b), não podemos considerar nem mesmo “um” dos seis subtraços, pois o termo “quase” inviabiliza o processo de concretude e singularidade do objeto, ou seja, a ausência de negócio fechado, impede a existência e/ou as propriedades de um fato consumado. Conclui-se, então, que quanto mais individuado for o objeto, mais alta será sua transitividade.

A noção de transitividade construída por Hopper e Thompson (1980) destoa da visão “tradicional” de transitividade idealizada a partir da relação dicotômica de classificação dos verbos em transitivos e intransitivos, de acordo com a presença ou não de um completo (objeto). Para essa abordagem, a transitividade é vista como uma propriedade escalar, contínua e não categórica. Os dez parâmetros/traços constituintes da transitividade atribuem graus ao enunciado que, independentemente da ocorrência de um objeto, podem ser classificados como mais ou menos transitivos. Entretanto, muitas são as dificuldades que o linguista enfrenta ao analisar a língua a partir dessa proposta teórica. Assim, no livro intitulado “Transitividade traço a traço”, de Abraçado e Kenedy (2014), o qual discute a transitividade sob o prisma de cada traço, além de se evidenciarem algumas das lacunas⁵⁴ existentes no modelo de Hopper e Thompson (1980), fornece-se amparo teórico e metodológico para que essas inquietações sejam atenuadas.

Abraçado e Kenedy (2014) afirmam que, os parâmetros que caracterizam a sentença transitiva, estão relacionados ao evento causal prototípico, que é definido como um evento em que um sujeito agente animado intencionalmente causa uma mudança física e tangível no estado ou locação de um objeto. Ademais, o grau de transitividade da oração reflete o significado cognitivo da ação transferida do agente para o paciente. Entende-se, então, que a universalidade do complexo de transitividade está alocada ao fato de que os parâmetros que o compõem refletem elementos cognitivamente salientes, ligados ao modo como a experiência humana é apreendida. Assim, a transitividade está permeada por um universal linguístico por ser um universal cognitivo, que reflete o modo como o mundo é percebido.

Os parâmetros que integram a hipótese da transitividade são traços de uma situação prototípica, no mundo da referência, que o falante julga proeminente. Por refletirem elementos cognitivamente definidos, ligados à maneira pela qual a experiência humana é apreendida, os parâmetros da transitividade assinalam elementos que se destacam na situação de uso da língua

⁵⁴ Os estudos evidenciaram que cada traço, internamente, possui especificações e subcategorizações que uma atribuição binária nem sempre é suficiente para abarcá-las.

(o discurso). Pode-se dizer, então, que a transitividade faz parte de um processo cognitivo que orienta o discurso do falante em seu propósito comunicativo.

Na proposta original de Hopper e Thompson (1980), cada parâmetro da transitividade contribui para a ordenação de orações em uma escala/gradação, de acordo com o grau de transitividade que manifestam, de tal modo que toda a sentença é classificada como transitiva, e não apenas o verbo. Tomados em conjunto, esses parâmetros permitem que as orações sejam caracterizadas como mais ou menos transitivas: quanto mais traços de alta transitividade uma oração exibe, mais transitiva ela é. Ainda que pareça uma proposta bastante simples de ser aplicada, na prática, notamos que cada traço componente da transitividade apresenta especificidades e relações com outros traços difíceis de se resolverem binariamente. Isso nos leva a compreender que: (i) só teremos individuação do objeto e afetamento do mesmo se a oração apresentar dois participantes e (ii) a cinesia invoca um agente responsável pela ação de forma intencional.

Esse caminho percorrido até aqui, pelo enfoque da teoria funcionalista nos evidenciou que a transitividade verbal pode ser estudada individualmente, traço a traço, mas não de forma isolada/independente. Tendo em vista a singularidade de cada traço, ousamos afirmar que a transitividade não consiste apenas no verbo, mas em toda oração, ou melhor, na heterogeneidade do contexto verbal. Entretanto, nesse modelo teórico há algumas lacunas e mostra-se insuficiente para explicar o caso de “A queda da árvore fechou a estrada”. Apesar do sujeito “A queda árvore” ser (-animado, -humano, -volutivo), o verbo ‘fechar’ se configura como um verbo transitivo direto e “a estrada” como objeto afetado. Aqui, poderíamos considerar como um sujeito causativo, mesmo não tendo intenção em praticar a ação expressa pelo verbo, há transitividade.

Nesse caso, sustentamos a tese de que há transitividade, mesmo quando parece que não há, de um sujeito com argumento de esquerda (-animado, -humano) que tende a uma direção de forças contrárias. A transitividade aqui é sustentada por uma força enunciativa engendrada ao contexto e à situação enunciativa, envolvendo todo o enunciado em si. Não se trata apenas de classificações fixadas ao léxico (verbo) ou à oração de forma gradual e/ou escalar. Trata-se, portanto, em analisar todos os elementos constitutivos do enunciado (contexto, cotexto e situação enunciativa situações enunciativas projetadas no tempo e no espaço) por meio de uma atividade de linguagem acessível através das línguas naturais.

3.4 A transitividade para a TOPE

Para abordarmos a transitividade na ancoragem da TOPE remetemo-nos a Rezende (2000), que diferentemente das abordagens⁵⁵ apresentadas anteriormente, nos permite compreendê-la como causalidade, ou seja, “enquanto um circuito que perpassa um enunciado conectando as suas partes, dando-lhe unidade e atribuindo-lhe um valor” (REZENDE, 2000, p. 5). Entretanto, a autora pondera, ao chamar esse circuito de causalidade, que a transitividade deve ser compreendida de um modo mais abstrato do que ela costuma ser. Nessa perspectiva,

há sempre transitividade, mesmo quando não há transitividade (agora, no sentido mais usual desse termo). Esse conceito mais abstrato de transitividade, enquanto sinônimo de causalidade, vai nos permitir um posicionamento diferente das abordagens que classificam os verbos ou os processos em transitivos, intransitivos, bitransitivos (presentes na tradição gramatical) ou, mesmo, das propostas mais atuais em Linguística, que oferecem escalas ou gradações⁵⁶ refinadas da variação do fenômeno da transitividade (REZENDE, 2003, p. 23).

Como se observa a TOPE se diferencia das teorias mencionadas nessa Seção por entender que a transitividade não se prende ao valor intrínseco ao verbo, ou de acionalidade do verbo e tão pouco de forma gradual/escalar, assim como delineamos anteriormente. Como reitera Rezende (2003), há transitividade mesmo quando parece que não há. A transitividade é um circuito que perpassa o enunciado conectando suas partes, ela concebida no/pelo enunciado como um todo estruturado, pois se leva em consideração como o verbo convoca as unidades linguísticas as quais ele se associa ao enunciar-se.

Vejamos como se configura a ‘transitividade’ concebida como causalidade, no enunciado a seguir:

“Pedro fechou a cara”

“Pedro”, nesse caso é o beneficiário de sua própria ação, o experienciador, que pode até gerar mais prejuízos do que benefícios. “A cara” é o terceiro argumento e se remete a uma característica de Pedro, ou seja, <Pedro fechador Pedro > ou então <Pedro fecha a cara de Pedro>. “Fechar” marca o processo de fechamento de “cara” desencadeada por “Pedro”. O que nos garante que “fechar a cara” esteja associado com “fechou o semblante”, “emburrou-se”, “está bravo (enfurecido)” ou “triste”? *A priori*, não teríamos as respostas a esses

⁵⁵ Tradição Gramatical (TG); Semântica Formal e Lexical; Funcionalismo Norte-Americano de Hopper e Thompson (1980) e seguidores.

⁵⁶ Ver Subseção 3.3.

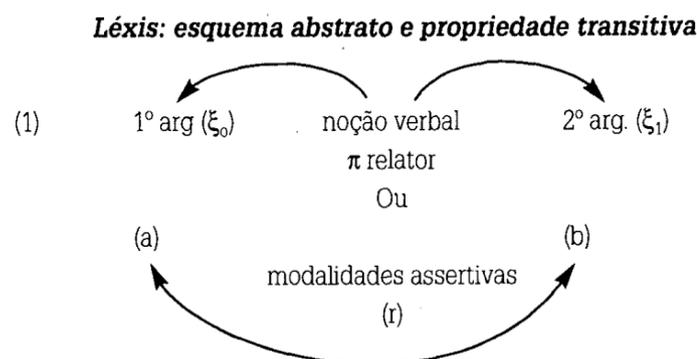
questionamentos. Podemos deduzir que pelas marcas aspecto-modais e as marcas de determinação atreladas às experiências de mundo do enunciador remetam “fechar a cara” ao processo de “fechar semblante”, “emburrar-se”, “ficar bravo” ou até mesmo “triste”. Essas marcas são como pistas deixadas em situações enunciativas que se deslocam no tempo e no espaço, resultantes das experiências de mundo do sujeito enunciador. Esse processo dinâmico e operatório de predicados inscritos na busca de argumentos que os complementam e envolve todo o enunciado em si, é dependente da asserção.

Esse olhar acerca da transitividade permite dizer que a asserção tem um papel essencial “enquanto operação e marca vivas do sujeito enunciador, sujeito que fala, que relaciona, por meio de uma analogia com o seu mundo experiencial, as duas partes fundamentais de um enunciado: a argumental ou designativa e a predicativa ou proposicional” (REZENDE, 2003, p. 22). Mais adiante, a pesquisadora esclarece que na língua portuguesa,

as formas verbais finitas ou pessoais trazem a marca, por excelência, da asserção, além de constituírem, enquanto noções semânticas que são, parte do predicado ou do segundo argumento primeiramente. Mas, a partir da propriedade transitiva da léxis, tais noções podem também fazer parte do primeiro argumento (REZENDE, 2003, p. 22).

O esquema (1) evidencia que a propriedade transitiva cria um circuito causal entre os termos da léxis.

Figura 2:



Fonte: Rezende (2003, p. 22)

Em referência ao esquema (1), a autora descreve que a propriedade transitiva se caracteriza:

a partir de uma relação entre a/r e r/b, devemos estabelecer uma relação entre a/b. Essa propriedade aplicada à léxis, contendo noções nos lugares formais, oferece um resultado ou projeta um eventual, possível ou provável resultado. Ele ou sua projeção podem ser reversíveis. Isso quer dizer que o resultado pode evidenciar ou um

predomínio ou uma projeção de predomínio de /a/ sobre r/b, ou um predomínio ou uma projeção de predomínio de /b/ sobre r/a (REZENDE, 2003, p. 22).

Ao denominar esse circuito de propriedades transitivas como causalidade, Rezende (2003) ressalta que a carência do conceito de linguagem é fruto do “reducionismo que tem sofrido esse conceito na maioria dos trabalhos em Linguística descritiva, fazem que as análises sejam feitas tomando-se por base unidades estáticas de língua e impedindo de transformar o conceito de transitividade no conceito de causalidade” (Idem, p. 23).

Segundo Rezende (2000), o fenômeno linguístico da transitividade, apreendido em relação à nominalização, foi se estabelecendo durante sua pesquisa de um modo bastante abstrato e abrangente. A linguista afirma que a transitividade

aparece como sendo equivalente a um encadeamento de forças (a interlocução) visando uma finalização da construção de uma representação; ou um encadeamento de forças que visa a estados resultantes; ou a um circuito causal que perpassa o enunciado conectando-o e dando-lhe organização e valor (REZENDE, 2000, p. 307).

De um lado, a representação estável e construída é proveniente de estados resultantes. No que diz respeito às nominalizações, há um valor nominal. Em outras palavras, “o valor nominal de uma nominalização traz uma transitividade acabada, ou um circuito causal que atingiu o seu fim (teleonomia)⁵⁷” (REZENDE, 2000, p. 307).

Por outro lado, quando uma nominalização apresenta um valor predicativo e uma representação instável (em construção), o circuito causal ou transitividade encontram empecilhos em sua trajetória, ou seja, não há incidência de estados resultantes. Para Rezende (2000, p. 307)

O aspecto e a modalidade são categorias que auxiliam na construção dos valores da nominalização. As marcas de aspecto e de modalidade ficam, no segundo caso, (valor predicativo) mais flagrantes, pois são espessas e dilatadas. Mas elas estão presentes também no caso de valor nominal, apenas nesse caso, a espessura se contrai transformando-se em um ponto.⁵⁸

Nesse engendramento, a transitividade se define como um “circuito que conecta os valores das operações para as quais as noções (gramaticais e lexicais) remetem” (REZENDE, 2000, p. 308).

Portanto, a transitividade pelos desígnios da TOPE é compreendida como um circuito que perpassa um enunciado conectando as duas partes. Esse circuito denominado de

⁵⁷ Quer dizer que houve um circuito causal que atingiu uma finalidade (houve transitividade) (REZENDE, 2000, p. 261).

⁵⁸ Delineamos esses conceitos na Seção I desta tese.

causalidade conecta os valores das operações resultantes das noções gramaticais e lexicais. Por esse viés, há sempre transitividade, mesmo quando parece que não há.

3.5 O problema da transitividade diante da extensão de sentido de verbos: o caso de “O tempo fechou”.

O problema da transitividade verbal tem sido foco de discussão entre as diferentes teorias linguísticas, principalmente porque o sistema tradicionalmente apresentado para classificação verbal em relação à transitividade, tais como verbos transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos, intransitivos e de ligação, em verdade, mostra-se insuficiente para dar conta dos fenômenos envolvendo as relações sintático-semânticas dos verbos.

Em meio a essa discussão, Rezende (2000) assevera que o problema da transitividade está relacionado à presença de dois atos discursivos dentro de um enunciado e reitera que em vez de dividirmos os verbos em transitivo, (direto ou indireto), intransitivo, bitransitivos, reflexivos, seria mais interessante concebermos dois grandes grupos, que resultam de dois grandes atos:

um intencional, agentivo, causal, marcado pela preposição POR, outro receptivo, consecutivo, marcado pelo PARA. Além desses dois valores mais conhecidos temos outros dois valores: a *projeção* da transitividade e o *bloqueio* dela por meio de obstáculos. Enquanto os dois primeiros valores são estáveis e marcam o processo construído ou finalizado da representação, os dois últimos são instáveis e marcam o processo de construção da representação (REZENDE, 2000, p. 203, grifos da autora).

Como postula Rezende (2000, p. 203), a “base nominal agentiva, causal e base predicativa processual tematizam complemento de objeto e advérbio; base nominal receptiva, consecutiva e base predicativa estativa, tematizam o agente ou o suporte da predicação”.

Tomemos o enunciado “O tempo fechou” para entendermos melhor esses conceitos. Temos, então: “O tempo fechou no sertão” (vai chover ou as pessoas irão brigar). Observa-se que nesse caso, o sujeito “O tempo” se configura como um argumento de esquerda (-animado, -humano, -volitivo), o que faz de ‘fechar’ um verbo intransitivo. Entretanto, há um complemento funcionando como advérbio de lugar “no sertão”. O mesmo não ocorre com o enunciado “O mato fechou o quintal” (alastrou-se, virou quiçaca, matagal). Por se tratar de um argumento de esquerda (-animado, -humano, -agentivo), o sujeito “O mato” não é agentivo e muito menos intencional, porém, o seu complemento se institui como objeto direto (afetado)

pelo sujeito não agentivo, configurando-se, então, como verbo transitivo direto. Depreende-se, então, que nesses casos em que há a ocorrência de um sujeito não intencional (-animado, -humano, -agentivo) como argumento de esquerda, o verbo em questão possui propriedades transitivas baixíssimas, ou então, é esvaziado delas. Assim, valores de ‘projeção’ e de ‘obstáculo’, constituídos como valores instáveis,

mostram como é a asserção que fecha o movimento de oscilação de forças contrárias (a transitividade) instaurado pela predicação. A ausência de asserção nos valores instáveis impede que localizemos o *tema* de um enunciado e, conseqüentemente, o seu valor. Os valores instáveis deixam flagrante o papel da asserção na construção dos valores dos enunciados, que é menos perceptível nos valores estáveis (REZENDE, 2000, p. 203, grifo da autora).

Contudo, “os valores instáveis (projeção e obstáculo) deixam explícitas a importância do sujeito na construção das representações ou a forma interna (processo) que condiciona a forma externa (produto)” (Idem, p. 203).

3.5.1 O problema da intencionalidade: todo agente tem intenção?

Como vimos na subseção 3.3, a intencionalidade do sujeito contribui para a alta transitividade, de um sujeito que executa a ação de forma proposital/intencional, ocorrendo assim a transferência de um agente para um paciente. Esse evento é denominado de volitividade⁵⁹, porém, não há consenso entre os estudiosos, por entenderem que há um sujeito agente, aquele que desencadeia a ação, tendo total consciência dela (a ação), resultante de uma volitividade, e um sujeito causativo, que provoca/causa um efeito ou ação, que nem sempre age por vontade própria, subjacente, decorrente de uma agentividade baixa. Dito isto, vejamos o exemplo a seguir:

(10) O vento fechou a porta.

Em (10), não se pode dizer que o acontecimento de “fechar a porta” foi intencional, pois se refere a um sujeito “O vento” (-animado, -humano, -agentivo). Esse é um típico caso de sujeito causativo, que se configura como uma ação não voluntária do sujeito, ou seja, “uma noção semântico-pragmática aplicada na avaliação da motivação do sujeito em executar a ação expressa pelo verbo de uma sentença” (COSTA, 2014, p. 115-116).

⁵⁹ Faz referência aos linguistas funcionalistas mencionados na subseção 3.3.

O problema da intencionalidade recai, então, num sujeito não volitivo, -humano e -animado, que não expressa vontade/intenção ao praticar a ação expressa pelo verbo. Isso nos permite dizer que nem todo agente tem intenção de praticar a ação expressa pelo verbo.

Pelos domínios da TOPE, esse enunciado, mesmo constituído de um sujeito com propriedades (-humano, -animado), ocupando o lugar de um argumento de esquerda, que circunstancialmente remeteria a ideia de que ele não teria intenção de praticar a ação expressa pelo verbo, se sustenta pelas forças enunciativas e no próprio enunciado, envolvendo o contexto e a situação enunciativa.

3.5.2 Há agente quando não há intenção? O caso de “A bola quebrou a vidraça”.

A agentividade do sujeito se dá quando os “[...] participantes que têm agentividade alta podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com baixa agentividade não podem” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 49). Dessa forma, a agentividade do sujeito possivelmente estaria ligada à intenção do sujeito, dando a entender que a ação é intencional, e que ela poderia contribuir mais efetivamente para a transferência dessa ação e o afetamento do paciente. Esse conceito está atrelado à teoria que denomina o fenômeno da transitividade de forma escalar, gradual. No entanto, a TOPE refuta essa ideia, por entender que o enunciado é analisado como um todo, não se limitando em examinar apenas o léxico ou a oração. Não se trata, portanto, de analisar termos ‘isolados’, de etiquetá-los, classificando-os apenas no nível gramatical. O que está em jogo é como analisar um enunciado, levando-se em conta: os valores (semântico-enunciativos) das operações que se remetem às noções (gramaticais e lexicais). Há ocorrências em que o sujeito (-agentivo), não intencional desempenha uma ação não deliberada em relação ao verbo. Esse é o caso de “A bola quebrou a vidraça”, em que o sujeito “A bola” remete a alguma coisa que alguém controla e se configura como um “brinquedo” de natureza (-animado, -humano, -intencional), mas que causou um efeito de ação expressa pelo verbo, e culminou em um objeto (paciente) afetado. Poderíamos caracterizar essa ocorrência como um sujeito (-agentivo) que não teve a intenção em praticar a ação. Ocorre que, mesmo sendo um argumento de esquerda com propriedades (-animado, -humano, -intencional), há uma atividade de linguagem que faz o enunciado operar e gerar sentido, garantindo, assim, a “agentividade”.

Nessa direção, tomemos outro exemplo para esmiuçar um pouco mais essa questão: “O supermercado fechou às 20h”. Observa-se que o sujeito “O supermercado”, apesar de se

caracterizar como um sujeito não intencional (-animado, -humano, -volitivo), esse sujeito transcende a propriedade não-animado porque representa uma instituição gerida por pessoas, que são animadas, ou seja, refere-se a alguma coisa que alguém controla. Portanto, há por trás desse enunciado forças enunciativas que subsidiam a “agentividade” de supermercado. Para TOPE tanto um sujeito animado quanto um sujeito inanimado podem ocupar o lugar do argumento de esquerda e fazer o enunciado operar e gerar sentido. Isso só é possível porque estamos lidando com uma linguística enunciativa na qual a transitividade é de ordem enunciativa e envolve o enunciado como um todo, e não somente o léxico (o verbo). A transitividade, portanto, não está atrelada tão somente aos termos isolados de um enunciado, mas aos termos que o verbo convoca no tempo e no espaço definidos da enunciação.

O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO VERBO FECHAR

Os estudos dos valores prototípicos relacionados ao verbo ‘fechar’, que se encontram ‘estabilizados’⁶⁰ na superfície da língua portuguesa do Brasil (PB), que foram até então ilustrados ao longo da tese, têm sido insuficientes para explicar a variação e o funcionamento semântico-enunciativo desse verbo. Por essa razão, propomos analisar, nessa Seção, o comportamento semântico-enunciativo de ‘fechar’, a partir da descrição de princípios e regras de variação semântica na qual o verbo se enuncia, no amparo de um sistema de representação metalinguística.

Iniciamos esse percurso abordando os princípios teórico-metodológicos da TOPE que darão sustentação para as nossas análises.

4.1 Princípios teórico-metodológicos de análise do verbo ‘fechar’

Ainda que haja um sistema dinâmico e em constante variação⁶¹, que se origina de construções enunciativas resultantes da interação comunicativa e da diversidade de usos, o estudo dos valores que se associam ao verbo fechar, ainda que seja na superficialidade da língua, pode apresentar princípios de variação e de invariância, que explicam, de certo modo, as ocorrências e os sentidos identificados a partir da estabilização local e provisória dos mesmos. Essa configuração se dá de acordo com a interação dos elementos cotextuais e contextuais, num jogo contínuo de profusa interação entre os elementos formais que constituem os enunciados, uma vez que os sentidos determinados pela intrínseca relação entre os elementos intra e extralinguísticos produzem contextos possíveis de efetivação e estabilizam provisoriamente os seus sentidos.

Adotar a TOPE como princípio teórico-metodológico de análise nos permite compreender o enunciado como um todo estruturado, resultado de um efetivo processo de construção e reconstrução de sequências textuais, proporcionados pela presença de rastros constitutivos que desvelam os possíveis caminhos trilhados pelo enunciador no momento da enunciação (produção). Portanto, para a TOPE, não há distinção entre os elementos intra e

⁶⁰ Sob os preceitos da Gramática Tradicional e dos dicionários.

⁶¹ Para TOPE, a variação se associa à diversidade de valores semânticos filiados a uma mesma unidade discursiva.

extralinguísticos, ainda que isso seja corriqueiro no meio acadêmico, principalmente, quando as discussões envolvem a significação⁶².

Nessa perspectiva, a construção dos sentidos perpassa pelas interações comunicativas constituídas por meio de uma atividade dinâmica que envolve os sujeitos, no tempo e no espaço em que um enunciado foi proferido, tendo em vista que os sentidos são (re)construídos no âmbito dessas interações, não havendo possibilidade de discernir o que há de invariante, de recorrente, sem considerar a sua diversidade de manifestações (variação). Em vista disso, a (re)construção dos sentidos está associada à atividade de linguagem que funciona como pistas contextuais, possibilitando acessar os rastros dessas operações, resultantes da consecução dos três níveis, a representação, a referenciação e a regulação.

A escolha dessa teoria se justifica porque entendemos que não há sentido estanque numa unidade linguística, na medida em que a análise de seus usos revela a existência de diversos valores referenciais, quando estabilizados, apresentam um ponto de interseção, *i.e.*, que se configura num traço de invariância no qual é possível construir sua identidade, concebida por meio de uma forma esquemática.

A priori, pré-selecionamos 36 ocorrências em que o verbo ‘fechar’ se enunciava, e a partir de tecnologias digitais, tais como descritores no *Google*, fizemos um processo de filtragem utilizando, por exemplo: “fechara”, “fechar em”, “fechar o”, “fechar um”, “fechar com”, etc. Até culminar em 10 enunciados.

Partindo dessa hipótese, o *corpus* para nossas análises é constituído de 10 enunciados que dizem respeito às construções em que o verbo fechar se associa. Esses enunciados foram extraídos do buscador Google e de ocorrências do dia a dia que foram sendo sugeridas ao longo dessa pesquisa.

As ocorrências (enunciados) foram selecionadas entre junho de 2021 e janeiro de 2023, com foco na diversidade das construções, buscando dar ênfase a toda variação possível, a partir da estabilização local do verbo ‘fechar’.

Considerando essa problemática, demonstraremos através das análises do verbo ‘fechar’, a regularidade contida no processo de variação de sentidos e identificaremos o elemento que estabiliza suas possibilidades de emprego. A partir desse elemento estabilizador, chegaremos à hipótese da forma esquemática desse verbo, que:

⁶² Como retrata Orlandi (2012) em seu artigo intitulado “Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia”. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

figura na base de um modelo de identidade lexical no qual o semantismo da unidade linguística é caracterizado por uma forma dinâmica invariante elaborada a partir das manipulações nas quais se verificam, de um lado, as contextualizações desencadeadas pela unidade e o modo como a unidade trabalha os termos nelas presentes; de outro, em um movimento recíproco, o modo como essas contextualizações e os referidos termos trabalham a própria unidade (ROMERO; TRAUZZOLA, 2014, p. 241).

O semantismo da unidade linguística se dá em virtude de uma forma dinâmica invariante, dotada de regularidade, de natureza abstrata que representa as relações estabelecidas entre a unidade e seus diferentes contextos. Nesse sentido, o funcionamento enunciativo da unidade emerge desse conceito, se configurando em algo próximo a um *script* que afeta “os elementos convocados para o seu pôr em uso, ao mesmo tempo em que, se ajustando às propriedades de cada elemento convocado, reconstrói de maneira variável sua encenação” (ROMERO; TRAUZZOLA, 2014, p. 241).

Ao reproduzir o movimento enunciativo (funcionamento enunciativo da unidade) do verbo ‘fechar’, a matéria significativa de sua forma esquemática em si transborda a construção de sentidos estabilizados, como: tapar, vedar, encerrar, impedir, etc. Este funcionamento enunciativo proporciona ao verbo, simultaneamente, o potencial de significar e de estabelecer certos contextos enunciativos. Isso faz com que determinados empregos sejam menos aceitáveis do que outros, sem que haja restrição de seu uso.

Com base nesses aspectos analíticos, a teoria enunciativa nos convida a observar os sentidos locais dos enunciados a fim de identificar as interações cotextuais e contextuais. Um dos meios de análise utilizados para o entendimento do funcionamento dos verbos é o trabalho de elaboração de glosagem⁶³. O que se propõe com essa metodologia de reformulação é esmiuçar o papel do verbo a partir do modo como

ele opera sobre os termos que convoca para se enunciar, tem-se, antes de tudo, uma atividade reflexiva acerca dos fatos da língua, uma atividade que busca recuperar e formalizar metalinguisticamente o raciocínio que sustenta a produção enunciativa e que é da ordem de processos cognitivos específicos à atividade de linguagem (ROMERO; TRAUZZOLA, 2014, p. 242).

Essa metodologia se configura como um método confiável e produtivo na medida em que contribui para o registro e análise de diferentes tipos de enunciados, sendo possível, a partir da abstração, catalogar ocorrências bastante variáveis e assim obter um número enorme, mas não fechado em si mesmo, de valores que não poderiam ser identificados de outro modo, a não ser nas práticas comunicativas.

⁶³ Ver o conceito de glosagem na Subseção 1.6.1.

Para colocar em prática essa metodologia, em que se busca uma atividade reflexiva acerca dos fatos da língua em português brasileiro, empregaremos nas análises desta tese enunciados corriqueiros baseados nos usos dessa língua a fim de apresentarmos o funcionamento semântico-enunciativo do verbo ‘fechar’ e sua variação em situações de usos.

Após a conclusão das análises das ocorrências que foram selecionadas para esse estudo, concebidas através de seu traço de individualidade em relações aos demais enunciados, faremos a caracterização dos seus princípios de variação visando construir uma forma esquemática com o objetivo de discernir o que há de invariante nas diversas construções que envolvem o verbo ‘fechar’, investigando um ponto de interseção que as uniam.

4.2 Análises

A variação do verbo ‘fechar’ está relacionada ao modo como esse verbo age sobre os contextos verbais que ele mesmo convoca ao se enunciar, do mesmo modo que se vê delimitado por esses contextos, o que nos permite examinar o que há de regular e/ou invariante em seu funcionamento enunciativo. Em primeira instância, escolhemos lidar com enunciados que apresentem a seguinte construção:

‘Fechar’ () ‘negócio’, de modo que () representa o espaço possível para uma marca de determinação.

1. O nível da léxis:

Pensando a partir da tripla clássica de Culioli (x R y), teríamos:

Sito: <alguém FECHAR negócio>.

2. Nível das relações predicativas:

Na primeira etapa de organização, chamamos a atenção para o uso da determinação.

Assim teríamos:

Sit_{1a}: Pedro fechou negócio

Sit_{1b}: Pedro fechou o negócio

Sit_{1c}: Pedro fechou um negócio

Nesse nível das relações predicativas (Sit₁), já se percebe que ‘Pedro’ (X) é o argumento mais estável e, portanto, capaz de orientar/localizar ‘negócio’ (Y) e que a presença ou ausência de marca de determinação é fulcral na estabilização provisória de sentidos para o verbo ‘fechar’.

3. Nível das relações enunciativas:

(1) Pedro **fechou negócio** com a concessionária. Está de carro zero km!

O verbo ‘fechar’ marca entrada no domínio de validação de “Pedro negociando com alguém”. Nesse caso, ‘Pedro’ se define como alguém que negocia com a concessionária. ‘Negócio’ remete à propriedade de ‘Pedro’ de negociar alguma coisa com alguém, que resulta como um processo de transação comercial de “Pedro negociando com a concessionária”.

Nesse sentido, o enunciado constrói uma representação na qual os traços (+adultas, +animadas) de ‘Pedro’ o coloca como argumento mais estável em relação a ‘negócio’. O que faz de ‘Pedro’ um fechador de ‘negócio’ concluído com a concessionária. O que está em jogo é como ‘fechar negócio’ resulta num processo de ‘compra’? As marcas aspecto-modais ‘com concessionária’ e ‘carro zero km’ nos direcionam a notar que a referida ‘compra’ não foi uma compra qualquer. Estamos diante de uma ‘compra’ de um carro ‘novo’ (zero km). Isso faz com que ‘Pedro’ não seja mais um ‘fechador de negócio’ (propriedades relegadas) e passe a ser um ‘comprador’ (propriedades atuais). A noção de ‘compra’ só é despertada a partir do objeto comprado (carro zero km).

A ação deflagrada por ‘Pedro’ em ‘fechou negócio’ é realçada pela aspectualidade de tempo em que ocorre essa ação (pretérito perfeito). Isso orienta para uma culminação de telecidade⁶⁴, ou seja, de ação concluída com um propósito de ‘compra’ (comprar).

As propriedades de ‘Pedro’ como ‘comprador’ vão se ajustando na medida em que a ‘compra’ ocorre num espaço/local (com a concessionária) especificamente voltado para as vendas de carros novos. ‘Pedro’ poderia ter comprado uma ‘moto’, mas sua preferência foi um ‘carro’ e, não foi um carro velho, usado ou seminovo, foi um ‘carro’ nomeadamente ‘novo’ (traços aludidos a zero km). ‘Pedro’ poderia ter comprado seu carro novo num feirão, fora do espaço/local atribuído como ‘concessionária’. Os valores atribuídos ao verbo ‘fechar’ vão se

⁶⁴ Ver Subseção 3.3.

construindo, se ajustando ao longo do enunciado, envolvido pelo contexto até estabilizar com sentido de ‘comprar’.

A concretização da compra perpassa pelo *status* de pertencimento do objeto (carro zero km) que se instaura somente na segunda parte do enunciado (Está de carro zero km). Essa noção de compra realizada só é possível perante os elementos significativos que compõem o enunciado como um todo. Caso contrário, por meio da glosagem, podemos dificultar esse entendimento. Como se observa no exemplo: “Pedro **fechou negócio** com a concessionária hoje pela manhã. Só falta assinar o contrato”.

A reformulação do enunciado através da glosagem nos permite deduzir que há obstáculos e não podemos afirmar que houve a concretização do ‘negócio’ no enunciado reformulado, uma vez que ‘fechar’ marca a saída do domínio de validação de “Pedro negociando com alguém”, no qual ‘Pedro’ se define como alguém que até certo ponto esteve negociando alguma coisa com alguém. ‘Negócio’ remete à propriedade de ‘Pedro’ negociando com a concessionária, mas não há culminância de ‘negócio fechado’. Os traços de ‘negócio não concluído’ são emergidos no decorrer do enunciado ‘só falta assinar o contrato’. A marca aspecto-modal ‘só falta’ nos direciona à noção de ‘não fechamento’ de negócio, ou seja, de que não houve a conclusão ou se concretizou. A inexistência de assinatura do contrato é o que bloqueia de fato o ‘fechamento’ de negócio. A assinatura é o fator preponderante para que o negócio esteja concluído.

A ação desencadeada por ‘Pedro’ em relação ao objeto (negócio) afetado, no enunciado reformulado em ‘fechou negócio com a concessionária hoje pela manhã’ não faz de ‘Pedro’ um exímio ‘comprador’. Os traços de ‘Pedro’ estão mais evidentes para ‘fechador’ de negócio do que para ‘comprador’. De modo que ‘Pedro’ (X) localiza ‘negócio’ (Y), mas não orienta para um *telos*⁶⁵ de ‘compra’, isso se evidencia pela marca aspecto-modal ‘só falta’ a assinatura do contrato.

Nota-se então que no enunciado (1), sendo ‘Pedro’ (X) o argumento mais estável que localiza ‘negócio’ (Y) acontecido no tempo (fechou – pretérito perfeito) e no espaço (com a concessionária) definidos, expande-se para objeto (está de carro zero km) pertencido por ‘Pedro’, indicando que essa posse (de Pedro) é fruto de uma ‘compra’. Daí decorre o valor atribuído a ‘fechar’ com sentido de ‘comprar’.

(2) Pedro **fechou o negócio** da família, a pandemia não perdoou.

⁶⁵ O sentido de *telos* se dá em referência ao (fim), culminação da ação. Assim como delineamos na subseção 3.3.

No enunciado (2), ‘fechar’ marca saída do domínio de validação de “a família negociando com alguém”, ou seja, ‘a família’ se define como alguém que não mais negocia alguma coisa com alguém. ‘Negócio’ remete à propriedade da família ao negociar alguma coisa com alguém. Ao passo que ‘o’ reporta-se a outros eventos que se poderia validar “a família negociando alguma coisa com alguém”.

A representação construída por esse enunciado, a exemplo do enunciado (1), tem em ‘Pedro’ os traços (+adultos, +humanos), fazendo dele o argumento mais estável em relação a ‘negócio’. As marcas aspecto-modais ‘da família’, ‘a pandemia’ e ‘não’ funcionam no enunciado como pano de fundo (que operam e geram sentidos) e dão sustentação para que o enunciado estabilize em algum momento. Mesmo antes de localizar ‘negócio’, há um aspecto determinador que o particulariza (determinante *o*). ‘Pedro’ é fechador de + o negócio, que por sua vez, pertence à família de ‘Pedro’. A contração de+a= ‘da’ recupera a noção de pertencimento, ou seja, esse ‘negócio’ particularizado (em específico) ‘é’ da família de ‘Pedro’, fazendo emergir uma predicação implícita no primeiro momento.

Um fator externo ao enunciado, a crise provocada pela pandemia da Covid-19, refletiu-se na grande maioria dos lares pelo mundo a fora, principalmente, arraigado ao poder aquisitivo e econômico das famílias. E com a família de ‘Pedro’ não foi diferente. Esse fator externo (a crise) gerou consequências graves à família de ‘Pedro’, fazendo com ‘ele’ tomasse uma danosa decisão de ‘fechar o negócio da família’.

A ação deflagrada (fechar) por ‘Pedro’ em relação a ‘negócio’ é ajustada no decorrer do enunciado, construindo a ideia de que ‘fechar o negócio’ resulta em ‘falir’. Uma vez que a elemento particularizador (determinante *o*) nos direciona ao sentido: era o ‘único’ negócio que pertencia à família de ‘Pedro’, desencadeando a falência de sua família. Essa representação fica ainda mais clara ao reformularmos o enunciado (2) com a seguinte glosagem: “Pedro **fechou um negócio** da família, a pandemia não perdoou”.

A representação reconstruída por meio da glosagem tem ‘Pedro’ como fechador de ‘um’ negócio da família. ‘Um’ opera no enunciado como um processo de quantificação, não particularizando e/ou especificando que tipo de negócio. Essa operação preconiza que durante o período de crise causado pela pandemia da Covid-19, dentre ‘os’ negócios pertencentes à família de ‘Pedro’, ‘um’ negócio não resistiu à crise financeira. A ação desencadeada aqui não é de falência, mas de um período momentâneo em que ‘Pedro’ e sua família passaram por uma crise financeira e tiveram que abrir mão de ‘um’ dos demais negócios.

Constata-se através das análises do enunciado (2) que o elemento particularizador ‘o’ determina os valores atribuídos a fechar retoma a ideia de ‘falir’. A falência de ‘Pedro’ (e de sua família) é causada por um fator externo ao sujeito, proporcionada pela ‘crise’ que se instaurou durante a pandemia. O mesmo não se pode dizer ao enunciado glosado, que apesar da ‘crise’ (fator externo ao sujeito), apenas ‘um’ dos negócios pertencentes à família de ‘Pedro’ fechou, presumindo que não decretaram falência.

(3) Pedro **fechou um negócio** bom nessa semana. Vai lhe render dinheiro.

O verbo ‘fechar’ marca a entrada no domínio de validação de “Pedro negociando alguma coisa boa” que ocorreu ‘nessa semana’ (tempo definido). ‘Pedro’ se define como alguém que negocia alguma coisa boa nessa semana, mas não especifica com quem ou onde ‘Pedro’ esteve negociando. ‘Negócio’ remete à propriedade de ‘Pedro’ negociando alguma coisa ‘boa’. O artigo indefinido ‘um’ remete aos possíveis eventos negociados por ‘Pedro’, isto é, dentre os negócios dessa semana, ‘um’ foi qualificado como ‘bom’.

No enunciado (3), assim como ocorreram nos enunciados (1) e (2), ‘Pedro’ é o argumento mais estável que orienta ‘negócio’ que, por sua vez, é antecedido por um elemento de quantificação (artigo indefinido ‘um’). A ação desencadeada por ‘Pedro’ em relação a ‘negócio’ reverbera a ideia de transação financeira, ao passo que não está se especificando com que tipo de negócio ‘Pedro’ trabalha, apenas há traços o qualificando de ser ‘bom’ e que ocorreu no tempo definido (nessa semana), mas não há indícios de traços relativos ao espaço. As marcas aspecto-modais ‘bom’ e ‘nessa semana’ orientam positivamente o negócio fechado por ‘Pedro’, e essas propriedades positivas em relação a negócio são ratificadas na segunda parte do enunciado no qual ‘renderá dinheiro’. A única garantia que temos é, dentre os negócios fechados por ‘Pedro’, nessa semana, que esse além de ‘bom’, ainda lhe rendeu dinheiro.

Isso implica dizer que ‘Pedro’ é um exímio ‘fechador de negócio’, ao menos ‘nessa semana’. E pelo fato de ser ‘um negócio bom’, fez com que ‘Pedro’ por meio dessa ação de ‘concluir’ lhe garantisse dinheiro, resultando na culminância de transação financeira.

A representação do enunciado (3) não deixa explícito com que tipo de negócio ‘Pedro’ trabalha. Essa propriedade pode ser revelada com a seguinte glosagem: “Pedro **fechou um negócio** bom com as ações da bolsa de valores nessa semana. Vai lhe render dinheiro”. Nessa representação reformulada, a ação de ‘Pedro’ ocorre no tempo (nessa semana) e no espaço (na bolsa de valores) definidos. Essas marcas aspecto-modais nos dão a garantia de que ‘Pedro’ é

um corretor de ações da bolsa de valores e não deixa claro se ‘Pedro’ é acionista. Ou seja, está mais próximo de ser um corretor do que de um acionista. A ocorrência ‘nessa semana’ nos direciona para uma volatilidade que esse tipo de negócio emprega, associando-a aos riscos financeiros, pois não são todos os dias de negócios ‘bons’. Só foi possível construir essa representação, uma vez que os valores referenciais (as ações da bolsa de valores) intrínsecos ao enunciado são emergidos, envolvendo o contexto enunciativo, operando e gerando sentidos.

Os valores referenciais⁶⁶ (associados ao verbo fechar) são construídos por meio do engendramento da unidade linguística, que nos permite entender que a significação não está atrelada a um referente extralinguístico. A significação é construída no/pelo enunciado através das operações enunciativas (modalização, diátese, aspecto, determinação)⁶⁷. Esses fatores são preponderantes e auxiliam nos ajustamentos dos valores atribuídos ao verbo ‘fechar’, principalmente, no que tange às marcas de modalização e de aspecto. Essas marcas imbricadas nos enunciados contribuem na explicação de como ocorre toda variação possível.

Levando em consideração essas marcas, os enunciados analisados até aqui foram frutos de ocorrências compostas por uma base predicativa de ‘fechar negócio’. No início das análises chamamos a atenção para o uso ou não da determinação em três enunciados distintos em que ‘Pedro’ sempre foi o argumento mais estável que localiza ‘negócio’. A nossa proposta era vislumbrar se a marca de presença ou ausência da determinação implicaria no sentido do verbo ‘fechar’ nesses enunciados.

Nessa direção, a representação construída no enunciado (1) na qual os sentidos de ‘fechar negócio’ se fundem aos sentidos de realizar uma compra de um automóvel zero km (novo), portanto, com sentido do verbo ‘comprar’. Em seguida, as análises referentes ao enunciado (2) evidenciaram que ‘fechar o negócio’ resulta em encerrar as atividades de trabalho para sempre, fechar as portas, ou seja, ‘falar’. Por fim, as análises constituídas a partir de ‘fechar um negócio’, no enunciado (3), recuperou a ideia de conclusão de uma transação financeira, marcada pela volatilidade (propriedades de quem é volátil).

(4) O gerente **fechou** o expediente mais cedo hoje. (fechar provisoriamente)

(5) A polícia **fechou** o jornal. (fechar em definitivo)

⁶⁶ Em relação aos valores referenciais, ver Culioli (1990, p. 180), assim como estão delineados na Seção 1.

⁶⁷ A articulação entre esses mecanismos dá sustentação ao sentido numa construção enunciativa, como se observa em Culioli (1999a).

No enunciado (4), ‘fechar’ marca a entrada no domínio de validação de “O gerente encerrando alguma coisa provisoriamente”. ‘O gerente’ se define como alguém que encerra alguma coisa (mais cedo) num determinado dia (hoje). ‘O expediente’ remete à propriedade do ‘gerente’ encerrar alguma coisa num determinado tempo não comum a todos os dias. Nota-se, então, que ‘O gerente’ é o argumento mais estável, portanto, é capaz de orientar/localizar ‘o expediente’. As marcas aspecto-modais ‘mais cedo’ e ‘hoje’ nos dão a garantia que nem sempre ‘o expediente’ fecha ou encerra ‘mais cedo’, especificando que é somente ‘hoje’. A ação desencadeada pelo ‘O gerente’, o garante como ‘fechador de expediente’, que por ventura ocorreu excepcionalmente ‘hoje’, num horário incomum em relação aos outros dias da semana. Desse modo, a ação desencadeada pelo ‘gerente’ resulta em fechar o estabelecimento provisoriamente.

Distintamente do enunciado (4), no enunciado (5), ‘fechar’ marca a entrada no domínio de validação de “A polícia interditando alguma coisa”. ‘A polícia’ se define como alguém que possui o poder para interditar alguma coisa. ‘O jornal’ remete à propriedade da ‘polícia’ interditando alguma coisa.

Percebe-se nesse par de enunciados, que os argumentos de esquerda (‘O gerente’ – enunciado (4); ‘A polícia’ – enunciado (5)) são preponderantes para a construção dos valores atribuídos ao verbo ‘fechar’. Uma vez que ‘A polícia’, no enunciado (5), é o argumento mais estável e tende a localizar ‘o jornal’. ‘A polícia’ é uma entidade dotada de ‘poder’ e autorizada para fazer cumprir a lei se houver alguma irregularidade. Nesse caso, ‘o jornal’ recebe a ação deflagrada pela ‘polícia’. Essa ação desencadeia uma representação na qual ‘fechou’ resulta em ‘fechar o estabelecimento em definitivo’.

O que faz operar e gerar sentido de fechamento em definitivo, nesse enunciado, é justamente o poder de polícia. Caso houvesse: ‘o gerente **fechou** o jornal’, não teria propriedades (poder) suficientes para deflagrar tal ação de forma definitiva, mas sim provisoriamente. Assim como, ‘o menino **fechou** o jornal’, ou então, ‘o repórter/editor **fechou** o jornal’, não teriam poder de fechar em definitivo este estabelecimento jornalístico. As unidades linguísticas convocadas por ‘fechar’ nesses enunciados, geram e operam sentidos que não culminam para esta finalidade.

(6) O tempo **fechou** no sertão.

O verbo ‘fechar’, no enunciado (6), marca a entrada no domínio de validação de “em algum lugar choveu”. ‘O tempo’ se define como algo ou alguma coisa que se altera. Suas propriedades modificadas em razão de um fenômeno natural. ‘No sertão’ remete ao espaço em que algo ou alguma coisa aconteceu.

Diferentemente dos três primeiros enunciados, em que tinham ‘Pedro’ como o argumento mais estável em relação a negócio, nesse enunciado (6), há uma representação na qual ‘O tempo’ é o argumento de esquerda com propriedades detrimenais (-animado, -humano), que por sua vez não é capaz de orientar/localizar ‘no sertão’, o que poderia gerar dubiedade de sentido em relação aos valores atribuídos ao verbo ‘fechar’. Assim, em ‘O tempo **fechou**’ poderia nos direcionar a uma ação resultante de um fenômeno da natureza (vai chover), ou então, uma ação decorrente de haver briga, confusão naquele local. A marca aspecto-modal ‘no sertão’, que funciona no enunciado como um adjunto adverbial de lugar, é o argumento mais ‘estável’ e tende a orientar ‘O tempo’. ‘Fechou’ marca a temporalidade de uma ação ocorrida no passado e desencadeada por um sujeito com propriedades agentivas de quem não tem o controle da ação. Esse é o caso de uma oração prototípica com transitividade sintática, que tem como obstáculo a capacidade agentiva de ‘O tempo’.

Dessa forma, o processo de desambiguação do enunciado (4), perpassa pela reformulação com a seguinte glosagem: De repente, gritos, correria, balbúrdia, e o tempo **fechou** na maior pancadaria⁶⁸. Repare que nessa representação, há marcas aspecto-modais ‘de repente’, ‘gritos’, ‘correria’, ‘balbúrdia’ e ‘na maior pancadaria’ funcionando no enunciado como um todo. Essas marcas são evidências gradativas de que se trata de uma ‘briga’. Em outra glosagem, temos: O tempo **fechou** no sertão. Há anos não chovia. Observe que nessa reformulação ‘no sertão’ está associado a um lugar preponderantemente ‘seco’, pois as marcas aspecto-modais ‘há anos’ e ‘não’ fazem referência ao lapso de ‘chuva’ ‘no sertão’. O verbo ‘chovia’ (no pretérito perfeito) desencadeia uma ação que culmina em ‘chover’, ou seja, há anos não chovia no sertão, mas agora choveu depois de alguns anos de estiagem. Nessas glosagens temos evidências claras e substanciais que na primeira reformulação de ‘O tempo fechou’, o valor atribuído ao verbo é de ‘briga’, e na segunda reformulação culmina em ‘choveu’.

Noutra abordagem, se trocarmos o argumento de esquerda ‘O tempo’ por ‘O céu’, a bifurcação de sentidos de outrora com ‘O tempo **fechou**’ (valores atribuídos ‘haver briga’ e ‘denso, escuro’) seria desconstituída, como se observa em ‘O céu **fechou**’. Essa representação orienta a uma culminação de ‘tornar-se escuro’ ‘nublado’ e não seria possível atribuir valor de

⁶⁸ Enunciado extraído do Dicionário de Usos do Português do Brasil (BORBA, 2002, p. 698).

‘haver briga, confusão’. As propriedades de ‘céu fechado’ não podem ser atribuídas com os mesmos valores de ‘tempo fechado’ diante do contexto da aplicabilidade da língua portuguesa do Brasil. Isso nos permite dizer que a variação do verbo ‘fechar’, nesse caso, está condicionada ao elemento (argumento de esquerda) que o acompanha e as marcas aspecto-modais dão a liga semântica ao enunciado como um todo, pois não se pode (re)construir sentido analisando apenas partes do enunciado, como se fossem palavras isoladas do contexto enunciativo.

(7) O prefeito **fechou** os olhos aos problemas sociais da população.

O enunciado (7) exhibe uma representação na qual ‘O prefeito’, o argumento de esquerda, é mais estável e tende a orientar/localizar ‘os olhos’. ‘Fechar’ marca a entrada no domínio de validação de “O prefeito negligenciando alguma coisa a alguém”. ‘O prefeito’ se define como alguém que age com negligência perante os problemas sociais da população. Este é um exemplo de oração prototípica de transitividade sintática e semântica. ‘O prefeito’, enquanto agente, imprime uma ação sobre ‘os olhos’ para obter um determinado efeito, que não é literalmente um ato puramente instintivo inerente aos seres humanos, isto é, de unir as pálpebras dos olhos. O que está em jogo nesse enunciado é a ação deflagrada pelo ‘O prefeito’ de fechar os olhos, agindo com indiferença, não fazendo jus ao cargo do qual é o chefe do poder executivo municipal. As marcas aspecto-modais ‘aos problemas sociais’ e ‘da população’ sinalizam quais áreas e a quem ‘O prefeito’ deixou de ter zelo, cuidado, sendo estas ignoradas por ele. Considerando o contexto enunciativo e como essas marcas contribuem para o ajustamento do valor atribuído a ‘fechar os olhos’, temos a seguinte construção: ‘O prefeito’ (X) localiza ‘os olhos’ (Y) desencadeando uma ação “metafórica” de ‘não’ assistencialismo aos mais necessitados. Essa representação é resultante da falta de compromisso, da inércia do poder executivo.

De outro modo, se reformularmos o enunciado (7) para: O prefeito **fechou** os olhos aos desvios de verba pública, praticados pelo seu secretário de finanças. Nessa reformulação, os traços (+adulto, +agente) de ‘O prefeito’ o mantém como o argumento mais estável, sendo capaz de orientar ‘os olhos’. As marcas aspecto-modais ‘desvios’, ‘de verba pública’ caracterizam-se em corrupção cometida por um membro ligado diretamente ao ‘prefeito’. A ação deflagrada pelo ‘prefeito’ em ‘fechar os olhos’ o torna complacente e cúmplice dos atos imputados ao secretário de finanças que compõe seu governo. Diferentemente do enunciado (7), no qual a ação culminava em ‘agir com indiferença’, o enunciado glosado constrói uma

representação de complacência em que ‘O prefeito’ foi cúmplice da corrupção praticada por um integrante de seu governo.

Em outra glosagem: O prefeito **fechou** os olhos eternamente. Assim como o enunciado (7), ‘O prefeito’ é o argumento mais estável e localiza ‘os olhos’. A marca aspecto-modal ‘eternamente’, que funciona no enunciado como adjunto adverbial de modo, nos remete a um valor atribuído à ação de ‘fechar os olhos’ que desencadeia uma representação eufemística de ‘morrer’ e/ou ‘falecer’, ou seja, ‘O prefeito morreu’. Diferentemente dessa representação, em outro enunciado glosado, temos: O prefeito **fechou** os olhos e cochilou por alguns minutos durante a cerimônia de sua posse. O que podemos depreender desse enunciado? Que as marcas aspecto-modais associadas à forma transitiva ‘fechou os olhos’ constroem uma representação que resulta em ‘cochilar’ e/ou ‘dormir’.

As representações de sentidos construídas a partir da base transitiva de ‘fechou os olhos’, nos revelaram que o valor atribuído ao verbo ‘fechar’ varia de acordo com as marcas aspecto-modais constituídas em cada enunciado e a forma como elas (as marcas) reverberam nos contextos enunciativos específicos, validando a predicação de ‘fechar’ por meio dos traços (+humano, +agentivo) do ‘prefeito’. Além disso, as ações desencadeadas por esse argumento de esquerda, no enunciado (7) e nos enunciados glosados, que sempre ocorreram no passado (pretérito perfeito), contribuíram significativamente na construção e reconstrução dos sentidos associados a ‘fechar’. Essas marcas de modalização e de aspecto dos enunciados são cruciais e ajudam nos ajustamentos de sentidos atribuídos ao verbo que culminaram em: indiferença (enunciado (7)); complacência ou cumplicidade (enunciado glosadoⁱ); morrer ou falecer (enunciado glosadoⁱⁱ) e cochilar ou dormir (enunciado glosadoⁱⁱⁱ).

(8) Paulo **fechou com** Maria. O encontro será às 17h.

No enunciado (8), ‘fechar’ marca a entrada no domínio de validação de “Paulo se comprometendo a fazer alguma coisa com alguém”. ‘Paulo’ se define como alguém que se comprometeu com Maria. ‘Maria’ remete à propriedade de ‘Paulo’ de comprometer-se com alguém.

A representação construída a partir da base transitiva de ‘fechar com’, na qual tem em ‘Paulo’ o argumento (X) mais estável em relação à ‘Maria’ (Y), desencadeia uma ação que culmina num ‘compromisso fechado’, combinado entre ‘Paulo’ (X) e Maria (Y). O contexto enunciativo no qual a marca aspecto-modal ‘às 17h’ valida que ‘o encontro’ ocorrerá

exatamente nesse horário. De outra forma, a reformulação do enunciado (8) em: Paulo **fechou com** Maria, independentemente de suas escolhas. Repare-se que nessa glosagem as marcas aspecto-modais ‘independentemente’, ‘de’ e ‘suas escolhas’ orientam a uma representação de que ‘Paulo’ (X) estará ao lado de ‘Maria’ (Y) nos momentos ‘bons’ e ‘ruins’ na tomada de decisões.

Não muito distante dessa reformulação, a glosagem a seguir configura-se num alinhamento de ideias e/ou ideologias em que um certo partido político decide acompanhar o relator numa determinada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Vejamos: O MDB **fechou questão com** o relator da CPI do 08/01, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). A base transitiva ‘fechar questão com’ desencadeia uma ação praticada pelo partido MDB (X), que representa um conjunto de deputados federais que compõe a base parlamentar do mesmo, resulte em votar uniformemente, alinhando-se ao relator (Y) da referida Comissão. Isso se evidencia a partir das marcas aspecto-modais ‘da CPI’, ‘do 08/01’ e ‘deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)’, constituídas por meio do contexto enunciativo.

(9) Patrícia **fechou-se** diante de estranhos.

No enunciado (9), ‘fechou-se’ marca a entrada no domínio de validação de que alguma coisa aconteceu, que houve um processo de fechamento e esse processo se localiza em relação à Patrícia. Há, portanto, uma flexibilidade despertada a partir pronome reflexivo ‘se’, na qual a ação praticada por Patrícia (X) reflete sobre si mesma (X), findando em ‘Patrícia (X) **fechou** Patrícia (X₁)’. Essa flexibilidade é resultante do processo de fechamento (Patrícia **fecha** Patrícia), que é proveniente de alguma coisa que aconteceu com Patrícia que a fez agir assim. As marcas aspecto-modais ‘diante’ e ‘de estranhos’ sustentam a reflexividade e resulta em ‘retrair-se’. Distintivamente dessa representação do enunciado (9), o enunciado glosado ‘Patrícia **fechou-se** no quarto’, embora haja traços alusivos à reflexividade, não culmina em ‘retrair-se’, mas sim, em ‘trancar-se’. Este funcionamento se confirma através da marca aspecto-modal ‘no quarto’ (adjunto adverbial de lugar), reportando-se ao local em que Patrícia (X) se trancou. Nesse caso, ainda que o processo de fechamento não se configure num ato de fechar-se em si mesma, ele é fruto de alguma coisa que ocorreu com Patrícia que a fez trancar-se no quarto.

(10) A ferida **fechou-se** completamente.

Observe que no enunciado (10), ‘fechar’ marca a entrada no domínio de validação de alguma coisa que antes era aberta e agora se fechou. ‘A ferida’ se define como alguma coisa que modifica seu estado (aberta) por meio de um processo de fechamento (efeito de cicatrizar). Esse processo de fechamento (provocado por instâncias humanas) se localiza em relação à ferida, promovendo uma mudança em seu estado (de aberta para fechada). Isso se evidencia a partir da marca aspecto-modal ‘completamente’ que orienta que ‘A ferida’ (X) é parte constitutiva da mudança de seu estado (antes aberta e agora se fecha), tenha sido instanciada por uma entidade humana que possivelmente a cuidou com a limpeza e remédios contribuindo para o processo de cicatrização.

Ainda que esse enunciado se configure a partir da base transitiva ‘fechar a si mesma’, resultando em reflexibilidade, não culmina em ‘retrair-se’ e tampouco em ‘trancafiar-se’. O que se tem aqui é um argumento de esquerda ‘A ferida’ (X) com propriedades (-humanas, -animadas, -agentivas) que se fecha em si mesma, provocada pelo efeito causativo de ‘cicatrizarse’.

A partir do engendramento das análises que nos subsidiaram até aqui, apresentamos a forma esquemática de ‘fechar’, que tem como objetivo, esmiuçar o funcionamento enunciativo próprio ao verbo.

4.3 Forma esquemática e organização da variação semântica de ‘fechar’

A forma esquemática, conforme já adiantamos, consiste em uma representação metalinguística que diz respeito ao funcionamento enunciativo de uma marca linguística, em que se busca compreender como se apresenta a regulação de seu enunciar-se. Para descrever o funcionamento enunciativo do verbo ‘fechar’, tomamos como proposta de forma esquemática, a seguinte formulação:

FECHAR predica a existência de (X) que, por sua vez, impinge uma desestabilização do argumento de direita (Y), de modo que se torne inevitável uma mudança de estado (ME). Vai-se de um estado A a um estado B por meio de FECHAR.

Para exemplificar melhor essa formulação, identificamos nos exemplos analisados a existência de quatro grupos de funcionamento, determinados pelo emprego do verbo ‘fechar’, que estão associados a uma dada organização de sua variação.

No grupo 1, o verbo remete à representação desencadeada por (X) que desestabiliza⁶⁹ (Y), provocando uma mudança de estado em (Y). Em tese, ‘fechar negócio’ vai-se de existência de loja para inexistência de loja, ou de inexistência de contrato/acordo para existência de contrato/acordo. Com a base transitiva de ‘fechar os olhos’ vai-se de prioridades para falta de prioridades, de inexistência de morte para existência de morte, ou da existência de dinheiro público para inexistência de dinheiro público. Assim, temos:

- Pedro **fechou negócio** com a loja de eletrodomésticos. Está de mobília nova!

Pedro (X) deflagra uma ação por meio de ‘fechar’ que desestabiliza negócio (Y), provocando uma mudança de estado em (Y). ‘Fechar’ só estabiliza em ‘comprar’ a partir da instanciação das marcas aspecto-modais ‘com a loja de eletrodomésticos’ e ‘mobília nova’. A existência dessas marcas contribui para que ‘fechar’ modifique suas propriedades transitivas para ‘comprar’.

- Pedro **fechou um negócio** bom nessa manhã. Só falta a assinatura do contrato.

Apesar de Pedro (X) desencadear uma ação sobre negócio (Y), não há mudança de estado, sequer, a desestabilização de negócio (Y). As marcas aspecto-modais ‘só falta’ e ‘a assinatura do contrato’ bloqueiam a ação deflagrada por Pedro (X), ou seja, a inexistência de assinatura do contrato, também faz com ele não exista. Se não há contrato, o verbo ‘fechar’ perde suas propriedades de negócio concluído, ou então, porque ele nunca as teve.

- O diretor **fechou** o jornal mais cedo. (fechar provisoriamente)
- A polícia **fechou** o jornal por indícios de irregularidades. (fechar em definitivo)

O argumento de esquerda (X) desestabiliza (Y) provocando mudança de estado em (Y) como forma de fechar (provisoriamente ou em definitivo). No segundo enunciado, presume-se que a entidade polícia tenha ‘poder’ para garantir o fechamento em definitivo. Além disso, as marcas aspecto-modais (indícios de irregularidades) ratificam a ação de fechamento do jornal, definitivamente. O mesmo não ocorre no primeiro enunciado, pois a inexistência de ‘poder’ do diretor o restringe de fechar o jornal em definitivo. Embora ‘o diretor’ tenha ‘poder’ de fechar o jornal, a marca aspecto-modal ‘mais cedo’ elabora a representação de que naquele dia, o diretor fechou (temporariamente) o jornal mais cedo do que o horário habitual de fechamento.

⁶⁹ Entendemos a desestabilização como um processo de (re)constituição de identidade a partir do confronto de X com o que X não é (a alteridade em si). Diante disso ela se equipararia ao conceito de reestabilização.

- O deputado **fechou os olhos** às necessidades do povo.

O deputado (X) desestabiliza ‘os olhos’ (Y) por meio ação de ‘fechar’, causando mudança de estado em (Y). As marcas aspecto-modais ‘às necessidades’ e ‘do povo’ validam a ação praticada por (X) em que (Y) destitui-se de suas propriedades de um estado A a um estado B através dessa ação. Essas marcas ratificam os sentidos atribuídos a ‘fechar’ como ‘indiferença’, ‘falta de cuidado ou zelo’.

- O deputado **fechou os olhos** pela última vez. Morreu de infarto.

Assim como no enunciado anterior, a ação desencadeada pelo deputado (X) desestabiliza (Y) por intermédio de ‘fechar’, resultando em mudança de estado de (Y). Entretanto, essa ação reflete no próprio agente (X) uma vez que ‘fechar os olhos’ ‘pela última vez’ (marca aspecto-modal) tem como consequência ‘a morte’. A marca aspecto-modal ‘de infarto’ contribui para essa culminação. A existência de ‘a morte’ valida o valor atribuído a ‘fechar’ como ‘morrer’.

- O deputado **fechou os olhos** aos desvios de dinheiro público, praticados pelo seu ex-assessor.

A representação desencadeada pelo deputado (X) provoca mudança de estado em ‘os olhos’ (Y) mediada pela ação de ‘fechar’. As marcas aspecto-modais ‘desvios de dinheiro público’ e ‘seu ex-assessor’ nos dão a garantia de que se trata de atos de corrupção. A existência de ‘desvios de dinheiro público’ garante que ‘fechar os olhos’ resulte em ‘corrupção’. Em síntese, a ação desencadeada por meio da base transitiva de ‘fechar os olhos’ culmina em ‘indiferença’ dada a existência de ‘povo’ com necessidades, ‘morrer’ presume existência de ‘morte’ e ‘corrupção’ é validada com a existência de ‘desvios de dinheiro público’.

Como se pode observar nesse primeiro grupo, os enunciados analisados com as bases transitivas de ‘fechar negócio’, ‘fechar os olhos’ que resultaram em representações, tais como: ‘comprar’, ‘falir’, ‘transação financeira’, ‘fechar provisoriamente’, ‘indiferença’, ‘complacência’ e ‘morrer’ obtiveram uma desestabilização do argumento de direita (Y), provocando uma mudança de estado perpassada pela ação de ‘fechar’. Essas variações se confirmam a partir da existência das pistas contextuais, isto é, as evidências deixadas pelas marcas aspecto-modais ao longo do enunciado. A inexistência dessas marcas bloqueia a

telecidade do verbo e não provoca desestabilização do argumento de direita, tampouco, resulta em mudança de estado.

O grupo 2 é constituído pela base transitiva de ‘fechar o tempo’, em que se vai de céu limpo a céu anuviado, de harmonia a desarmonia. Como se observa no exemplo:

- As nuvens foram se formando e logo **fechou o tempo**.

Percebe-se nessa representação que ‘fechar’ imprime uma desestabilização do argumento de direita ‘o tempo’ (Y), de modo que se torne inevitável uma mudança de estado. Vai-se de seu limpo (sem nuvens) a céu anuviado. Diferentemente dessa ocorrência, temos a seguinte construção:

- O tempo **fechou** de repente.

‘O tempo’ é o argumento de esquerda e não mais de direita, como era no enunciado anterior. Observe-se que aqui temos um impasse ao deslocar o argumento (O tempo) de direita para esquerda, pois ‘fechar’ constrói uma representação de sentidos dúbios que desestabiliza o argumento de esquerda (X) e não há estabilidade ao enunciar-se. O que nos permite construir duas representações: de céu limpo que passa a céu anuviado (fenômeno da natureza); ou de harmonia que passa a desarmonia (houve briga). A marca aspecto-modal ‘de repente’ suscita a forma repentina como ‘o tempo fechou’, que poderia remeter tanto a ‘céu anuviado’ quanto à ‘briga’. O mesmo não ocorre em ‘O céu **fechou** de repente’, pois não se pode aludir que ‘houve briga’, mas que o céu está escuro, anuviado ou está prestes a chover.

No grupo 3, que se organiza a partir da base transitiva ‘fechar com’, marca o compromisso firmado entre o argumento de esquerda (X) e o argumento de direita (Y) por meio de ‘fechar’. Vai-se de inexistência de acordo para existência de acordo. Vejamos nos exemplos:

- Não adianta argumentar! João **fechou com** Maria.

‘Fechar com’ evoca que as relações estabelecidas entre João (X) e Maria (Y) são inquestionáveis, caracterizando a sensação de (X) estar ao lado dela (Y) em todos os aspectos, firmado por um acordo e/ou compromisso.

Por fim, o grupo 4, cuja base transitiva se configura em ‘fechar-se’, chancela a reflexividade da relação do argumento de esquerda (X) com ele mesmo (X), alterando seu estado por meio de ‘fechar’. Vai-se da inexistência de estranhos para a existência de estranhos, da inexistência de quarto para existência de quarto.

- Marli **fechou-se** diante de estranhos.
- Marli **fechou-se** no quarto.

A reflexividade de ‘Marli’ (X) se desencadeia de maneira distinta nesse par de enunciados. Ao passo que as marcas aspecto-modais ‘diante’ e ‘de estranhos’, no primeiro enunciado, demarcam em que condições específicas ‘Marli’ (X) se fecha. Ou seja, ‘Marli’ (X) age sobre si mesma alterando seu estado, retrair-se. No segundo enunciado, ‘Marli’ (X) sofre a ação que ela mesma pratica, que a faz deslocar-se de um espaço para outro e trancafiar-se, mas não altera suas condições psicológicas, como ocorre no primeiro enunciado.

Nesse percurso trilhado até aqui, verificamos que os sentidos atribuídos ao verbo ‘fechar’ ao longo das análises estão associados ao contexto enunciativo ao qual ele se inseri, analisando o enunciado como um todo. O nosso trabalho culmina em explicar como esses sentidos são (re)construídos a partir da base transitiva de ‘fechar’, amparados por uma teoria dos observáveis, constituída como um sistema metalinguístico de representação significante.

Em suma, nessa formulação evidenciamos até que ponto o verbo ‘fechar’ pode variar ou não. A forma esquemática é uma ‘maneira empírica’ que encontramos para explicar as formas invariantes dentro de toda variação possível. Cabe salientar que os argumentos (de direita ou de esquerda) convocados por ‘fechar’, assim como as marcas aspecto-modais, nos permitiram dizer que não há um sentido intrínseco ao verbo, ou mesmo estanque. Os sentidos são construídos ao se enunciar. Não se trata, portanto, de impetrar sentidos prévios a construções enunciativas, pois elas evocam o contexto enunciativo como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a nossa ciência, comparada com a realidade, é primitiva e infantil – e, no entanto, é a coisa mais preciosa que temos.

(Albert Einstein)

Essa afirmação atribuída a Albert Einstein expressa a ideia de que, apesar dos avanços da ciência, nosso conhecimento ainda é muito limitado quando comparado à complexidade e à vastidão da realidade em si. O físico alemão reconhece que a ciência é uma forma valiosa de compreender o mundo, mas também a considera primitiva e infantil diante da imensidão do desconhecido. Embora a ciência seja o melhor caminho que temos para investigar e explicar o universo, ainda estamos longe de compreender completamente todas as leis e fenômenos que governam a realidade.

Einstein estava ciente das limitações do conhecimento humano e do fato de que sempre haverá mais a ser descoberto. Uma vez que essa citação pode ser interpretada como um chamado à humildade científica, lembrando-nos de que nunca devemos considerar nosso conhecimento como absoluto ou definitivo. A ciência é um processo contínuo de descoberta e aprendizado e devemos estar abertos a novas ideias e perspectivas, buscando constantemente expandir nosso entendimento do mundo ao nosso redor.

Diferentemente dessa concepção, para o linguista Antoine Culioli, o despertar para fazer ciência perpassa pela trivialidade dos processos languageiros, que muitas vezes nos passam despercebidos. Talvez para muitos seja o lugar que menos se espera fazer ciência, mas para Culioli os enunciados corriqueiros, de certa forma ‘banais’, são especiarias requintadas, uma verdadeira obra de arte que faz operar e gerar sentidos por meio da TOPE.

O labor de um linguista enunciativo deve-se à capacidade de analisar os enunciados e identificar nas operações linguísticas envolvidas na sua construção, emergidas por uma atividade de linguagem de representação significante. Isso implica entender como as escolhas linguísticas são realizadas pelos falantes no tempo e espaço definidos, considerando a intercambialidade entre as operações predicativas e enunciativas.

Imbuídos por esse propósito, neste estudo semântico-enunciativo do verbo ‘fechar’ sob o enfoque da TOPE, propusemos explorar algumas nuances e contextos enunciativos com os quais esse verbo se enuncia. Por meio das análises identificamos diferentes acepções e aplicabilidades de ‘fechar’, levando em consideração toda variação possível. A escolha dessa

teoria “se justifica por si só, sobretudo por conduzir a variação referencial ao alto patamar das discussões que circunscrevem a significação linguística” (CUMPRI, 2012, p. 236).

Partindo dessa premissa, os estudos dos valores prototípicos associados ao verbo ‘fechar’, que se encontram ‘estabilizados’ na superfície da língua portuguesa do Brasil (PB), até então, eram insuficientes para explicar o funcionamento semântico-enunciativo e a amplitude que toda variação possível de um verbo como ‘fechar’ pode engendrar.

Demonstramos através das análises que não existe sentido intrínseco ou estanque relacionado a ‘fechar’, por entender que os sentidos são construídos e reconstruídos envolvendo o enunciado estruturado como um todo. Não nos interessou analisar frases ou palavras isoladas que são exploradas apenas no nível sintático ou lexical. De nossa parte, as análises foram todas construídas levando-se em consideração o contexto enunciativo no qual ‘fechar’ esteve inserido.

As marcas aspecto-modais e o tempo verbal (sempre no pretérito perfeito do indicativo) foram fulcrais e decisivos na constituição das análises. Uma vez que essas instâncias contribuíram essencialmente na construção dos valores atribuídos ao verbo ‘fechar’. Por isso reforçamos a tese de que não existem sentidos estanques associados a este verbo.

Diante de tais descobertas, torna-se evidente que o estudo semântico-enunciativo de ‘fechar’ contribui para uma compreensão mais profícua e abrangente de seu funcionamento na língua. Essa investigação permite que tanto linguistas quanto estudiosos de áreas correlatas explorem as implicações semânticas e enunciativas de ‘fechar’, enriquecendo assim o campo do estudo da linguagem.

A partir dos procedimentos de glosagem e parafraseagem, que consistem na reformulação dos enunciados, esfregando os enunciados uns nos outros, prosperamos na formulação de um esquema. Essa metodologia nos permitiu vislumbrar até que ponto o verbo ‘fechar’ pode variar.

Dito isto, acreditamos ter afirmado com a nossa tese que o funcionamento semântico-enunciativo de um verbo como ‘fechar’ demonstra que o sentido de unidades linguísticas aquém de uma articulação não passa de uma projeção de estabilização do sentido em si. As operações de linguagem mostram mais sobre a transitividade do que puderam prever cristalizações gramaticais sobre esse conceito. Isso ratifica quão importante foi e é este estudo, pois a descrição linguística carecia de trabalhos de ordem enunciativa que davam conta de explicar o comportamento semântico de formas verbais.

As pesquisas em TOPE não conheciam, até então, um estudo com ‘fechar’ no português brasileiro. Os estudos de transitividade e agentividade verbal careciam de análises que colocassem um verbo da amplitude de ‘fechar’ num domínio metalinguístico para dar conta de redimensionar, pelo enunciado, esses conceitos. Esperamos que esses preceitos tenham sido estabelecidos ao longo desta tese.

Somente uma teoria como a TOPE é capaz de colocar o funcionamento da linguagem e o processo de constituição do enunciado como as perspectivas necessárias para se repensar a descrição de fenômenos linguísticos, entre eles a própria transitividade.

Temos ciência que este estudo não se encerra aqui, pois há muito a ser explorado. Por mais que tenhamos nos esforçado, não há como abarcar toda a realidade enunciativa em que ‘fechar’ esteja envolvido. Apenas demos aparência de ‘fechamento’ da pesquisa de maneira provisória. Parafraseando Einstein, o nosso conhecimento é finito e nunca o devemos considerá-lo absoluto, havendo sempre uma abertura para um ciclo que se ‘fecha’ para que um outro inicie.

Referências

- ABRAÇADO, J; KENEDY, Eduardo. **Transitividade traço a traço**. Niterói: Eduff, 2014.
- AGUILAR, C. B. S. **Operações enunciativas e valores referenciais**: estudo da marca apesar de. 205f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, S.R. **Uma análise metalinguística sobre a atividade de linguagem infantil**: os movimentos ajustáveis da criança na co-construção de sentido. 185f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos: SP, 2019.
- AMORIM, Carmelita M. da S.; ROCHA, Lúcia H. P. In: **Transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: Edufes, 2008.
- AULETE, C. **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa**. Editora: Lexikon, 2011.
- BASSO, R. M. **Classes Acionais do Português Brasileiro e sua Sensibilidade Contextual**. In: Seminário de Pesquisas na Graduação, 1., 2004, Campinas. Anais do SEPEG, Campinas: IEL/UNICAMP, p. 57- 62, 2004.
- BECHARA, E. **Dicionário da língua portuguesa**. Editora: Nova Fronteira, 2011.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the ‘perfective=telic confusion’. In: CECHETTO, C. *et al.* **Semantic Interfaces: reference, anaphora and aspect**. Stanford: CSLI Publications, 2001. Disponível em: https://linguistica.sns.it/QLL/QLL00/PMB_misunderstandings.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BIDERMAN, M. T. C. **A ciência da lexicografia**. Alfa: Revista de Linguística, São Paulo, v.28, supl. p.1-26, 1984.
- BIDERMAN, M. T. C. **A unidade lexical e o lema do dicionário de língua**. Araraquara: FCLAr, 2000.
- BIDERMAN, M. T. C. Conceito linguístico de palavra. In: BASÍLIO, M. **Palavra**. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p. 81-97. (Série Linguagem, volume temático I).
- BIDERMAN, M. T. C. **Dicionários do português**: da tradição à contemporaneidade. Alfa: Revista de Linguística, São Paulo, 47(1): 53-69, 2003.

- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical de linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 356p.
- BORBA, F. S. *et al.* **Dicionário de Usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BORBA, F. S. O léxico. In: **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. Unesp: São Paulo, 2003.
- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- CARREIRO, Simara S. P.; SOUSA, Valéria V. **A transitividade verbal para além da Tradição Gramatical: uma abordagem funcional(ista)**. In: *Revista Philologus*, v. 26, n. 78, 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/356>. Acesso em: 21 set. 2022.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTILHO, Ataliba T. (Org., 1998). **Para a História do Português Brasileiro**, vol. I, Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas / Fapesp.
- COSTA, W. A. S. Agentividade e volitividade. In: ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (orgs.). **Transitividade traço a traço**. Niterói, RJ: Editora do UFF, 2014.
- CUMPRI, Marcos L. A linguística culioliana e seus subsídios para investigação dos mecanismos semânticos das línguas naturais. **Revista ECOS**, 22(1), 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/2294>. Acesso em 10 mar. 2020.
- CUMPRI, Marcos L. **Contribuições ao estudo da ambiguidade da linguagem: uma proposta linguístico-educacional**. 2012. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106084>. Acesso em: 05 de mar. 2020.
- CUMPRI, Marcos L. **Sentido, referência e valores referenciais na perspectiva enunciativa**. In: *Dialnet*, vol. 10, n. 1, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4791930>. Acesso em: 08 jul. 2021.
- CUMPRI, Marcos L. **Sobre o conceito de noção: a visão enunciativa do signo linguístico**. In: *Palimpsesto*, vol. 10, n. 11, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/35819>. Acesso em: 08 jul. 2021.
- CUNHA, M. A. da.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

- CULIOLI, A. **Cognition and representation in linguistic theory**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- CULIOLI, A. **Escritos**. Trad. FISHER, S.; VERÓN, E. Buenos Aires: Santiago Arcos editores, 2010.
- CULIOLI, A. **La communication verbale**. In: **L'Homme et les autres**. Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine. Paris: Grange Batelière, v. 4, 1967.
- CULIOLI, A. **Notes du séminaire de D.E.A.**- 1983-1984. Paris: Poitiers, 1985.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel**. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage**. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: tuors et détours**. Tome 4. Paris: Ophrys, 2018.
- CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau – Klincksieck, 2002.
- CULIOLI, A. **Transcription du séminaire de D.E.A.**- 1975-1976. Paris: Université de Paris VII, D.R.L., 1976.
- CULIOLI, A; NORMAND, C. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys, 2005.
- DESCLES, J.-P. Au sujet des catégories grammaticales. In: **La Théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences**, Paris: Ophrys, 1992. p. 203-212.
- DE VOGÜÉ, S. **Os princípios organizadores da variedade das construções verbais**. ReVEL, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/31e4b3a2126f3a312546b7255a6f7734.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- DE VOGÜÉ. Prefácio. In: DE VOGÜÉ, S. de; *et al.* **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DUCARD, Dominique. **Enunciação e atividade da linguagem**. Organização Heloísa Monteiro Rosário *et al.* Uberlândia: EDUFU, 2013.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss 3.0** – Instituto Antônio Houaiss, editora: Objetiva, 2009.

- FIGUEIREDO, C. de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão, 1913.
- FRANCKEL, J.J. Référence, référenciation et valeurs référentielles. **Sémiotiques**, n. 15, p. 61-84, 1998.
- FRANCKEL, J. J; PAILLARD, D. Aspectos da teoria de Antoine Culioli. In: DE VOGÜÉ, S. de. *et al.* **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANCKEL, J. Introdução. In: DE VOGÜÉ, S. de. *et al.* **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANCKEL, J. J. Referência, referenciação e valores referenciais. In: DE VOGÜÉ, S. de. *et al.* **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FREGE G. Sobre o Sentido e a Referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2.ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2009.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística – equivalência, sinonímia ou reformulação? In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.8, p.129-134, 1985.
- FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 7, p. 77-85, 1984.
- GALISSON, R.; COSTE, Daniel (ed.). 1976. **Dictionnaire de didactique des langues**. Paris: Hachette.
- GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- HOPPER, P. J.; S. A. THOMPSON. **Transitivity in grammar and discourse**. In: *Language* v. 56, n. 2, 1980.
- JAKOBSON, R. A linguística e suas relações com outras ciências. In: JAKOBSON, R. **Linguística; poética; cinema**. São Paulo: PERSPECTIVA, 1970, p. 11-64.
- JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
- KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- LARA, L. F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. 3.
- LARA, L. F. Sociolinguística dei dictionario dei espanol de México, *international Journal of the Sociology of Language* (Berlin), n.96, p.19-34, 1992.

- MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015. p. 11-20.
- NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico Resumido**. Instituto Nacional do Livro, 1966.
- PAILLARD, D. Repérage: construction et spécification. In: **La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences**. Paris: Ophrys, 1992. p. 75-88.
- PIRES, Roberta O; BASSO, Renato M. Semântica- Módulo 3 – O Sintagma Verbal – Tempo, Aspecto e Acionalidade, 2006. Disponível em: www.cce.ufsc.br/%7Epires/modulo3.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.
- PRIA, A. D. **Para um redimensionamento do estudo do adjetivo: os processos enunciativos de variação semântica de “falso”**. 124 f. Doutorado (Tese em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2009.
- ORLANDI, Eni P. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web revista Discursividade**, Campo Grande, MS, v. 9, 2012. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- RESENDE, Maurício S. **A qualidade massa/contável dos nomes deverbais**. Raído, Dourados, v. 10, n. 24, p. 192-202, 2016.
- RESENDE, Maurício S. Uma análise composicional da acionalidade das construções com verbos leves. In: **Estudos gramaticais e suas interfaces**, v.19, n.1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2018v19n1p186>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais. In: **Estudos Linguísticos** (São Paulo), Taubaté - SP, v. 32, n. XXXII, p. 1, 2003.
- REZENDE, L. M. A relação entre o sujeito e objeto de conhecimento: a formação do professor de línguas. In: **Estudos Linguísticos** (São Paulo), Taubaté - SP, v. 41, n.2, maio-ago. 2012, p. 562-571.
- REZENDE, L. M. Atividade Epilinguística e o Ensino de Língua Portuguesa. In: **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v.5, n.1, p.95-108, 2008.
- REZENDE, L. M. Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais. In: **Alfa**, São Paulo, v. 47, p. 21-39, 2003.

- REZENDE, L. M. **Contribuições da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas para o ensino de línguas**. Versão Beta: Sob o signo da palavra, São Carlos, ano VIII, n. VIII, p.7-28, 2010.
- REZENDE, L. M. **Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais**. 320 f. Tese (Livre docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2000.
- REZENDE, L. M. Nominalização e valores referenciais. In: **Estudos Linguísticos**, XXXVI(1), janeiro-abril, p. 234-240, 2007.
- REY, A. Prefácio. In: ROBERT, P. *Le petit Robert*. Paris: Les Dictionnaires Robert, 1994.
- REY-DEBOVE, J. **Léxico e dicionário**. Alfa: Revista de Linguística, São Paulo, v.28, supl., p.45-69, 1984.
- ROBERT, S. Cognitive invariants and linguistic variability – From units to utterance. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (eds.) **Language diversity and cognitive representations**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 20-35.
- ROMERO, M. A Teoria das Operações Enunciativas In: ROMERO, Márcia *et al.* **Manual de Linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019, p. 175-228.
- ROMERO, M. **Atividade de linguagem, invariância e dinâmica criadora**. In: Humanidades & Inovação, v.9 n.4 - Énonciation et Argumentation, 2022.
- ROMERO, M. (No prelo). Cenas enunciativas ou usos idiomáticos? identidade e variação semânticas dos verbos comer e quebrar em pb. **Anais do V SIMELP**, Itália, 2015.
- ROMERO, M. Epilinguismo: Considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **Revel**, 2011. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_epilinguismo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.
- ROMERO, M. Um possível diálogo entre a teoria das operações enunciativas e a aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva. **Alfa**, São Paulo, 2010.
- ROMERO, M.; KIIHL, J. P. (2019). **Identidade e variação semânticas do verbo secar no português do Brasil**. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), 48(3), 1568–1582. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/el.v48i3.2259>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- ROMERO, M.; LIMA TRAUZZOLA, V. S. (2014). **Identidade lexical, funcionamento enunciativo e variação semântica para a Teoria das Operações Enunciativas**. Calidoscópico, 12(2), 239–248. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2014.122.11>. Acesso em 20 dez. 2021.

SAID ALI, M. **Gramática Elementar da Língua Portuguesa**. 9. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

SAID ALI, M. **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral (1916)**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2009.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. New York: Cornell University Press, 1967.

VERKUIL, H. J. **A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation a certains développements tirés de l'ouvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, *et al.* (Orgs.) **Langues e langage. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli**. Paris: PUF, 1995.

ZAVAGLIA, A. **Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase**. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara: SP, 2002.

ZAVAGLIA, A. **Pequena introdução à teoria das operações enunciativas**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.

ZAVAGLIA, A.; FLORES, Valdir N. Linguagem (3) Culioli. (Verbetes). In: FLORES, V.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M.J.B.; TEIXEIRA. (Org.). **Dicionário de linguística da enunciação**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2009.